PATRÍSTICA

SANTO AGOSTINHO

A verdadeira religião
O cuidado devido aos mortos

PAULUS

SANTO AGOSTINHO

A verdadeira religião
O cuidado devido aos mortos

Índice

APRESENTAÇÃO
PREFÁCIO DA TRADUTORA
INTRODUÇÃO
Bibliografia
Prólogo
- Capítulo 1
  - Divergências religiosas entre filósofos e povo
    - A religião pagã: incoerências
- Capítulo 2
  - Opinião de Sócrates sobre os deuses
- Capítulo 3
  - A vitória do cristianismo
    - Platão questionado
    - A ação salvífica de Cristo
    - A transformação operada pela Igreja
- Capítulo 4
  - Impotência do paganismo e eficácia do cristianismo
    - O ideal não realizado pelos filósofos pagãos
    - Se voltassem, ter-se-iam feito cristãos
- Capítulo 5
  - Critérios para a busca de verdadeira religião
    - A coerência entre ensino e prática
    - Cristão-católicos: os guardiãos da integridade
- Capítulo 6
  - Sentido providencial das heresias
    - Destino dos hereges e cismáticos
    - Os justos perseguidos na Igreja

Primeira parte - Os grandes temas
- Capítulo 7
  - Motivos de adesão à Igreja católica
    - Traços fundamentais da verdadeira religião
    - Restauração divina da humanidade realizada na História
- Capítulo 8
  - A dupla via: fé e razão
    - Fiando-nos na autoridade, primeiro acreditamos
    - Conveniência das heresias

Capítulo 9
Diante dos erros maniqueus
Os dois princípios e as duas almas
A fé católica ao abrigo dos ataques
Capítulo 10
Origem dos erros em matéria religiosa
O único Deus a ser adorado
A religião perfeita
Métodos de autodefesa
Segunda parte - A teoria do mal
Capítulo 11
Origem da vida e da morte
Deus, a forma incriada
O mal: o menos ser
Capítulo 12
O desligamento de Deus
Razão da queda do primeiro homem
Volta a Deus: da dispersão ao Uno
A restauração final de nosso corpo
Capítulo 13
A queda dos anjos
Amaram-se mais a si mesmos do que a Deus
Capítulo 14
O pecado vem do livre-arbítrio
Pecar é sempre ato voluntário
Os benefícios da liberdade
Capítulo 15
A sanção do pecado
Benignidade de Deus: estímulo para o reerguimento
Capítulo 16
Benefícios da encarnação do Verbo
O Filho de Deus assume o homem
Cristo: Deus e homem
Cristo: Mestre de vida e Causa exemplar
Capítulo 17
Excelência da doutrina expressa nos dois Testamentos
Os sinais sagrados
A unidade de origem dos dois Testamentos

Terceira parte - Bondade da criação e origem do mal
Capítulo 18
A criação é algo de belo e bom
Beleza e defectibilidade das criaturas
Todo ser vem de Deus
Capítulo 19
Os seres são bons, mas deterioráveis
Só Deus é o sumo Bem
Capítulo 20
Origem da defectibilidade da alma
Definição do pecado original
O mal vem das más ações e de suas conseqüências
As loucas imaginações maniquéias
Capítulo 21
Origem das ilusões da alma
A alma seduzida pela fugaz beleza dos seres cor-póreos
Capítulo 22
Nada do que é belo desagrada aos justos
A beleza métrica dos versos
A história — poema de sílabas sucessivas
Capítulo 23
O vício é contra a natureza da alma
A beleza da restauração final
Quarta parte - A salvação pela fé na autoridade
Capítulo 24
A pedagogia divina
Do sensível ao invisível
Capítulo 25
O critério da autoridade: história e profecia
Discernir em quem crer
Milagres: sinais visíveis
Capítulo 26
As idades do homem
O homem velho: exterior e terreno
O homem novo: interior e espiritual
Capítulo 27
As idades da humanidade
O processo evolutivo

Capítulo 28
As normas da pedagogia adotada
A ação dos profetas e dos evangelizadores
Quinta parte - A salvação pela razão
Capítulo 29
A reflexão: caminho da verdadeira religião
A contemplação do espetáculo da natureza
A possibilidade de julgar: grande superioridade do homem
Capítulo 30
As verdades eternas, superiores à nossa razão
A percepção da Verdade no julgamento do espírito
A harmonia exige a Unidade
Acima de nossos juízos: a Lei imutável
Capítulo 31
A lei suprema do julgamento: Deus e sua Verdade
Acima da razão: só Deus
A Verdade: o julgamento do Verbo
Capítulo 32
Só o espírito percebe o Ordenador de nossos juízos
Diálogo com um arquiteto
Os vestígios da unidade
Capítulo 33
Veracidade do testemunho dos sentidos
Análise da sensação
Os sentidos e suas limitações
Capítulo 34
Juízo sobre as imagens
Perigo da inversão dos valores
Falsidade das fantasias imaginação
Capítulo 35
Dedicar-se ao conhecimento de Deus
A alma pacificada submete-se plenamente a Deus
Capítulo 36
O Verbo de Deus — a própria Verdade
Assemelhar-se ao Verbo — verdade e imagem perfeita do Uno
A origem do pecado
Sexta parte - A tríplice restauração operada pela reflexão
Capítulo 37

A servidão da impiedade
Adorar as criaturas em lagar de Deus
Capítulo 38
A adoração da tríplice concupiscência
Escravidão dos adoradores do próprio eu
Como são vencíveis as concupiscências
Triunfo de Jesus sobre a tríplice tentação
Capítulo 39
Retornar dos vícios à primeira beleza
A Verdade habita no coração do homem
A Verdade encontra-se mesmo na certeza da dúvida
Capítulo 40
A ordem e a beleza reconhecidas pela reflexão
A beleza do corpo humano
A intervenção da Providência
Critérios para o reto julgamento
Capítulo 41
O belo encontra-se até no castigo do pecado
A beleza ascendente das criaturas
Exercer o poder viril do autodomínio
Capítulo 42
A primeira restauração: A reflexão remédio contra a concupiscência da carne
Refletir sobre a vitalidade da natureza
Capítulo 43
Valor da possibilidade humana de julgar
Refletindo sobre a proporção das coisas
A meta de chegada: o Pai da Sabedoria
Capítulo 44
O homem unificado
Ser governado pelo espírito
Capítulo 45
A segunda restauração: A caridade remédio contra a soberba
A metáfora do cocheiro e o coche
No orgulho: um apetite de infinito
O desejo de se tornar invencível
Capítulo 46
O orgulho vencido pela caridade
Invencível é aquele que ama a Deus e ao próximo

A regra da caridade
Amar os familiares acima dos liames carnais
Todos somos irmãos
Capítulo 47
O amor ao próximo torna-nos justos
A caridade não é invejosa
Retrato do homem fraterno
O homem justo
Capítulo 48
A justiça perfeita
Amar mais o que vale mais
Capítulo 49
A terceira restauração: A busca da Verdade primeira — remédio contra a vã curiosidade
O deleite de descobrir a verdade
A sedução das diversões e da vã curiosidade
A verdadeira luz a ser procurada
O fim do processo de busca
Capítulo 50
Regras para a interpretação da Revelação
A estratégia da Providência
Investiguemos os Livros sagrados
Capítulo 51
O valor das Sagradas Escrituras
Exortação ao estudo bíblico
Capítulo 52
As concupiscências: degraus para as virtudes
Do temporal ao eterno
Capítulo 53
As aspirações dos insensatos e as dos sábios
Opções insatisfatórias
Boas opções
Capítulo 54
Relação entre culpa e castigos
O revés da medalha
Mau uso dos talentos
Bom uso dos talentos
CONCLUSÃO

Capítulo 55
Exortações
Não amemos as concupiscências
Guardemo-nos dos falsos cultos
Ainda prevenções contra falsos cultos
O culto aos anjos
Libertar-se dos falsos temores
Adorar ao Deus trino unicamente
Aderir ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo
O CUIDADO DEVIDO AOS MORTOS
CAPÍTULO 1
A solicitação de Paulino de Nola
Como conciliar a responsabilidade pessoal e a proteção dos santos
CAPÍTULO 2
Os mortos nada perdem se privados de sepultura
Transcrição de texto de A cidade de Deus:
CAPÍTULO 3
Razões de digno sepultamento
CAPÍTULO 4
O valor irrevogável da oração junto à sepultura
CAPÍTULO 5
Utilidade relativa do sepultamento em lugar santo
O sentido da expressão corporal na oração
A escolha do lugar de sepultamento:
CAPÍTULO 6
O desprendimento pelo sepultamento ensinado pelos mártires de Lião
CAPÍTULO 7
O apego humano pelo próprio corpo
CAPÍTULO 8
O triunfo dos mártires sobre o apego ao próprio corpo
CAPÍTULO 9
Prestam-se aos defuntos os cuidados que se esperam receber
CAPÍTULO 10
Visões produzidas no sono
CAPITULO 11
Exemplos de aparições: da imagem não da pessoa real
CAPITULO 12
Visões — frutos de delírio

CAPÍTULO 13
Incapacidade de comunicação em que estão os mortos
CAPÍTULO 14
O pedido do rico epulão e o pobre Lázaro
CAPÍTULO 15
Condições do relacionamento entre mortos e vivos
CAPÍTULO 16
Os mortos só intervêm pelo poder de Deus — a aparição de são Félix
CAPÍTULO 17
O monge João
CAPÍTULO 18
Palavras conclusivas
I Adendo
II Adendo

APRESENTAÇÃO

Surgiu, pelos anos 40, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos e suas obras conhecidos, tradicionalmente, como "Padres da Igreja", ou "santos Padres". Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção "Sources Chrétiennes", hoje com mais de 400 títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativou-se em toda a Igreja o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de "voltar às fontes" do cristianismo.

No Brasil, em termos de publicação das obras destes autores antigos, pouco se fez. Paulus Editora procura, agora, preencher este vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes da fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as "fontes" do cristianismo para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos, aos estudiosos do cristianismo primevo, uma série de títulos, não exaustiva, cuidadosamente traduzidos e preparados, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.

Para não sobrecarregar o texto e retardar a leitura, procurou-se evitar anotações excessivas, as longas introduções estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infindas controvérsias sobre determinados textos e sua autenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa edição despojada, porém, séria.

Cada autor e cada obra terão uma introdução breve com os dados biográficos essenciais do autor e um comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo da obra suficientes para uma boa compreensão do texto. O que interessa é colocar o leitor diretamente em contato com o texto. O leitor deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos, devem-se ao fato que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.

Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e padres ou pais da Igreja. O termo patrologia designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga incluindo também obras de escritores leigos. Por patrística se entende o estudo da doutrina, as origens dessa doutrina, suas dependências e empréstimos do meio cultural, filosófico e pela evolução do pensamento teológico dos pais da Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão "teologia patrística" para indicar a doutrina dos padres da Igreja distinguindo-a da "teologia bíblica", da "teologia escolástica", da "teologia simbólica" e da "teologia especulativa". Finalmente, "Padre ou Pai da Igreja" se refere a escritor leigo, sacerdote ou bispo, da antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como testemunho particularmente autorizado da fé. Na tentativa de eliminar as ambigüidades em torno desta expressão, os estudiosos convencionaram em receber como "Pai da Igreja" quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de

doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e antiguidade. Mas, os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e antiguidade são ambíguos. Não se espere encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a antiguidade se estende um pouco mais até a morte de S. João Damasceno (675-749).

Os "Pais da Igreja" são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, cons-truindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes, e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussões, de inspirações, de referências obrigatórias ao longo de toda tradição posterior. O valor dessas obras que agora Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto: "Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, particularmente, na literatura greco-romana. São eles os últimos representantes da Antiguidade, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim, arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar este fim. (…) Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual" (B. Altaner; A. Stuiber, Patrologia, S. Paulo, Paulus, 1988, pp. 21-22).

A Editora

Não saias fora de ti,
mas volta para dentro de ti mesmo;
a Verdade habita no coração do homem.
(39,72)

É a religião cristã a que devemos abraçar,
e a comunhão com a Igreja,
a denominada católica, por ser universal.
(7,12)

PREFÁCIO DA TRADUTORA

"O que nos atrai nas obras de santo Agostinho é a profundidade de seu pensamento, expresso a cada momento com força refulgente. As soluções por ele apresentadas aos problemas de seu tempo estão baseadas em princípios que ultrapassam o tempo. Assim, seus escritos permanecem vivos, conservando singular poder espiritual. As obras de tal gênio — um dos maiores que honraram a Igreja e mesmo toda a humanidade — terão sempre leitores". É assim que o Pe. Fulbert Cayré refere-se a santo Agostinho e sua obra, na Introdução geral às publicações das "Oeuvres de Saint Augustin", Desclée de Brouwer, Paris.

No Brasil, os escritos agostinianos ainda estão pouco divulgados. Excetuando algumas edições de As Confissões, A Cidade de Deus e um ou outro opúsculo, nada mais possuímos do Doutor de Hipona, em língua vernácula. Neste ano comemoramos o 16.° centenário de sua conversão. Boa ocasião apresenta-se assim, para melhor difusão de suas obras

O "De vera religione" que tivemos o feliz privilégio de poder traduzir, aparece agora, graças ao interesse vigilante de Paulus Editora. A quem haverá de ser destinada, em especial, esta obra? Certamente, aos pregadores, teólogos, filósofos e seminaristas. Aos estudantes de Filosofia, Psicologia e Pedagogia Aos agostinianos e religiosos, em geral, em busca de vida interior mais intensa. A todos os admiradores de santo Agostinho desejosos de melhor conhecer seu pensamento e seu espírito.

Apontemos, de relance, alguns dos muitos proveitos que poderão ser tirados desta leitura:

— a descoberta do caminho de interiorização na busca do encontro com Deus;

— o valor da reflexão no esforço da autoconversão: passagem da multiplicidade à unificação interior, da vã curio-sidade à busca da Verdade, da prepotência à fraternidade, do apego aos bens materiais ao gosto dos espirituais…

— a educação do olhar contemplativo para a captação da primeira Beleza, entre os vestígios de beleza espalhados na natureza; da Verdade incriada, entre os sinais de verdade encontrados nas coisas criadas;

— o respeito por todo ser criado, sobretudo pelo homem. O mais pequenino dentre eles é portador de alma racional, portanto, capaz de se aperfeiçoar, capaz de Deus, pois feito à sua imagem e semelhança;

— a justa apreciação de uma escala de valores;

— o aprofundamento do problema do mal: sua origem e o serviço a ser tirado para a causa do bem. A afirmação da liberdade na gênese de toda culpa;

— o pecado explicado de maneira metafísica, como um menos ser e explícita aversão ao Bem supremo preterido diante de bens ínfimos;

— a defectibilidade da pessoa humana, ao lado de seu poder viril;

— a superioridade no homem, de seu espírito crítico e de sua possibilidade de julgamento;

— a impiedade da idolatria dos que se dizem ateus, mas adoradores do próprio eu;

— a necessidade dos sacramentos para a congregação do novo povo espiritual planejado por Deus;

— a função prioritária da caridade fraterna. O Doutor da graça e do amor excede-se nesse ponto…

— a Cristologia é também marco extremamente interessante.

Há vários temas de aproximação muito atual, como: a utilidade das heresias; a imutabilidade da lei eterna a ser respeitada na elaboração das leis humanas; o contínuo crescimento do homem interior e espiritual, ainda mesmo na decrepitude do envelhecimento orgânico; a teoria sobre o Belo na arte;

o processo evolutivo do mundo e em especial, o processo estético da História, o relativismo em face do Absoluto; motivos de adesão à Igreja católica, e dezenas de outras questões da atualidade. Isso tudo, sem esquecermos o escopo principal da obra: a argumentação sobre a possibilidade da mente humana de chegar a Deus pela própria razão, antes mesmo de se submeter ao testemunho da autoridade exterior.

Este trabalho vai especialmente dedicado às minhas irmãs e irmãos agostinianos, neste centenário — já por 16 séculos comemorado na Igreja — da conversão e batismo de nosso pai santo Agostinho.

Irmã Nair de Assis Oliveira, CSA
São Paulo, 1986
16º centenário da conversão de santo Agostinho

INTRODUÇÃO

I. Ocasião da obra

Após o batismo, em Milão, na Páscoa de 387, Agostinho decide levar vida monástica na África, juntamente com seus amigos do retiro de Cassicíaco. Na viagem de volta, no outono do mesmo ano, em Óstia, dá-se o inesperado falecimento de sua santa mãe. Resolve, então, permanecer por mais algum tempo em Roma. Ao fixar-se, enfim, na sua cidade natal, a pequenina Tagaste, para iniciar a sonhada vida cenobítica de recolhimento e estudo e "in otio deificari" consegue realizar o ideal por apenas uns dois anos. Numa visita de finalidade apostólica a um amigo, na vizinha cidade de Hipona, é efusivamente aclamado pelo povo: "Agostinho presbítero!" O velho bispo Valério necessitava de coadjutor… Levado pela urgência da caridade, sacrifica o nosso santo as suas aspirações monásticas.

É justamente daquele feliz período — entre a conversão e sua ordenação sacerdotal realizada em 391 — que se dá a redação da obra "A verdadeira religião". Agostinho contava na ocasião 36 anos de idade.

A finalidade era atrair ao catolicismo o influente Romaniano, um de seus melhores amigos. Havia-o, há anos, seduzido à seita maniquéia. Ao converter-se, uma de suas principais preocupações foi de recuperar para a verdade aqueles a quem tinha persuadido ao erro. Visava, em especial, este seu antigo benfeitor e compatriota, pai do dileto discípulo Licêncio. O Contra acadêmicos, diálogo filosófico redigido em Cassicíaco, em 386, já lhe fora dedicado. Aí prometia redigir em sua intenção um tratado mais longo para ajudá-lo a encontrar a verdadeira religião. Teríamos gosto de saber se esta obra chegou a converter Romaniano. Infelizmente, possuímos apenas algumas referências vagas a Romaniano na correspondência com são Paulino de Nola (Carta 15,1).

II. Opiniões sobre A verdadeira religião

A) Do próprio santo Agostinho:

1. Em sua obra de crítica e revisão das obras produzidas: Retractationes (1,13.1):

"Nessa ocasião (últimos meses de 389 ou início de 390), eu também escrevi um livro, o 'De vera religione' ". Demonstra-se aí com numerosos e abundantes argumentos que o único verdadeiro Deus, isto é, a Trindade — Pai, Filho e Espírito Santo — deve ser honrado com religião verdadeira. Essa é a religião cristã, concedida aos homens pela imensa misericórdia de Deus, que se serviu de meios temporais. Decorre daí como o homem deve se dispor com docilidade (suavitate) a praticar esse mesmo culto a Deus. Contudo, é contra a teoria dos maniqueus, sobre as duas naturezas (a do bem e a do mal), que esse livro é sobretudo dirigido.

2. Na carta a Evódio, bispo de Uzalis (Ep. 162,2, do ano 415):

Em resposta à carta 160, em que Evódio consulta Agostinho sobre as provas da existência de Deus, este convida amavelmente seu amigo a rever as obras que compuseram juntos sobre o livre-arbítrio e a espiritualidade da alma. Acrescenta: "Se não for bastante, leia com atenção meu livro intitulado De vera religione e verá que não é a razão que obriga a afirmação de Deus, nem o raciocínio que deduz a necessidade de Deus existir. Assim como seria impróprio dizer: 7 e 3 devem fazer 10. Pois 7 e 3 não devem fazer 10, mas são 10. Do mesmo modo Deus não deve ser sábio mas é sábio". Nós diríamos em outros termos: Deus não é um postulado de nossa razão.

B) De teólogos e historiadores:

1. De Fr. Victorino Capánaga ORSA, em BAC IV De la verdadera religion. Introducción

Santo Agostinho, na época em que escreveu o "De vera religione" ainda simples leigo, vai tomando íntima posse do cristianismo e aprofundando os grandes temas da cultura religiosa. Uma das características que mais realçam neste pequeno livro é a robustez e plenitude das idéias, a solidez de sua arquitetura… É o santo Agostinho dos melhores tempos, com a elasticidade admirável de seu espírito e a imensa força de sua humanidade… A obra, ainda que pertença ao ciclo da polêmica antimaniquéia, pelo fato de estar fundada em grandes princípios metafísicos, religiosos e históricos, oferece horizonte católico e universal. Suas idéias gozam até hoje do mesmo viço e vigor que refulgiam naquele tempo… Nestas páginas sintéticas e pioneiras dos ensinamentos doutrinais do santo Doutor, estão condensadas as mais ricas essências do espírito agostiniano, em torno de problemas máximos da cultura religiosa: religião, cristianismo, Igreja católica.

2. De J. Pegon SJ, Oeuvres de saint Augustin; vol. 8, La foi chrétienne: La vraie religion Introduction, p. 12ss:

O "De vera religione" vem coroar pelo ano 390, todo trabalho de pensamento de santo Agostinho (elaborado após sua conversão, no retiro de Cassicíaco, em Roma e no cenóbio de Tagaste). Será ordenado presbítero pouco tempo depois, aos 36 anos. Na apologética moderna, A verdadeira religião lembra um tratado didático mais ou menos centrado em tese deste gênero: o cristianismo é a única religião divinamente revelada, porque a única autenticada por sinais divinos, dos quais os principais são: o milagre e a profecia… A unidade da obra não é a de uma tese agrupando argumentos sucessivos, mas aparece bem nítida, ao termo de uma análise conscienciosa, tal um tema constantemente retomado em orquestrações variadas que acabam se impondo.

3. De P. Batiffol, em Le catholicisme de Saint Augustin, p. 13:

"Composto entre 389 e 391 — um pouco antes do De utilitate credendi o De vera religione é um tratado de conhecimento racional de Deus. Uma demonstração de sua existência, contra os pagãos. Um desenvolvimento desta tese: A razão pode se elevar do visível ao invisível, e do presente ao eterno, independentemente da autoridade e antes dela (cf. 29,52 e 39,72). É a mesma doutrina de Rm 1,20… A verdade não é engodo e o homem pode, por sua única razão atingi-la".

4. De F. Van der Meer, em Saint Augustin, pasteur d'âmes, I, p. 32:

"Agostinho escreveu a brilhante obra-prima intitulada De vera religione, onde se pode encontrar para essa época, o mais belo ensaio sobre a essência do cristianismo".

E à p. 74: "O autor da maravilhosa pequena obra intitulada De vera religione era pessoa preparada mais do que ninguém, para dar informações sobre o cristianismo a um pagão".

5. De P. Portalié, Dict. de théologie catholique, Augustin:

"É uma pequena obra-prima de apologética — não só contra os maniqueus, mas contra qualquer infiel".

C) Pequena notícia sobre o Utilitate credendi obra semelhante à A verdadeira religião, datada de 391:

A obra traz um relato de sua conversão e dos motivos que a determinaram. Revela o pensamento de Agostinho sobre a Igreja considerada como autoridade. Mostra como o conhecimento natural de Deus, precede todo apelo à autoridade divina. O grande tema é o relacionamento entre a razão e a fé É dedicada a Honorato, que o havia seguido no maniqueísmo. Os argumentos são muito semelhantes ao De vera religione.

III. Síntese ideológica do livro

Prólogo (cc. 1-6)

Os primeiros capítulos da obra parecem-se com os de uma obra apologética geral. Vemos o fato de o cristianismo levantar-se em face do paganismo e a Igreja católica diante de seitas heréticas. Afirma santo Agostinho que o paganismo não chegou a formar uma religião digna desse nome, visto que religião é o conjunto de um culto, de uma moral e de uma doutrina, capazes de conduzir o homem à felicidade. O paganismo apresenta incoerências escandalosas entre culto, doutrina, sacerdócio e filosofia. O culto é supersticioso, criticado e desprezado pelos filósofos. Estes costumavam procurar o caminho de uma vida boa e feliz. Em vão, porém, o fizeram, porque o ideal moral entrevisto, não o conseguiram pôr em prática, muito menos o impo-lo ao gênero humano (4,6). Muito ao contrário, o cristianismo — e Agostinho o proclama com entusiasmo — conseguiu implantar por toda parte, não somente a sua doutrina, mas também costumes novos. Se os filósofos pagãos fossem sinceros deveriam reconhecer as suas aspirações realizadas pelo cristianismo, e ainda de modo superior ao desejado. Que não seja objeção o fato de o cristianismo sofrer também explicações diversas na sua moral, seu culto e sua doutrina. Ao surgirem seitas aberrantes, a única Igreja católica rejeita-as logo, num movimento de autodefesa, tirando partido de tudo para a formação do novo povo espiritual. Daí a utilidade das heresias (6,10).

Primeira parte: Apresentação da obra — os grandes temas (cc. 7-10)

Dirigindo-se a Romaniano, Agostinho mostra-lhe — se assim se pode dizer — a essência do catolicismo: a restauração divina da humanidade realizada na História (7,13). Quem quiser entrar nesta "economia de salvação" deve começar por crer nela "confiando-se inteiramente na autoridade". Mais tarde, será percebida não somente a perfeição teórica da dogmática cristã, mas "seu relacionamento com a misericórdia que Deus manifesta para com o gênero humano" (8,14). A origem do erro em matéria de religião é que a alma se afasta do Deus imutável para se apegar ao temporal. Portanto, se Romaniano quiser se aproveitar da leitura desta obra, deve retificar suas disposições morais.

Segunda parte: a teoria do mal (cc. 11-17)

Começa a demonstração da verdade da religião católica — não em si mesma — mas em relação ao maniqueísmo. Contra a cosmogonia dualista maniquéia, santo Agostinho, por duas vezes, afirma o monismo cristão. Num primeiro esboço, mostra-nos a vida às voltas com a morte. Deus é o autor da vida, somente. Se a vida inclina-se para a morte é por uma falta voluntária contra a ordem estabelecida por Deus. Todo mal se reduz ao pecado, abuso desse livre arbítrio — desconhecido dos maniqueus — e ao castigo do pecado. Alteração, queda, corrupção, multiplicidade — esses males aparecem como perpétua desagregação orientada para o nada ou a perversão. Depende do homem, porém, opor-se a isso, pelo esforço contínuo de voltar à unidade divina (12,24). No próprio castigo, Deus inseriu o remédio. Deu-nos com Cristo, a possibilidade de efetuar esse grande retorno do múltiplo e mutável, ao Uno imutável. A obra do Salvador é descrita num inciso (Cap. 16,30-32). No n. 33, é apresentado o princípio sacramental da religião.

Terceira parte: a bondade da criação e a origem do mal (cc. 18-23)

Santo Agostinho retoma, aprofundando-a, a doutrina da origem do mal. O mal é possível porque os seres criados não possuem o Ser absoluto e podem, portanto, mudar. Define-se então, como perda da saúde-integridade, devida a uma alteração-paixão. Contudo, ainda uma vez, é lembrado que o universo em vir-a-ser é bom. O mal, que é contra a natureza, vem do homem. A cura ou restauração é sempre possível.

Quarta parte: a salvação do homem pela via da autoridade (cc. 24-28)

Santo Agostinho entra no ponto alto de seu tema. Mostra em pormenores como a religião católica realiza integralmente o programa de salvação até então apenas esboçado. Nessa nova ordem, o homem penetra aderindo pela fé, a um testemunho superior, que prepara o caminho para a reflexão espiritual. O papel da autoridade é justificado pelo que poderia ser chamado: uma necessidade pedagógica. Mergulhados no temporal, temos necessidade de "tratamento temporal que chama à salvação, não os sábios, mas os crentes" (24,45). Deus reeducará progressivamente, como bom pedagogo, não somente cada indivíduo, mas todo o gênero humano, pela autoridade. E Agostinho, recorrendo a uma idéia que lhe é cara, aplica-se a nos mostrar as diversas idades da humanidade, em seu retorno a Deus (27,50).

Quinta parte: a salvação do homem pela via da razão (cc. 29-36)

Aplicando-se sobre os dados da fé, a "ratio" efetuará sua "ascensão do visível ao invisível, e do temporal ao eterno". Sendo faculdade de julgar, refere-se em cada um de seus atos a uma norma suprema de harmonia, de beleza, de unidade. Norma essa, não somente suposta como ideal, mas percebida como realidade. Unidade absoluta, transcende o tempo e o espaço, sendo acessível não aos sentidos, mas somente ao espírito (mens). Os sentidos apenas fornecem seus dados passiva, involuntariamente e, portanto, sem mentir. A razão trabalha sem cessar, a trazer o múltiplo mutável ao Uno imutável e à Verdade (35,65).

Sexta parte: a tríplice restauração operada pela reflexão (cc. 37-54)

Todo erro religioso implica sempre desvio moral (turpitudo). Já descobrimos acima, a origem da impiedade e da idolatria, pela análise e crítica da sensação. Acontece que a razão deixa-se dominar pelos sentidos, mergulha no temporal, "toma as obras, ao mesmo tempo pela arte e pelo artífice", e rende-lhe culto. Deparamos assim, com diversos cultos idolátricos: o do ser vivo, da alma racional, da vida fecunda, dos corpos celestes, e mesmo do próprio corpo. Todas essas idolatrias chegam, afinal, a uma espécie de agnosticismo (38,69). Tal agnosticismo revela-se a mais vil de todas as idolatrias, porque cai na tríplice escravidão das paixões definidas por são João como "concupiscência da carne, concupiscência dos olhos, e orgulho das riquezas" (1Jo 2,16). Por felicidade, a providência de Deus intervém: a obra de Cristo, sabedoria e verdade divina encarnadas, permite à ratio agir, "apoiando-se lá mesmo onde o homem caíra". A reflexão operará a tríplice restauração, a qual libertará o homem de sua tríplice escravidão. Santo Agostinho estende-se magnificamente sobre o encontro da verdade no próprio coração (39,72). Mostra-nos, ao concreto, todo o trabalho da conversão, da volta. Assim, a volúpia, o orgulho e a curiosidade servirão para reconquistar os grandes bens: a beleza, a liberdade e o saber, dos quais são apenas sombras.

Conclusão (cc. 55)

Romaniano e os queridos amigos de Tagaste são exortados "a correr para a meta, à qual Deus nos chama por seu Filho, a sabedoria".

BIBLIOGRAFIA

Agustin San, "De vera relgione", in Biblioteca de Autores Cristianos
(BAC), tomo IV, Versão, introdução e notas de Fr. Victorino Capánga, ORSA., Madrid, 1956, pp. 1-233.

————, "De vera religione", in Oeuvres de Saint Augustin, VIII, "La foi chrétienne", texto, tradução, introdução e notas por J. Pegon, s.j., Desclée de Brouwer, Paris, 1951, pp. 11-191; 465-499.

————, "Retractationes", Oeuvres de Saint Augustin, XII, "Les Révisions", texto, tradução e notas por Gustave Bardy, Desclée de Brouwer, Paris, 1951, pp. 341-363; 569.

Agostinho Santo, Confissões, Trad. M. Luiza Jardim Amarante, Paulus, 1984.

————, Tradução Angelo Ricci, Vida e obra por José Américo Motta Pessanha, Col. Os Pensadores, Ed. Abril S.A. Cultural, S. Paulo, 1973.

Batiffol Pierre, Le Catholicisme de saint Augustin, 2 vol. Libr. Lecoffre, Paris, 1920.

Van der Meer F., Saint Augustin, pasteur d'âmes, 2 vol, Edit. Alsatia, Colmar-Paris, 1959.

PRÓLOGO[1]

CAPÍTULO 1

Divergências religiosas entre filósofos e povo

A religião pagã: incoerências

1. O caminho de toda vida boa e feliz[2] encontra-se na verdadeira religião. Por ela, é adorado o único Deus, com piedade muito pura. E é ele reconhecido como o princípio de todos os seres, origem, aperfeiçoamento e coesão de todo o universo.

Assim, é por aí que melhor se manifesta o erro dos pagãos. Em vez de adorarem o único verdadeiro Deus, Senhor de tudo, preferiram adorar muitos deuses. Seus sábios — os renomados filósofos — adotavam para si mesmos outras doutrinas. Freqüentavam, porém, os mesmos templos do povo. Mas tanto a este como aos sacerdotes, era notória a maneira de pensar dos filósofos sobre a natureza dos deuses. Eles não receavam manifestar publicamente as suas opiniões. Esforçavam-se mesmo por persuadir aos demais, o quanto podiam. Apesar disso, acompanhados de seus discípulos — divididos entre si por opiniões divergentes — sem que ninguém lhes proibisse, acorriam todos aos templos, para o culto comum. Não se pretende aqui saber quem dentre eles pensava com justeza, mas na verdade, a meu ver, isto era evidente: em matéria de religião, abraçavam publicamente as crenças religiosas, conforme o sentir do povo, mas em particular, mantinham crenças diferentes, e isso ao conhecimento do mesmo povo.

CAPÍTULO 2

Opinião de Sócrates sobre os deuses

2. Sócrates mostrou-se mais ousado do que os outros filósofos. Em ocasião de juramento solene, chegou a jurar em nome de um cachorro, em nome de uma pedra ou de qualquer outra coisa que lhe caísse às mãos. Creio que ele julgava toda obra da natureza, produzida sob as leis da Providência divina, avantajar-se de muito aos objetos feitos por homens rudes ou artistas. Considerava-as assim, mais dignas de honras divinas do que as estátuas veneradas nos templos. Não que julgasse serem as pedras ou os cachorros dignos da adoração dos sábios, mas queria fazer compreender aos que fossem capazes disso, em que abismo de superstição estavam mergulhados os homens. Os capazes de sair desse abismo deveriam denunciar como imoral tal prática idolátrica. E caso tivessem vergonha de adotar semelhante atitude de denúncia, que ao menos reconhecessem ser essa abstenção uma atitude ainda mais imoral que a do povo idólatra.

Do mesmo modo, Sócrates fazia notar aos que tomavam como deus supremo a este mundo visível, a sua insensatez, mostrando que isso os levaria a julgar legitimo adorar uma pedra como partícula do deus supremo. E no caso de julgarem tal coisa repugnante, teriam de mudar sua maneira de ver e pôr-se em busca do único deus, pois só ele está acima de nossas mentes, e como consta, toda alma e o mundo inteiro foram por ele fabricados.

Após Sócrates, vem Platão, escritor mais agradável do que persuasivo. Esses filósofos não foram feitos para levar a crença de seus compatriotas do culto supersticioso dos ídolos e da vaidade deste mundo ao culto verdadeiro do verdadeiro Deus. O próprio Sócrates venerava os ídolos com o povo. E depois de sua condenação à morte[3], ninguém mais ousou jurar em nome de um cachorro, nem dar a qualquer pedra o nome de Júpiter. Contentaram-se de confiar isso à lembrança de textos escritos. — Seria por temor de medidas severas de repressão ou por alguma condição particular daquele tempo? Não está em mim decidir tal questão.

CAPÍTULO 3

Platão questionado

3. Não ofendendo àqueles que obstinadamente se apegam aos livros desses filósofos, eu direi com plena segurança, que nesta era cristã já não há lugar para dúvidas sobre a religião a que se deve aderir de preferência a todas as outras. Só ela leva, de fato, à verdade e à felicidade.

Suponhamos que Platão vivesse atualmente e não se recusasse às minhas perguntas. Ou melhor, suponhamos que algum discípulo seu, no tempo em que ele vivia, o interrogasse sobre essa questão. Receberia a seguinte explanação:

— que a verdade não se capta com os olhos do corpo, mas com a mente purificada. Toda alma, tendo-a encontrado, pode se tornar feliz e perfeita;

— que ao conhecimento da verdade nada se opõe tanto quanto a corrupção dos costumes e as falsas imagens corpóreas que através dos sentidos exteriores imprimem-se em nós, oriundas do mundo visível, tornando-se fonte de erros e opiniões diversas;

— que, pela mesma razão, antes de tudo deve-se cuidar da alma, para que possa contemplar o exemplar imutável das coisas e a beleza incorruptível, absolutamente igual a si mesma, sem divisão no espaço e sem variação no tempo, mas sendo sempre a mesma, e idêntica em todos os seus aspectos. Beleza essa cuja existência os homens negam, apesar de ser única, verdadeira e suma;

— que tudo mais está sujeito a nascer, a morrer, a mudar, a errar;

— que, enquanto existem, subsistem por terem sido formados pela verdade do eterno Deus;

— que, entre todos os seres existentes, só foi dado à alma racional e intelectual, o privilégio de encontrar suas delícias na contemplação da divina eternidade, de participar e transformar-se nela até poder merecer a vida eterna;

— mas que enquanto a alma espiritual e intelectual se deixar prender pelo amor e o peso das coisas passageiras e inconsistentes, e se afeiçoar aos costumes da vida presente e aos sentidos do corpo, dissipar-se-á em fantasias quiméricas. Daí, serem ridicularizados os que afirmam a existência do mundo invisível, o qual transcende a imaginação e é perceptível unicamente pelo espírito e pela inteligência.

Suponhamos que Platão tenha persuadido seu discípulo de tais ensinamentos, e que ele lhe perguntasse: “No caso de um homem excelente e divino convencer os povos dessas verdades, ainda mesmo que eles não as conseguissem compreender — ou que esse homem se conservasse a si mesmo imune dos erros vulgares, sem se deixar arrastar pela força da opinião pública — julgarias ser ele digno de honras divinas?”

Penso eu que Platão teria respondido que isso não poderia ter sido feito por simples homem, mas só se a força e a sabedoria de Deus tivessem escolhido alguém que fosse subtraído das leis da natureza, sem mesmo passar pelo ensinamento humano, e assim fosse formado por uma luz interior desde o berço, agraciado por tanta graça e robustecido por tal firmeza, elevado a tal majestade, que — desprezando tudo quanto os homens apetecem, inclinados que são ao mal, e padecendo tudo quanto para eles é objeto de horror, e além disso realizando tudo o que eles admiram — pudesse converter todo o mundo a uma fé assim salutar, por força do amor e da autoridade.

E quanto à resposta sobre as honras divinas que tal homem mereceria, eu julgo supérflua a pergunta, por ser fácil compreender quanta honra de fato merece a sabedoria de Deus, visto que é sua ação e governo que valeram a esse homem a verdadeira salvação do gênero humano, e merecimento pessoal imenso.

A ação salvífica de Cristo

4. Ora, essas suposições já estão realizadas e são celebradas em escritos e monumentos. Partindo de uma região da terra onde o único Deus era adorado e onde convinha ter nascido tal homem, varões eleitos foram enviados por todo o orbe, e com seus exemplos e palavras suscitaram incêndios de amor divino. Depois de terem confirmado a doutrina da salvação, deixaram a seus sucessores terras iluminadas pela fé. E para não falarmos só do passado, pois poderia alguém esquivar-se de crer, hoje mesmo são anunciadas a todas as raças e povos estas verdades: "No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus. No princípio, ele estava com Deus. Tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito de tudo o que existe" (Jo 1,1-3). A fim de que a alma conheça a alegria que salva e torna o espírito bastante esclarecido para receber luz tão brilhante, é dito aos avarentos: "Não ajunteis para vós tesouros na terra, onde a traça e o caruncho os destroem, e onde os ladrões arrombam e roubam, mas ajuntai para vós tesouros nos céus, onde nem a traça nem o caruncho destroem e onde os ladrões não arrombam nem roubam, pois onde está teu tesouro aí estará também teu coração" (Mt 6,19-21). É dito aos luxuriosos: "Quem semear na sua carne, da carne colherá corrupção; quem semear no espírito do espírito colherá a vida eterna" (Gl 6,8). É dito aos soberbos: "Todo aquele que se exalta será humilhado e quem se humilha será exaltado" (Lc 14,11). É dito aos irascíveis: "Aquele que te fere na face direita oferece-lhe também a esquerda" (Mt 5,39). É dito aos disputadores: Amai os vossos inimigos" (ibid., 44). É dito aos supersticiosos: "Eis que o Reino de Deus está no meio de vós" (Lc 17,21). É dito aos curiosos: "Não olhamos para as coisas que se vêem, mas para as que não se vêem; pois o que se vê é transitório, mas o que não se vê é eterno" (2Cor 4,18). E afinal, é dito a todos: "Não ameis o mundo nem o que há no mundo Se alguém ama o mundo não está nele o amor do Pai. Porque tudo o que há no mundo — a concupiscência da carne, e a concupiscência dos olhos e o orgulho das riquezas — não vem do Pai, mas do mundo" (lJo 2,15,16).

A transformação operada pela Igreja

5. Se, pois, tais palavras são lidas em nossos dias, aos povos espalhados por todo o mundo e duvidas com sumo prazer e veneração;

— se depois de tanto sangue derramado, de tantas fogueiras, de tantas cruzes, de mártires, as igrejas multiplicaram-se com maior fertilidade e abundância, até junto a povos bárbaros;

— se já ninguém se admira de tantos milhares de jovens e virgens renunciarem ao matrimônio e abraçarem a vida cristã — coisa que Platão por tê-lo feito, temeu de tal modo a perversa opinião de seu século que voltou a conceder à natureza, para ver esquecido esse seu passado, como se fora manchado por falta grave; se todas essas coisas são acolhidas agora de tal modo que — se antes era algo inaudito o argumentar em seu favor — atualmente o é, posicionar-se contra elas;

— se em todas as regiões do mundo habitado são comunicados os santos mistérios cristãos aos que os acolhem e se propõem a segui-los;

— se esses mistérios são propostos todos os dias nas igrejas, e comentados pelos sacerdotes;

— se os que se esforçam por segui-los, batem no peito, arrependidos;

— se são tão inumeráveis os que assumem tal forma de vida que deixando as riquezas e as honras do mundo, vão-se enchendo as ilhas antes desertas e a solidão de muitos lugares, na afluência de homens de todas as classes, desejosos de consagrar a vida ao Deus supremo;

— se finalmente, pelas cidades e aldeias, pelos castelos e bairros e até pelos campos e granjas particulares tão manifestamente é persuadido e desejado o afastamento do mal e a conversão ao único e verdadeiro Deus, que diariamente o gênero humano, espalhado por todo o orbe quase que responde a uma só voz "que têm o coração levantado para o Senhor";

— por que havemos de continuar nos aborrecendo na dissipação do passado e esquadrinhar ainda, oráculos divinos nas entranhas de animais mortos? E quanto à discussão de problemas, por que retermos nos lábios o nome sonoro de Platão em vez de enchermos o coração com a verdade?

CAPÍTULO 4

Impotência do paganismo e eficácia do cristianismo

O ideal não realizado pelos filósofos pagãos

6. Será preciso refutar com novas razões aqueles que consideram como inútil ou mau o menosprezo deste mundo sensível, a purificação moral da alma e sua submissão total ao Deus supremo. Isso no caso de valer a pena discutir com tais pessoas.

Que aqueles que confessam dever seguir o bem, que reconheçam a Deus, submetam-se a ele, já que todos os povos estão convencidos de que devem nele crer. Sem dúvida, os incrédulos também o creriam se se dispussessem a isso. E se não o fazem não podem evitar o pecado de má fé. Rendam-se, pois, àquele que operou este fato maravilhoso. A curiosidade e a vanglória não lhes sirva de obstáculo para reconhecerem a diferença existente entre as tímidas conjeturas de reduzido grupo de pensadores e a salvação manifesta na restauração universal.

Se aqueles grandes homens cujos nomes são exaltados tivessem que viver segunda vida entre nós e deparassem as igrejas repletas e os templos pagãos vazios, o gênero humano vocacionado, pronto a deixar a cobiça dos bens temporais e passageiros, correndo ao encalço da esperança da vida eterna e dos bens espirituais e superiores — então talvez, esses grandes pensadores pagãos exclamassem assim — isso no caso de serem tão dignos como é sua fama: — Eis o ideal que nós não ousa- mos realizar: convencer os povos. Cedemos mais a seus costumes do que os atraímos às nossas convicções e aspirações.

Se voltassem, ter-se-iam feito cristãos

7. Portanto, se aqueles filósofos pudessem voltar à vida conosco, reconheceriam, sem dúvida, a força da Autoridade, que por vias tão simples operou a salvação da humanidade e — mudando algumas palavras e sentenças — ter-se-iam feito cristãos, como vimos que se fizeram muitos platônicos modernos de nossa época.[4]

Ou se não professassem isso, negando a fazê-lo por soberba, obstinação ou inveja, eu duvido que fossem capazes de erguer as asas do ideal — enviscadas pela sordidez — em vez de as alçarem àquelas mesmas alturas a que todos deveriam apetecer e procurar, conforme o próprio parecer desses filósofos.

Ignoro se a tais varões um terceiro vício seria impedimento: a curiosidade de consultar demônios — o que afasta da salvação cristã os pagãos com que atualmente lidamos. Essa curiosidade parece-me por demais pueril para poder ter sido obstáculo àqueles filósofos.

CAPÍTULO 5

Critérios para a busca de verdadeira religião

A coerência entre ensino e prática

8. Seja qual for a intenção dos filósofos, qualquer pessoa pode facilmente compreender que não se há de buscar a religião junto dos que, participando dos mesmos mistérios sagrados com o povo, abertamente expõem em suas escolas opiniões diferentes e contraditórias, sobre a natureza de seus deuses e sobre o sumo Bem.

Se não fosse senão por ter extirpado esse mal, ninguém poderia negar à religião cristã o mérito de indiscutíveis louvares.

(E, dirá alguém, não há divergências na Igreja?)

De fato, as inúmeras heresias, uma vez apartadas da norma do cristianismo, atestam que aqueles que sobre Deus Pai, a sua sabedoria e o dom divino, professam e ensinam doutrinas contrárias à verdade não são admitidos à participação dos santos mistérios. Isso porque se crê e se ensina como fundamento da salvação humana que estejam concordes: a filosofia — isto é, a procura da sabedoria — e a religião. De quem não aprovamos a doutrina, tampouco havemos de participar com eles dos sacramentos.

Cristão-católicos: os guardiãos da integridade

9. A incoerência espanta menos nas seitas que quiseram instituir para si ritos e sacramentos diferentes, tais como não sei que hereges denominados ofitas, os maniqueus e alguns outros.

Deve-se, porém, advertir e chamar mais a atenção daquelas seitas que conservando os mesmos sacramentos, contudo, por sua maneira diferente de pensar, e por preferirem difundir seus erros com obstinação maior do que cuidado em corrigi-los — deveriam eles ser excluídos da comunhão católica e da participação de seus sacramentos. Não só por sua doutrina, mas também por sua superstição mereceriam denominações e assembléias próprias. Assim os fotinianos, arianos e muitos outros. Outra questão é a respeito dos causadores de cismas. A eira do Senhor poderia suportar as palhas até o tempo da última peneirada (Mt 3,12), se eles não tivessem cedido com excessiva leveza ao vento da soberba, separando-se voluntariamente de nós.

Quanto aos judeus, ainda que implorem o mesmo Deus único e todo-poderoso esperam dele apenas os bens temporais e visíveis. Por sua demasiada presunção, não quiseram vislumbrar em suas próprias Escrituras, os primórdios do povo novo que surgia de humildes origens. Permaneceram, assim, no ideal do homem velho.

Desse modo, a verdadeira religião não há de ser buscada na confusão do paganismo, nem nas impurezas do cisma, nem na cegueira do judaísmo, mas somente entre os denominados cristãos católicos ou ortodoxos, isto é, entre os guardiãos da integridade e seguidores do que é reto.

CAPÍTULO 6

Sentido providencial das heresias

Destino dos hereges e cismáticos

10. Esta Igreja católica — vigorosa e extensivamente espalhada por todo o orbe da terra — serve-se de todos os que erram, para o seu próprio proveito e também para a correção deles — uma vez que se resolvam a despertar de seus erros.

Aproveita-se dos pagãos, para campo de sua transformação; dos hereges, para prova de sua doutrina[5]; dos cismáticos, para documento de sua estabilidade; dos judeus para realce de sua formosura. Convida a uns, a outros elimina; a estes abandona, àqueles se antecipa. Contudo, a todos dá a possibilidade de receber a sua graça, quer tenham de ser formados, reformados, reunidos ou admitidos. E a seus filhos carnais, isto é, aos que vivem ou julgam conforme a carne, ela os tolera como a palha, com a qual o grão na eira está mais protegido, até ser limpo de sua casca. Mas como nesta eira, cada qual é voluntariamente palha ou grão, temos de suportar o pecado ou o erro dos outros. Isso até que alguém se levante para denunciar ou defender sua falsa opinião, com ousada pertinácia.

Os que foram excomungados ou se arrependem fazendo penitência e voltam ao redil — ou se afundam na maldade total abusando de seu livre arbítrio, alertando assim nossa vigilância. Fomentam cismas para exercitar a nossa paciência ou provocam alguma heresia, para prova e estímulo de nosso adiantamento intelectual.

Tal é o fim dos cristãos carnais que não chegaram a ser corrigidos ou suportados.

Os justos perseguidos na Igreja

11. Por vezes, permite a própria divina Providência que homens justos sejam desterrados da Igreja católica por causa de alguma violência partidária muito turbulenta da parte de homens carnais.

Se as vítimas dessas injustiças ou injúrias suportarem com paciência, pela paz da Igreja, sem introduzir movimentos cismáticos ou heréticos, ensinarão a todos, com que verdadeiro afeto e sincera caridade se deve servir a Deus.

A intenção de tais homens é o regresso, uma vez passada a tempestade. Ou, se não lho permitirem — por não ter cessado o temporal ou por haver ameaça de que se enfureça ainda mais com o seu retorno — mantenham-se na firme vontade de prover o bem dos próprios agitadores a cuja sedição e turbulência tiveram de ceder. Defendam até morrer e sem suscitar divisões, ajudem com seu testemunho a manter aquela fé que sabem ser pregada pela Igreja católica.

A esses, o Pai que vê no secreto interior, coroará secretamente. Parece ser rara essa categoria de homens, mas exemplos não faltam e são ainda mais freqüentes do que se poderia crer.

Assim, a divina Providência vale-se de toda categoria de homens e de situações para curar as almas e formar um povo espiritual.

1 Boa parte dessas notas foram extraídas ou adaptadas das obras citadas na Bibliografia. Em especial, das obras do Pe. Victorino Capánaga, orsa, De la verdadera religión, Introducción, em BAC IV, e do Pe. J. Pegon, S.J., em Ouevres de Saint Augustin, t. VIII.

2 Desde a primeira linha desta obra, constata-se que há mais do que estreita correspondência entre verdadeira religião e vida feliz. Mas a verdadeira religião, porque não está subordinada ao ideal de uma beatitude natural, não é um eudemonismo. Para Agostinho, a vida boa e feliz não é o fim, mas o critério da verdadeira religião. Neste Prólogo encontramos uma síntese da noção agostiniania de religião. Ele parte do fato religioso concreto, estabelecido socialmente, como que materializado, no culto. Daí se depreende a comunicação com o divino. Justamente é isso o que a religião pretende estabelecer ou pelo menos regulamentar, pois, "nesta era cristã já não há lugar para dúvidas sobre a religião a que se deve aderir de preferência a todas as outras. Só ela leva, de fato, à verdade e à felicidade"(cap.3). Enfim, Agostinho designa-lhe o fim último: a felicidade do homem identificada com a união com Deus.

3 Sua morte assinalou o contraste entre a filosofia e as crenças religiosas populares. Sócrates não era ateu, como declarou o tribunal de Atenas que o condenou à morte. Devido a seu monoteísmo, sua oposição à corrupção geral dos costumes e pregação de reformas, seus numerosos inimigos o acusaram de destruidor da religião tradiconal, entregando-o à justiça que o condenou a beber cicuta. Morreu em grande calma e serenidade, confortando seus discípulos, no ano 399 a.C.

4 Agostinho sempre manifestou predileção pela filosofia platônica, isso porque mais do que as outras filosofias existentes, ela estimulava o seu gênio religioso. Por isso declara ser a doutrina de Platão "mudando algumas palavras e sentenças" idêntica à doutrina cristão. Mas, para explicar a eficácia e unidade da Igreja que se expandiu no mundo todo, ele recorre a elementos especificamente cristãos: a ação de Deus realizada por Jesus Cristo e seus mensageiros. Contrariamente a Sócrates e a Platão, nem o sangue, nem a fogueira, nem a cruz puderam desencorajar essas testemunhas-mártires. O resultado foi a rápida expansão da Igreja até aos povos bárbaros. Embora composta de numerosas comunidades, essa Igreja é una nas crenças, nos costumes e nos sacramentos.

5 Em várias obras, Agostinho aponta para o sentido providencial das heresias. Nas Confissões 7,19,25, ele afirmará: "Era realmente necessário que houvesse heresias, a fim de que os firmes na fé se distiguissem dos fracos". No De Gen. contra Manichaeos 1,2 e De dono perseverantiae 5,8, encontra-se o mesmo tema. No Quaestiones evangl. 2,40, dirá com mais benignidade que não há doutrina falsa à qual não se misture alguma verdade. No Sermão 51,11, dirá: "Veja, pois, V.S., quão proveitosos são os hereges para o serviço de Deus, que usa bem dos maus... Os hereges, impuganando a Igreja para induzir ao erro, contribuem para o encontro da verdade. A verdade seria procurada com mais negligência, se não houvesse adversário ao erro. É o que diz são Paulo em 1Cor 11,19".

OS GRANDES TEMAS

CAPÍTULO 7

Motivos de adesão à Igreja católica

Traços fundamentais da verdadeira religião

12. Ó caríssimo amigo Romaniano,[6] porque, tendo te pro-metido há alguns anos, escrever-te acerca de minhas idéias sobre a verdadeira religião creio ter chegado a hora oportuna, após ter constatado a urgência de tuas penetrantes perguntas. Pelo laço de caridade que me une a ti, não posso sofrer por mais tempo que andes oscilando sem rumo seguro.

Deixemos, pois, de lado:

— todos os que não são nem filósofos em sua prática religiosa, nem religiosos em sua filosofia;

— em seguida, aqueles que — ensoberbecidos por falsa convicção ou calúnia — desviaram-se da regra de fé e da comunhão com a Igreja católica;

— enfim, aqueles que fecharam os olhos para a luz das divinas Escrituras e à graça do povo espiritual, também denominado povo da Nova Aliança. Dessas atitudes, o quanto pude, já delineei brevemente a crítica.

É a religião cristã a que devemos abraçar, e manter a comunhão com a Igreja, a denominada católica, por ser universal. Assim é ela denominada, não somente por seus fiéis, mas também por seus adversários. Queiram ou não, os próprios hereges e cismáticos quando falam dela, não com os seus adeptos, mas com os próprios estranhos, não denominam católica "universal", senão a Igreja católica. Não se poderiam fazer entender se não a distinguissem pelo nome que o mundo todo lhe dá.

Restauração divina da humanidade realizada na História

13. O fundamento para seguir esta religião é a história e a profecia. Aí se descobre á disposição da divina Providência, no tempo, em favor do gênero humano, para re-formá-lo e restaurá-lo, em vista da posse da vida eterna. Crendo nisso, a mente vai se purificando num modo de vida ajustado aos preceitos divinos. Isso a habilitará à percepção das realidades espirituais. Essas realidades não são nem do passado, nem do futuro, mas são sempre idênticas a si mesmas, imunes de qualquer mudança temporal. Trata-se do mesmo e único Deus Pai, Filho e Espírito Santo. Conhecida essa Trindade — quanto é possível na vida presente — sem dúvida alguma a mente percebe que toda criatura intelectual, animal e corporal, recebe dessa mesma Trindade criadora: o ser para ser o que é; a sua forma; e a direção dentro de perfeita ordem universal[7].

Não se entenda por aí, porém, que apenas parcela das criaturas é feita pelo Pai, outra pelo Filho e outra ainda pelo Espírito Santo. O certo é que todas e cada uma das naturezas individuais recebe a criação do Pai pelo Filho, no dom do Espírito Santo. Visto que todas as coisas, substância, essência, natureza ou qualquer outro termo mais adequado, que se dê possui ao mesmo tempo estas três propriedades: é algo único, distingue-se por suas forma das demais coisas, e está dentro da ordem universal.

CAPÍTULO 8

A dupla via: fé e razão

Fiando-nos na autoridade, primeiro acreditamos

14. Reconhecido o princípio que acabamos de expor, aparecerá claro — quanto é possível ao homem — como todas as coisas encontram-se sujeitas a seu Deus e Senhor, por leis necessárias, irrevogáveis e justas. De onde resulta que as verdades, nas quais primeiramente acreditamos, fiando-nos somente na autoridade, tornam-se depois compreen-síveis (pela reflexão), até nos parecerem

certíssimas. Em parte, abraçamos essas verdades porque vemos que elas são possíveis, e em parte, porque muito conveniente foi o terem sido reveladas. Lastimamos aqueles que não crêem nelas, preferindo zombar de nossa credibilidade inicial, não nos seguindo depois, em nossa crença esclarecida.

Quando se conhecem as seguintes verdades:

— aquela sacrossanta encarnação,
— o parto da Virgem,
— a morte do Filho de Deus por nós,
— a ressurreição dos mortos,
— a ascensão ao céu,
— o assentar-se à direita do Pai,
— a remissão dos pecados,
— o juízo universal,
— a ressurreição da carne,

— quando se tem o conhecimento da eternidade da Trindade e da contingência da criatura, essas verdades não são consideradas apenas como objeto de crença, mas percebemos sua relação com a misericórdia que o Deus supremo manifestou para com o gênero humano.

Conveniência das heresias

15. Mas porque é dito com grande verdade: É preciso que haja até mesmo cisões entre vós, a fim de que se tornem manifestos, entre vós, aqueles que são comprovados (1Cor 11,19), aproveitemos também nós desse benefício da divina Providência. Porque os que se tornam hereges são desses homens que mesmo estando dentro da Igreja, errariam igualmente. Mas por estarem fora, aproveitam-nos muito — não por ensinarem a doutrina da verdade a qual ignoram — mas por estimularem os católicos carnais a procurá-la, e os católicos espirituais a encontrá-la. Pois existem na santa Igreja de Deus inumeráveis varões de comprovada virtude que de outro modo permaneceriam ocultos entre nós. Isso porque preferimos estar entregues ao prazer do sono nas trevas da imperícia, a contemplar de frente a luz da verdade. Portanto, se muitos têm a alegria de ver o dia do Senhor é graças aos hereges que os despertaram. Utilizemo-nos, pois, dos hereges, não para aceitar os seus erros, mas para nos confirmar na disciplina católica contra os seus ataques. E sejamos mais cautelosos e vigilantes, já que não conseguimos fazê-los voltar ao caminho da salvação.

CAPÍTULO 9

Diante dos erros maniqueus

Os dois princípios e as duas almas

16. Espero, com a ajuda de Deus, que este escrito, procedente de piedoso objetivo, sirva aos bons leitores de preventivo contra todas as opiniões funestas e errôneas. Não só contra um erro (o dos maniqueus), mas contra todos. Este opúsculo, porém, vai mui principalmente dirigido contra esses que admitem duas naturezas ou substâncias a lutarem entre si.

Pelo fato de certas coisas trazerem infortúnio, e outras produzirem deleite, querem eles que Deus seja o autor não do que os aborrece, mas somente do que lhes agrada. Escravizados por seus costumes e prisioneiros dos laços carnais, sustentam que no mesmo corpo habitam duas almas: uma divina que, naturalmente, é como Deus, e outra oriunda da raça das trevas, a qual não foi criada por Deus. Ele não a produziu nem a repetiu. Essa alma, porém, mantém sua própria vida, sua terra, suas produções e animais. Enfim, possui seu reino e um princípio coeterno. Em certo momento, ela rebelou-se contra Deus, que não tendo como fazer, nem encontrando a maneira de resistir a essa

hostilidade, levado pela necessidade, enviou-a à terra. Foi certa partícula de sua própria substância e mistura que — segundo esse desvario — teria neutralizado a força adversa e fabricado o mundo.

A fé católica ao abrigo dos ataques

17. Por enquanto, não refutemos essas teorias. Já o temos feito em parte. Fá-lo-emos, quanto ao restante, à medida que Deus nos permitir. Nesta obra, quanto estiver em nós, com os argumentos que o Senhor se dignar nos fornecer, mostraremos como a fé católica está ao abrigo desses ataques e como não se deixa prender por razões com as quais os hereges perturbem os espíritos para atraí-los a seus propósitos.

Mas, primeiramente, quero te fazer ciente aqui, pois tu, ó Romaniano, já conheces bem meus sentimentos para saber que afirmo isso solenemente, mas não com presunção: que todo erro que se puder encontrar no presente escrito há de ser atribuído só a mim; ao contrário, toda verdade e boa explicação pertencem a Deus, único doador de todos os bens.

CAPÍTULO 10

Origem dos erros em matéria religiosa

O único Deus a ser adorado

18. Assim, pois, ó Romaniano, tem por coisa manifesta evi-dente que nenhum erro teria sido possível em matéria religiosa se a alma em vez de adorar como seu Deus uma alma, um corpo ou suas próprias imaginações, uma combinação de dois desses elementos ou mesmo todos eles de uma vez, ela, conformando-se sinceramente com as necessida-des da sociedade humana durante esta vida presente, meditasse nas realidades eternas e adorasse o único Deus, que por ser imutável, é o princípio de todo ser mutável.

Todos sabem, por suas próprias impressões, que a alma está sujeita não à mudança espacial, mas à temporal. E todos podem notar também, com facilidade, que o corpo está sujeito à mudança espacial e temporal. Os fantasmas da imaginação nada mais são do que imagens tiradas pelos sentidos corporais da figura dos corpos. É muito fácil confiá-los à memória, tais como foram recebidos, dividi-los, multiplicá-los ou reduzi-los, contraí-los ou dilatá-los, ordená-los ou desordená-los, transformando-os de algum modo pelo trabalho da imaginação. Segue-se, porém, ser muito difícil evitá-los e precaver-se deles na investigação da verdade.

A religião perfeita

19. Não sirvamos, pois, melhor as criaturas do que o Criador (Rm 1,25), nem nos dissipemos em vãos pensamentos, e a nossa religião será perfeita. Unindo-nos ao Criador, necessariamente receberemos a marca de sua eternidade. A alma, coberta e impedida por seus pecados, não seria capaz por si mesma dessa união divina, nem poderia conservá-la. Não existe escada alguma entre as realidades humanas e as coisas divinas, de modo que o homem por seu próprio esforço pudesse se elevar da vida terrestre. Eis porque a inefável misericórdia de Deus vem ajudar a cada homem em particular e ao conjunto do gênero humano, para lembrá-los da sua primeira e perfeita natureza, mediante a dispensação da divina Providência. Serve-se da criatura mutável para que seja submissa às leis eternas. Essa é em nossos tempos, a religião cristã e em conhecê-la e segui-la, está a salvação segura e certíssima.[8]

Métodos de autodefesa

20. Pode-se defender de muitas maneiras a religião cristã contra os disputadores e abrir caminho aos que a buscam. O mesmo Deus onipotente manifesta sempre a verdade por si mesma. Aos que têm boa vontade para percebê-la e adotá-la, Deus faz-se ajudar por bons anjos e alguns homens escolhidos.

Cada qual empregue, para defender a sua religião, o método que lhe parecer conveniente, conforme as pessoas com quem estiver tratando. De minha parte, depois de examinar com exame prolongado, a índole dos que combatem a verdade e a dos que a investigam; depois de constatar o que eu mesmo fui, quer no tempo em que a combatia, quer quando a procurava, eu julgo ser razoável seguir este método: tudo o que reconheceres como verdadeiro, conservar e atribuir à Igreja católica; o falso deixar, e (perdoa-me a mim que sou homem) o duvidoso admiti-lo, até que ou a reflexão te esclarecer ou a autoridade te ensinar, quer a rejeitar, quer a reconhecer a evidência, ou seja ainda, a perseverar naquilo que deve ser acreditado.

(Ó Romaniano), atende, pois, aos raciocínios que seguem, com zelo e piedade, quanto fores capaz, porque Deus vem em ajuda de tais esforços.

6 Nos cc. 7 a 10, Agostinho apresenta os grandes temas desta obra. Começa com segunda e mais direta introdução, dirigindo-se a Romaniano a quem é destinado o opúsculo. Exortando-o com as palavras: "É a religião cristã a que devemos abraçar, e manter a comunhjão com a Igreja, a denominada católica, por ser universal", assinala os três traços fundamentais da verdadeira religião: 1) a universalidade; 2) a comunhão e 3) o aspecto histórico. São estes os motivos de adesão à Igreja católica.

7 Há em Agostinho, desde seus primeiros escritos, um esforço para racionalizar o mistério da Trindade pela investigação de seus vestígios nas criaturas. Aqui, assinala os vestígios ontológicos: o ser (a essência), forma e ordem. Assim, o universo é um vestígio de Deus, revelador dos valores eternos e absolutos e de um plano divino em sentido único, para a restauração e a salvação eterna do gênero humano, como aparece nas primeiras linhas do cap.

8 Nas Retratações 1,13,3, Agostinho observa que os termos "em nossos tempos", se aplicam só ao nome cristã, que é recente pois, "A mesma realidade que agora se chama cristã, já estava presente entre os antigos; nem faltou desde a origem do gênero humano, até que viesse Cristo na carne. É então, que a verdadeira religião – que já existia – começou a tomar o nome de cristã. (...) Foi primeiramente em Antioquia,(...) que os discípulos receberam o nome de cristãos. É porque eu disse: "Em nossos tempos, a religião cristã, não porque ela não existisse nos tempos anteriores, mas porque foi mais tarde que ela recebeu esse nome".

A TEORIA DO MAL

CAPÍTULO 11

Origem da vida e da morte

Deus, a forma incriada

21. Não existe nenhum ser vivo que não venha de Deus, porque ele é, na verdade, a suma vida, a fonte mesma da vida. Nenhum ser vivo, enquanto tal, é mau, mas somente enquanto tende à morte. A morte da vida, essa é a perversão ou a maldade (nequitia), isso é o nada. Por isso, com razão, os homens mais perversos são chamados "homens do nada". Se a vida tende ao nada foi por se ter desviado — por uma defecção voluntária — de quem a criou, e de cujo ser desfrutava. Foi por querer — contra a lei divina — gozar dos seres corpóreos aos quais Deus a tinha colocado superior. Essa é a perversão. Não porque o corpo seja nada. Pois ele possui certa harmonia em suas partes, sem o que, não poderia existir. Também ele é obra daquele que é o princípio de toda harmonia. Todo corpo possui como que certo equilíbrio de forma, sem o qual não existiria. Logo, o Criador dos corpos é o princípio de todo equilíbrio. Ele é a forma incriada e a mais bela de todas as formas. Os corpos todos possuem certa beleza, sem a qual não seriam o que são. Se pois, indagarmos quem constituiu os corpos, busquemos entre todos os seres o que seja formosíssimo. Toda formosura procede dele. E quem é esse senão o Deus único, a verdade única, a única salvação de todas as coisas, a primeira e soberana essência, a fonte de onde procede tudo o que é — enquanto tem o ser — porque tudo o que é como tal é bom.

O mal: o menos ser

22. Logo, a morte não procede de Deus. "Pois Deus não fez a morte, nem tem prazer em destruir os viventes" (Sb 1,13), porque a soberana essência faz ser tudo quanto existe e é chamado essência. Mas a morte, ao contrário, precipita no não-ser a tudo o que morre, à medida que morre. O ser que morre não morre inteiramente, porque se as coisas mortais ou corruptíveis perdessem inteiramente seu ser, chegariam ao nada. Tanto mais morrem quanto mais deixam de participar da essência. Ou dito mais brevemente: tanto mais morrem, quanto menos são. É assim que todo corpo (apenas material) é menos do que vida qualquer, pois a pequenina forma que lhe cabe perdura no ser, graças à Vida que organiza tão bem, seja cada ser animado, seja o conjunto da natureza universal. Logo, o corpo (material) está mais sujeito à morte e, portanto, mais próximo do nada. Pelo que, o ser com alma, que pelo gozo material abandona a Deus, tende ao nada e esse é o mal (nequitia).

CAPÍTULO 12

O desligamento de Deus

Razão da queda do primeiro homem

23. Eis como a vida se torna terrena e carnal, e porque é também chamada terra e carne. Enquanto permanece nesse estado não possui o reino de Deus, e o objeto de seu amor lhe escapa. Isso porque ama o corporal que é menos do que a Vida. Devido a essa desordem, é corruptível o objeto de seu amor. Desfazendo-se, ele abandona o seu amante, tal como ela também abandonou a Deus quando desprezou o mandato de quem lhe dissera: "Coma isto e não aquilo" (Gn 2,16.17). Portanto, o homem vê-se arrastado às penas, por amar as coisas inferiores. Está assim ordenado para aquelas regiões que levam à miséria de seus prazeres e suas dores.

Pois o que é a dor, a chamada dor física, senão a perda repentina da integridade do corpo que — por abuso da alma — caiu sujeito à corrupção? E no que consiste a dor dita da alma, senão na privação das coisas perecíveis de que a alma desfrutava ou esperava desfrutar?

A isso se reduz tudo o que se chama de mal, isto é, o pecado e o castigo do pecado.

Volta a Deus: da dispersão ao Uno

24. Se durante a etapa de sua vida humana, a alma vence as cobiças com que se nutriu pelo gozo das coisas perecedoras, se ela crê que para as vencer Deus a ajuda com o socorro de sua graça, e se submete a ele, em espírito e de boa vontade, então, sem dúvida alguma, ela será regenerada. Da dissipação de tantas coisas transitórias, voltará ao Uno imutável. Recriada pela sabedoria incriada — mas geradora de todo universo — ela gozará de Deus, graças ao Espírito Santo que é o dom de Deus.

Assim se forma o homem espiritual: "o que julga a respeito de tudo e por ninguém é julgado" (1Cor 2,15); o que ama o Senhor seu Deus de todo o entendimento e ao próximo como a si mesmo, não de modo carnal. Quanto a si mesmo, ama-se espiritualmente aquele que ama a Deus com tudo o que nele vive. "Desses dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas" (Mt 22,37-40).

A restauração final de nosso corpo

25. Pode-se concluir que depois da morte física — devida ao primeiro pecado — a seu tempo e segundo sua ordem, este corpo será restituído a seu primeiro estado[9]. Possuí-lo-á não por si mesmo, mas por força da alma fixada em Deus. Tampouco a alma recobra seu primeiro estado por si mesma, mas por favor de Deus que será o seu gozo. Pelo mesmo Deus, ela logrará mais vigor do que o corpo. Este terá força, graças à alma, e a alma gra-ças à Verdade imutável, o Filho único de Deus. Se bem que a própria glória corporal, no fundo, será também obra do Filho de Deus, porque todas as coisas foram feitas por ele.

O dom que o Filho de Deus dá à alma, isto é, o Espírito Santo, não só é dado à alma, o qual a salva e a torna ditosa e santa, mas ao próprio corpo que ficará vivificado em sua ordem, na maior pureza. Pois o Senhor disse: "Limpa, primeiro, o interior do corpo para que também o exterior fique limpo" (Mt 23,26). Disse também o Apóstolo: "Aquele que ressuscitou Cristo Jesus dentre os mortos dará vida também a vossos corpos mortais, mediante o seu Espírito que habita em vós" (Rm 8,11).

Abolido, pois, o pecado, desaparecerão também as suas penas. E o que restará do mal? "Morte, onde está a tua vitória? Morte, onde está o teu aguilhão?" (1Cor 15,55). Porque o ser vence o nada e assim a morte será absorvida pela vitória.

CAPÍTULO 13

A queda dos anjos

Amaram-se mais a si mesmos do que a Deus

26. Contra os homens santificados, o anjo mau, chamado demônio, não pode causar mal algum. Aliás, ele mesmo como anjo é mau, não enquanto anjo, mas por se ter pervertido voluntariamente. Se com efeito, só Deus é imutável, temos de confessar que os anjos são mutáveis por natureza.

É pela própria vontade que os anjos bons amam a Deus mais do que a si mesmos e permanecem firmes e estáveis nele, gozando de sua grandeza, submissos a ele somente, com adesão gratíssima.

Mas o anjo mau, amando-se a si mesmo mais do que a Deus, recusou-se a submeter-se, inchou-se de orgulho e, separando-se da essência soberana, arruinou-se. Por isso ficou diminuído em seu ser primitivo, porque quis gozar daquilo que era menos. Quis gozar mais de seu próprio poder do que do de Deus. Ainda que não fosse ser absoluto, ele possuía natureza excelente, e gozava do sumo Bem que é somente Deus. Ora, todo aquele que é menos do que já foi, não enquanto é, mas enquanto é menos, é mau. Aquele que é menos do que foi, tende à morte. Que há de espantoso, se da defecção venha a privação, e da privação a inveja, pela qual o demônio tornou-se demônio?

CAPÍTULO 14

O pecado vem do livre-arbítrio

Pecar é sempre ato voluntário

27. Se a defecção que chamamos pecado assalta como febre — contra a vontade de alguém — com razão, pareceria injusta a pena que acompanha o pecador, pena que recebe o nome de condenação. De fato, o pecado é mal voluntário. De nenhum modo haveria pecado se não fosse voluntário. Esta afirmação goza de tal evidência que sobre ela estão de acordo os poucos sábios e os numerosos ignorantes que existem no mundo. Pelo que, ou se há de negar a existência do pecado ou confessar que ele é cometido voluntariamente.

Ora, quando se observa bem, ninguém nega a existência do pecado, ao admitir sua correção pela penitência e ainda o perdão concedido ao arrependido. A perseverança no pecado é considerada justamente condenável pela lei de Deus.

Enfim, se o mal não fosse obra da vontade, absolutamente ninguém deveria ser repreendido ou admoestado. E com toda essa supressão, a lei cristã e toda a disciplina religiosa receberia golpe mortal.

Logo, à vontade deve ser atribuído o fato de se cometer pecado. E como não há dúvida sobre a existência do pecado, tampouco se haverá de duvidar do que se segue: — que a alma é dotada do livre-arbítrio de sua vontade.

Julgou Deus que assim seriam melhores os seus servidores — se livremente o servissem. Coisa impossível de se conseguir mediante serviço forçado e não livre.

Os benefícios da liberdade

28. Os anjos servem a Deus livremente, o que é de proveito deles e não de Deus. A Deus não é necessário nenhum bem alheio, por ser ele soberano por si mesmo. E aquele que é gerado (o Filho de Deus) tem nele sua própria substancia, porque não é criado, mas fruto de geração.

Por outro lado, as coisas criadas necessitam do bem divino, isto é, do soberano bem ou suma essência. Elas diminuem no ser quando, devido ao pecado, movem-se menos na direção a Deus. Contudo, as criaturas não são apartadas totalmente, pois nesse caso seriam reduzidas a nada. O que dispõe a alma são os afetos, e o corpo, as posições que ocupa, porque a alma move-se conforme a vontade e o corpo conforme o espaço.

E ao que se refere à tentação do primeiro homem por um anjo mau, não faltou aí o livre consentimento da vontade. Se ele houvesse pecado por constrangimento, não teria sido réu de delito.

CAPÍTULO 15

A sanção do pecado

Benignidade de Deus: estímulo para o reerguimento

29. Relativamente ao corpo humano, era ele excelente em seu gênero, antes do pecado. Depois, porém, tornou-se débil e destinado à morte. Isso mostra quão justo tenha sido o castigo da culpa, nele tendo se manifestado mais a demência do Senhor do que a sua severidade. Desse modo, ficamos estimulados sobre o quanto nos convém erguer nosso amor dos prazeres terrenos para a eterna essência da verdade.

Além disso, vemos se combinarem bem a beleza da justiça e a graça da benignidade. Por nos termos deixado enganar pela doçura dos bens inferiores, deveríamos ser corrigidos pela amargura do castigo. Mas de tal maneira a divina Providência moderou o rigor de seus castigos que, mesmo sob o peso deste corpo corruptível, podemos caminhar em direção à justiça. Renunciando a todo orgulho, chegamos a submeter-nos ao único verdadeiro Deus, sem mais nos confiar em nós mesmos. Basta pormo-nos em suas mãos, para que nos governe e defenda.

Assim, o homem de boa vontade, guiado pelo próprio Deus, converte as tribulações da vida presente em instrumento de fortaleza. No meio da abundância dos prazeres e bens materiais, ele mostra e robustece sua temperança. Nas tentações, afina sua prudência. Tudo isso para não se deixar arrebatar por elas, mas se fazer vigilante e ainda mais ardente no amor pela verdade, a qual é a única a não falhar.

CAPÍTULO 16

Benefícios da encarnação do Verbo

O Filho de Deus assume o homem

30. Deus, por todos os meios, cuida da salvação das almas, dispondo com admirável sabedoria, das circunstâncias dos tempos. Deste tema não se deve falar senão entre pessoas de piedade perfeita.

Nenhum outro plano ajustou-se melhor em proveito do gênero humano do que este[10] realizado pela mesma sabedoria de Deus: — o Filho unigênito, consubstancial ao Pai e co-eterno dignou-se assumir integralmente o homem. "E o Verbo se fez carne e habitou entre nós" (Jo 1,14). Demonstrou assim aos homens carnais e incapazes de captar espiritualmente a verdade, e escravos dos sentidos corporais, quão elevado lugar ocupa, na criação, a natureza humana. Com efeito, o Verbo não só apareceu visivelmente — pois isso poderia ter feito tomando algum corpo etéreo, ajustado e proporcionado à nossa vista. Apareceu entre os homens, como verdadeiro homem. Convinha que assumisse a mesma natureza a ser redimida. E para que nenhum sexo julgasse ser preterido pelo Criador, humanizou-se em forma de varão, nascendo de uma mulher.

Cristo: Deus e homem

31. Em nada, Cristo agiu com violência, mas em tudo, com persuasão e conselho. Passada a antiga escravidão, brilhou o tempo da liberdade, oportuna e salutarmente. O homem foi persuadido — como fora criado — no respeito a seu livre arbítrio.

Cristo, por seus milagres, conquistou a fé dos homens no Deus que é; e pela paixão, a fé na humanidade que assumia.

Assim, falando à multidão como Deus, afastou sua Mãe, cuja chegada anunciavam (Mt 12,48). Não obstante, como ensina o evangelho, sendo menino, viveu submisso a seus pais (Lc 2,51).

Por sua doutrina, mostrou-se Deus; pelo crescimento na idade, mostrou-se homem.

Igualmente, antes de transformar a água em vinho, como Deus disse: "Que temos nós com isso, mulher? Minha hora ainda não chegou" (Jo 2,4). Mas quando chegou a hora de morrer como homem, do alto da cruz, vendo sua Mãe, confiou-a ao discípulo entre todos predileto (Jo 19,26.27).

Os povos apeteciam as riquezas com afã pernicioso, quais satélites dos prazeres. Ele, porém, quis ser pobre.

Os povos eram ávidos de honras e poder. Ele não permitiu que o fizessem rei.

Julgavam o maior bem ter filhos carnais. Ele não buscou matrimônio nem prole.

Fugiam aos insultos com grande soberba. Ele suportou as injúrias de todo gênero.

Tinham como intoleráveis as injustiças. E, contudo, que injustiça maior do que ser condenado, sendo justo e inocente?

Execravam os homens as dores corporais. Ele foi flagelado e torturado. Temiam morrer. Ele foi condenado à morte. Consideravam a cruz como a mais ignominiosa das mortes. Ele foi crucificado.

Com seu desprendimento, abateu o valor das coisas, cuja cobiça era causa de nossa má vida.

Com sua paciência, desviou tudo o que temíamos e evitávamos, no esforço em prol da verdade.

Nenhum pecado pode ser cometido sem apetecer as coisas que ele aborreceu, ou sem evitar as que ele sofreu.

Cristo: Mestre de vida e Causa exemplar

32. Toda a vida terrena de Cristo como homem, cuja natureza dignou-se assumir, foi ensino moral.

Por sua ressurreição dentre os mortos, mostrou claramente que a natureza humana não se perdeu de modo absoluto. Deus tudo salva. Todas as coisas servem ao Criador, seja para castigo dos pecados, seja para a libertação do homem. Cristo mostrou também que tanto mais facilmente serve o corpo à alma, quanto mais esta submete-se a Deus.[11] Quando tal se realiza não só nenhuma substância é má — o que seria impossível — mas nem sequer pode ela ser atacada pelo mal. Este só pode vir do pecado e de suas conseqüências.

Essa é a doutrina cristã da natureza . Doutrina digna de total fé para os cristãos, sejam eles pouco instruídos ou doutos. Doutrina limpa de qualquer erro.

CAPÍTULO 17

Excelência da doutrina expressa nos dois Testamentos

Os sinais sagrados

33. Quanto ao método de ensino de que a doutrina cristã se serve — umas vezes de modo muito direto, outras através de sinais, como palavras, gestos e ritos sagrados muito adequados à instrução e formação da alma — não se ajustará esse método ao ideal de uma doutrina da razão? Pois a exposição dos mistérios procura expressar-se em palavras bem claras. Contudo, se tudo fosse dito de maneira que, com suma facilidade, fosse logo entendido, não haveria mais incentivo para a busca da verdade pelo esforço. Tampouco se daria o seu encontro na alegria. Se não houvesse mistérios nas Escrituras ou se nelas faltassem alguns sinais da verdade, não se harmonizariam a ação e o conhecimento.

Acontece, porém, como de fato a piedade começa pelo temor e se aperfeiçoa na caridade, o povo foi outrora oprimido pelo temor, no tempo da servidão da antiga lei. Andava ele vergado sob quantidade de sinais sagrados. Isso era útil a eles, para terem o desejo da graça de Deus, cuja vinda os profetas cantavam.

Tendo chegado o tempo da graça, a mesma sabedoria de Deus, assumiu o homem, por ele (o Cristo), fomos chamados à liberdade. Instituiu então alguns sinais sagrados (sacramenta),[12] muito salutares, que mantiveram unidos os membros da comunidade do povo cristão, isto é, a multidão livremente submissa ao único Deus.

Os numerosos sinais sagrados impostos ao povo hebreu — essa massa popular submissa pelo medo ao mes-mo único Deus — estão agora revogados, permanecendo, entretanto, como objeto de fé e de interpretação. Desse mo-do, agora, sem nos obrigar servilmente, esses sinais sagra-dos ajudam-nos a exercitar livremente o nosso espírito.

A unidade de origem dos dois Testamentos[13]

34. Para alguém que vier sustentar que os dois Testamentos não podem vir do mesmo Deus, sob pretexto de que nosso povo, hoje, não está submisso aos mesmos sinais sagrados dos judeus de outrora, podemos dizer o seguinte: "Como se poderia sustentar que o mesmo Pai de família, dentro de seu direito justíssimo não possa determinar algo aos súditos merecedores de disciplina mais severa, e outra coisa aos que se digna adotar como filhos seus? E os preceitos morais, por terem sido menos exigentes na antiga lei, e o serem mais restritos no evangelho, impedem por acaso que ambos provenham de origem comum, do mesmo e único Deus?"

Quem assim pensar também pode estranhar que um médico receite aos doentes mais fracos certos remédios, mediante enfermeiros, e a outros pacientes mais robustos, preceitue remédios, ele mesmo, com o fim de reparar ou manter a saúde deles.

Se assim acontece na arte da medicina, onde os males permanecem inalteráveis, mas variam as prescrições conforme os enfermos e sua saúde mutável, do mesmo modo, a divina Providência, sendo imutável em si mesma, socorre de diversas maneiras a criatura frágil conforme a variedade das enfermidades. Receita ou proíbe prescrições diversas, sempre no intuito de dar vigor aos seres defectíveis, isto é, aos que propendem ao nada. Tira-os do vício que é o princípio da morte, senão da própria morte. Restabelece-os e forma-os na própria condição de sua natureza e essência.

9 Ainda nas Retratações 1,13,4, Agostinho esclarece esse ponto: "Pode-se concluir que depois da morte física, devida ao primeiro pecado, a seu tempo e segundo sua ordem, este corpo será restituído a seu primeiro estado. Ora, a ressurreição final da carne fará mais do que levar a recobrar esse primeiro estado original. Ela fará um corpo espiritual do qual só o Espírito vivificante manterá na vida (1Pd 3,18; 1Cor 15,45).

10 Neste texto, é apresentada a obra salutar de Cristo como a mais benfazeja iniciativa divina em relação ao gênero humano. É a misericórdia infinita de Deus a descer sobre a miséria do homem caído, na pessoa do Verbo encarnado. Agostinho reconhece a encarnação do Verbo como o acontecimento de maior ressonân-cia na história da humanidade. É a presença humanizada de Deus no mundo.

11 Agostinho alude aqui à tríplice divisão da filosofia, como ele a entendia: doutrina dos costumes, da natureza e da razão, ou seja, a moral ou a ética, a ontologia ou filosofia natural ou física, e a lógica ou filosofia racional e episte-mologia. Pode-se ainda expressá-la nos termos: o estudo da ação, do ser e do pensamento. O cristianismo resume, assim, a filosofia mais divina que o homem pode possuir: o conhecimento de Cristo e sua obra de salvação; Jesus Cristo é o Mestre da vida, a Causa exemplar do universo e a Verdade encarnada.

12 Agostinho emprega a palavra "sacramenta", plural de sacramentum, com diversos significados, em mútiplos sentidos. Abarca tanto os mistérios da fé, como os signos misteriosos, cerimônias, ritos sacramentais, leis, obsrvâncias, acontecimentos e personagens figurativos. Assim, por ex., a passagem do mar Vermelho é um sacramento.

13 Observamos que desde 16,30 até aqui, está inserido um esboço sobre a salvação trazida por Cristo e a afirmação da profunda unidade e concordância de ambos os Testamentos. Agostinho queria estabelecer uma refutação da exegese maniquéia que afirmava a disparidade das duas Alianças. A diversidade da economia não favorece ao erro dualista dos maniqueus, antes manifesta a liberdade de Deus na distribuição de seus dons. Na terceira parte, será retomado o tema: Bondade da criação e origem do mal.

BONDADE DA CRIAÇÃO E ORIGEM DO MAL

CAPÍTULO 18

A criação é algo de belo e bom

Beleza e defectibilidade das criaturas[14]

35. Ao me objetares: — Por que desfalecem as criaturas? Respondo:

— Pelo fato de serem mutáveis.

— Por que são mutáveis? — Porque não possuem a suma perfeição.

— Por que não possuem a suma perfeição? — Por serem inferiores a quem as criou.

— Quem as criou? — O ser absolutamente soberano.

— Quem é ele? — Deus, a imutável Trindade, que com infinita sabedoria as fez, e com suma benignidade as conserva.

— Para que as fez? — Para que fossem. Porque todo ser, em qualquer grau em que se encontre, é algo de bom, visto que o sumo Bem é o sumo Ser.

— De que as fez? — Do nada. Pois tudo o que é, há de ter, necessariamente certa forma, por ínfima que seja. Ainda que sendo um bem mínimo, sempre é bem e procede de Deus. Deus, por ser a suma forma, é o sumo Bem. E a criatura por ter forma mínima, possui mínimo bem. Assim, todo bem ou é Deus, ou procede de Deus. Logo, ainda que mínima, toda forma vem de Deus.

O que afirmo quanto à forma, pode-se entender igualmente quanto à beleza. Com razão nos louvores, equivalem-se os dois termos: formosíssimo e especiosíssimo.

Por conseguinte, Deus fez todas as coisas com o que não tem nem forma nem beleza, isto é, com o nada. Nada, e nada mais que nada.

Pois, ao que — em comparação com o que é perfeito — dá-se o nome de informe, se todavia possuir alguma forma, ainda que tênue e incipiente, deixa de ser nada. E enquanto possui uma forma, essa não pode provir senão de Deus.

Todo ser vem de Deus

36. Mesmo supondo que o mundo seja feito de alguma matéria informe, essa matéria foi tirada totalmente do nada. Pois, mesmo o que ainda não está formado: sem dúvida alguma, de algum modo já tem iniciada a sua formação. Ser susceptível de forma é benefício de seu Autor, e possuí-la é bem. A simples capacidade de forma é pois, certo bem. Por conseguinte, o autor de todas as formas — que é o doador de toda forma — também é o fundamento da possibilidade de algo ser formado. E assim, tudo o que é, enquanto é, e tudo o que não é, enquanto pode vir a ser, tem de Deus, sua forma ou possibilidade de ser formado.

Dito de outro modo: todo o ser formado, enquanto formado, e todo o que ainda não está formado, enquanto formável, encontra seu fundamento em Deus.

Contudo, nenhum ser realiza a integridade de sua natureza, se em seu gênero não for planificado. (Isto é, sem a integridade de todas as suas características específicas). Ora, toda a integridade vem do Autor de todo bem. É assim que Deus, sendo o princípio de todo bem, o é igualmente de toda integridade.

CAPÍTULO 19

Os seres são bons, mas deterioráveis

Só Deus é o sumo Bem

37. Os que têm os olhos da mente abertos e não fechados ou turvados pelo afã pernicioso do êxito facilmente compreendem que todos os seres são bons, mesmo os que se viciam e morrem. Pois a

deteriorização e a morte são mal. Com efeito, se eles não estivessem carentes de certa integridade, nenhuma deteriorização ou morte os atingiria. Mas se a deteriorização não prejudicasse o ser que é bom, não haveria a deteriorização em si.

Se pois, a integridade é o oposto da deteriorização, sendo a integridade um bem, é bom tudo aquilo que a deteriorização ataca. Os seres são bons, mesmo sujeitos à deteriorização. Se eles se deterioram é porque não possuem o bem na plenitude. Por serem bons, procedem de Deus; por não serem plenamente bons, não são Deus. Por conseguinte, o único bem que não se pode deteriorar é Deus. Os demais bens procedem dele, podem se deteriorar por si mesmos, porque por sua própria procedência nada são.

E pelo mesmo Deus, que alguns bens, em parte, não se deterioram e que outros, deteriorados, podem recobrar a sua integridade.

CAPÍTULO 20

Origem da defectibilidade da alma

Definição do pecado original

38. A primeira deformidade da alma racional é a vontade de executar o que a suma e íntima Verdade lhe proíbe. Assim, o homem foi expulso do paraíso para este mundo, passando dos bens eternos aos temporais, da abundância à miséria, da estabilidade à fraqueza. Não passou, porém, do bem substancial ao mal substancial, porque nenhuma substância é má. Mas passou do bem eterno ao bem temporal, do bem espiritual ao bem carnal, do bem inteligível ao bem sensível, do sumo Bem ao bem ínfimo. Existe, pois, um bem que a alma racional não pode amar, sem pecar. É o bem que é inferior a ela. Assim o mal é o próprio pecado; e não o objeto amado com afeição pecaminosa[15].

Não é má a árvore que, segundo a Escritura, estava plantada no meio do paraíso, mas a transgressão do preceito divino. Seguiu-se, por conseqüência, justo castigo. O tocar a árvore proibida, contra o mandato divino, tornou-se o princípio do discernimento do bem e do mal. Envolvendo-se a alma em seu próprio pecado, ao receber a paga do castigo, vem a conhecer a diferença que há entre o mandato que se recusa a guardar e o pecado cometido. Dessa maneira, o mal que ela não aprendeu a conhecer, precavendo-se dele, conheceu-o pela experiência do mesmo. E menosprezando o bem, pela desobediência, vem a amar o mal com maior ardor.

O mal vem das más ações e de suas conseqüências[16]

39. A defectibilidade da alma vem de seus atos e da pena que padece pelas dificuldades — conseqüência dessa defectibilidade. Todo o mal reduz-se a isso. Ora, o agir ou o padecer não são substâncias. Portanto, a substancia não é um mal.

Por exemplo, nem a água é má, nem é mau o animal que vive no ar, porque ambos são substâncias. O mal é a precipitação voluntária na água e a mortal asfixia que padece aquele que ai se precipita.

O estilete metálico que possui um lado para escrever e outro para apagar é muito bem feito. A seu modo é belo e adaptado a nosso uso. Se alguém quiser escrever pelo lado com que se apaga, e apagar pelo lado com que se escreve, de maneira alguma faria o instrumento tornar-se mal. É a ação feita o mal. E se essa ação for corrigida, onde estará o mal?

Se alguém, repentinamente, fixasse de frente o sol de meio-dia, seus olhos feridos pelos raios se ofuscariam. Serão por acaso maus, por isso, o sol ou os olhos? De modo algum, porque eles são substâncias. O mal está em mirar imprudentemente e no incômodo que segue. Esse desaparecerá, porém, depois de os olhos terem descansado e se dirigido a uma luz conveniente.

Tampouco a luz, se — feita para os olhos — for cul-tuada, como se fosse a luz da sabedoria para o espírito. Ela não se tornaria mal por isso. O mal é a prática supersticiosa com a qual se serve dela

uma criatura, em vez de servir o Criador. E esse mal desaparecerá quando a alma, reconhecendo o Criador, submeter-se a ele unicamente, e compreender que todas as outras coisas lhe estão sujeitas.

As loucas imaginações maniquéias

40. Toda criatura corporal é bem, por pouco que a alma — amante de Deus — a domine. É bem inferior, mas belo em seu gênero, por levar impressa uma forma ou espécie. Quando a criatura corporal é possuída por uma alma negligente de Deus, nem mesmo assim, ela se muda em mal. Sendo, porém, o pecado um mal, esse amor a um bem inferior será ocasião de pena para o seu amante. Poderá levá-lo à miséria, e iludi-lo com seus falsos deleites, visto que esses bens não satisfazem, mas atormentam. Com efeito, com a sucessão do tempo que segue a sua ordem, a beleza cobiçada escapa a seu amante, tortura seus sentidos e o entrega às agitações do erro.

Ele terá tomado como a primeira Beleza a mais minguada de todas as belezas, por ser de natureza corpórea. Sua carne assim a manifestava em precioso deleite, e em sensações fugazes. Ao julgar ter atingido a primeira Beleza pelo pensamento, apenas estava sendo iludido pelas sombras das próprias fantasias.

Mas o maniqueu, se alguma vez, sem respeitar inteiramente as disposições da divina Providência, vangloriando-se ao contrário de as guardar, se ele, indo contra a corrente dos apetites carnais, apegar-se, contudo, a imagens de coisas visíveis, chegará pela imaginação a espaços imensos. Espaços esses cheios daquela luz que vê circunscrita por limites determinados. Promete-se para si, como futura morada, essa luminosidade, sem reparar que a concupiscência dos olhos o tiraniza. Quer se ir fora deste mundo, mas levando o mundo consigo. Pensa não ser do mundo, porque o imagina nessa porção mais esplêndida, num sonho ilusório pelo infinito.

Ora, esse jogo fantasmagórico não só pode ser feito facilmente com a luz, mas também com a água e até com o vinho, com o mel, com o ouro e a prata. Finalmente, com a própria carne, o sangue e os ossos de qualquer animal ou outras coisas desse gênero.

Pois não há coisa material que, vista uma vez, não possa ser figurada inúmeras vezes, ou mesmo achando-se ela encerrada em lugar estreitíssimo, não possa ser dilatada em extensões incomensuráveis, pela força da imaginação.

É muito fácil maldizer a carne, dificílimo, porém, possuir a sabedoria livre do sabor carnal.

CAPÍTULO 21

Origem das ilusões da alma

A alma seduzida pela fugaz beleza dos seres corpóreos

41. Por causa dessa perversidade do homem, oriunda do pecado e sua pena, toda a natureza corpórea converte-se no que disse Salomão: "Vaidade dos que fabricam vaidades, tudo é vaidade. Que proveito tira o homem de todo o trabalho com que se afadiga debaixo do sol?" (Ecl 1,2.3). Não é por nada que o texto afirma: "Vaidade dos que fabricam vaidades" porque se te afastas dos fazedores de vaidade — esses que valorizam os seres inferiores como se fossem os melhores, os seres corpóreos deixariam de ser vaidade e manifestariam — sem engano algum — sua beleza real, se bem que inferior, dentro de sua categoria.

As diversas belezas das coisas temporais, filtrando-se por meio das sensações carnais, arrancam o homem decaído da unidade de Deus introduzindo-o na multiplicidade de afetos efêmeros. Dai se originar essa abundância laboriosa — se assim podemos dizer — essa copiosa indigência, que faz o homem ir atrás de uma coisa e outra, sem se reter em nada. Assim diz o salmista: "Desde o tempo da colheita do trigo, do vinho e do azeite, eles se dissiparam, de modo que não mais se encontram a si mesmos" (Sl 4,8.9, versão itálica). Isso quer dizer: não mais encontram a Deus, aquele Ser imutável

e único, em cujo seguimento não há erro, e cuja posse não acarreta dor alguma. Muito ao contrário, ao segui-lo, o homem consegue também a redenção de seu corpo, que não mais se corromperá (Rm 8,23). Agora, porém, "um corpo corruptível pesa sobre a alma e — tenda de argila — oprime a mente pensativa" (Sb 9,15). O mundo das belezas cor-póreas flui levado pela lei das mudanças sucessivas. Ocupa assim grau ínfimo — pois não pode possuir, ao mesmo tempo, todas as perfeições.

À medida que uns desaparecem e outros se sucedem, a beleza das formas temporais vai irradiando a única Beleza.

CAPÍTULO 22

Nada do que é belo desagrada aos justos

A beleza métrica dos versos

42. Nesse conjunto nada é mal, nem mesmo o transitório.

Por exemplo, um verso é belo no seu gênero, se bem que não se possa pronunciar ao mesmo tempo, duas de suas sílabas. Para emitir a segunda sílaba, é preciso que a primeira tenha passado. Chega-se sucessivamente ao final. E quando ressoa a última sílaba, sem que ressoe com ela as precedentes, ela se liga, entretanto, às sílabas já desaparecidas para completar a beleza e a harmonia métrica do conjunto.

E contudo, a arte formadora dos versos não está de tal modo sujeita ao tempo que a beleza destes fique dividida entre as sucessivas métricas. Compreende, ao mesmo tempo, todos os elementos de que o verso se compõe. Não as contém todas, ao mesmo tempo, mas liga as precedentes às seguintes. E contudo, o verso é belo porque apresenta vestígios íntimos daquela beleza que reside, continuamente e sem mudanças, na própria arte.

A história — poema de sílabas sucessivas

43. A mesma coisa acontece com muitas pessoas de gosto deturpado que gostam, por vezes, mais do verso do que da arte com que ele foi construído. Confiam mais no ouvido do que na inteligência. Assim também, não poucas pessoas gostam mais das coisas temporais do que da divina Providência que forma e dirige os tempos. Têm amor ao fugaz e não querem que passe aquilo que amam. São tão insensatos como alguém que, ao ouvir um poema famoso, quisesse parar e ficar escutando indefinidamente uma só e mesma sílaba.

Na verdade, se não são encontradas tais aberra- ções nos afeiçoados à poesia, o mundo regurgita dos que julgam desse modo as coisas temporais. O motivo é porque todos podem facilmente escutar um verso, e mesmo, todo um poema. Ao contrário, ninguém consegue abraçar em conjunto a ordem dos séculos. Acrescenta-se, também, que nós não formamos parte de um verso, ao passo que, por causa de nossa condenação, participamos da evolução dos séculos. O poema é cantado conforme regras estabelecidas por nós. O tempo compõe-se de nosso penar.

A nenhum vencido agradam os jogos no estádio, se bem que seu insucesso tenha servido ao sucesso do espetáculo. Há aí, justamente, uma como que imitação da realidade. E se nos proíbem tais espetáculos é para não sermos seduzidos pelas sombras das coisas reais e não nos afastarmos, assim, das realidades superiores das quais essas coisas são meras sombras.

A criação e a administração deste universo desagrada só aos impuros e condenados. Contudo, apesar de todas as suas misérias, agrada a muitos dos que foram vencedores na terra e que são agora espectadores seguros no céu. Nada do que é justo desagrada aos justos.

CAPÍTULO 23

O vício é contra a natureza da alma

A beleza da restauração final

44. Visto que toda alma racional é ditosa por suas boas ações, ou infeliz por seus pecados;

— visto que todo ser privado de razão cede ao mais forte; obedece ao superior; luta com seu igual; domina o seu combatente ou causa dano ao vencido;

— visto que todo corpo está a serviço da alma que o ani-ma, quanto merece, pois assim exige a ordem das coisas;

— nada é mal no conjunto da natureza! O mal vem a cada um por sua própria culpa.

Na verdade, quando a alma, regenerada pela graça de Deus, restituída na sua integridade e submissa a seu único Criador — juntamente com o corpo também restaurado na sua estabilidade primitiva, digo, quando a alma começar a dominar o mundo em vez de ser dominada por ele então não haverá mais nenhum mal para ela. Isso porque essa beleza inferior e mutável das coisas temporais, em vez de a envolverem, estarão submissas a ela. E como está escrito: "Haverá novo céu e nova terra" (Ap 11,1). E as almas, em vez de penar em um canto, reinarão no universo. Como diz o Apóstolo: "Tudo é vosso, mas vós sois de Cristo, e Cristo é de Deus" (1Cor 3,22.23). E ainda: "A cabeça de todo homem é Cristo, e a cabeça de Cristo é Deus" (Id. 11,3).

Assim, não é da natureza da alma, o vício. É, sim, contra a sua natureza. O vício nada mais é que pecado e a pena do pecado. Compreende-se daí que nenhuma natureza — substância, essência ou que se empregue outra palavra melhor — seja mal.

Tampouco os pecados de alguma alma ou as penas derivadas, chegam a manchar o universo pela deformidade. O ser racional — se for puro de todo pecado, e submisso a Deus — domina sobre todas as coisas a ele sujeitas. O pecador tomará o lugar que lhe convém — igual aos de sua condição. Pela ação de Deus, criador e ordenador do universo, tudo refulge com decoro. A beleza da criação é o resultado irrepreensível destes três pontos: a condenação dos pecadores, a provação dos justos e a perfeição dos bem-aventurados.

14 Enquanto os maniqueus apresentavam uma imagem do mundo refletida num espelho diabólico, cindindo sua unidade, com a doutrina dos dois princípios antagônicos e absolutos, introduzindo o fatalismo e pessimismo radicais, Agostinho apresenta uma concepção otimista do universo criado sob o princípio único e soberano de Deus. Sob este princípio, o mundo é visto como essencialmente bom e criador de toda bondade.

15 Agostinho empreende aqui, e no número seguinte, uma análise da essência do pecado. Este é aversão a Deus ou voltar-se a bens inferiores. Dez anos depois, nas Confissões 7,16,22, sintetiza: "E procurando o que era a iniqüidade, compreendi que ela não é uma substância existente em si, mas a perversão da vontade que ao afastar-se do Ser supremo – que és tu, ó Deus – se volta para as criaturas inferiores, e esvaziando-se por dentro, pavoneia-se exteriormente".

16 Se, por um lado, Agostinho tem certeza que o mal não é produzido por algo que nos seja exterior, isto é, o mal vem de dentro do homem, não de fora, por outro lado, ele afirma que a criatura é essencialmente boa, como está dito aí e em 20,38: nenhuma substância é má. Nasce aqui certa contradição. Agostinho a resolve dessa maneira: o mal provém justamente do bem, por alteração ou corrupção do bem. O mal não está nas coisas, mas na vontade do homem. Está no sujeito. É um fato da alma (20,39). Consiste em querer realizar o que a Verdade eterna proíbe. Como pecado, é uma aversão, uma recusa do bem insubstituível que é Deus (19.21). É nesse caráter da liberdade do pecado que consiste a culpabilidade (23,44). Ao mesmo tempo que é uma realidade interior, espiritual, o mal projeta-se fora, nas coisas, como pena do pecado (12,23; 20,40).

QUARTA PARTE

A SALVAÇÃO PELA FÉ NA AUTORIDADE

CAPÍTULO 24

A pedagogia divina

Do sensível ao invisível

45. Eis porque a restauração (medicina) que em sua bondade inefável a divina Providência propõe à alma é também mui bela em seus graus e ordem. Deus emprega dois meios: a autoridade e a razão. A autoridade exige a fé e prepara o homem para a reflexão.[17] A razão conduz à compreensão e ao conhecimento. A autoridade, porém, jamais caminha totalmente desprovida da razão, ao considerar Aquele em quem se deve crer. Certamente, a suma autoridade será a verdade conhecida com evidência. Mas como nós estamos imersos no temporal — cujo amor nos impede de conhecer o eterno — o melhor remédio — não por sua natureza e excelência — isto é, o tratamento mais adequado, será também um temporal, que convide à salvação, não os sábios, mas os crentes.

É no lugar onde alguém caiu que é preciso que ele se apóie para se reerguer. Portanto, é precisamente sobre as formas carnais que nos detêm, que encontraremos apoio para conhecer aquelas outras formas que a carne não manifesta. Denomino formas carnais aquelas que se podem perceber por meio do corpo, isto é: olhos, ouvidos e outros sentidos corporais. Essas formas carnais ou corporais que retêm o nosso amor são necessárias na infância; na adolescência não muito; e em seguida, com o progresso da idade, não serão mais necessárias.

CAPÍTULO 25

O critério da autoridade: história e profecia

Discernir em quem crer

46. A Providência divina provê aos interesses não somente de cada homem em particular, como também em geral, de todo o gênero humano, e de modo público. O que acontece com cada um, sabem-no Deus e os favorecidos. O que foi feito ao gênero humano, ele quis nos manifestar pela história e a profecia. Os acontecimentos temporais — passados ou futuros — são mais para serem áridos do que entendidos. A nossa tarefa será examinar em que homens, ou em que livros devemos crer, e depois prestar culto publicamente a Deus, a única salvação. Nessa questão, a primeira coisa é saber em quem crer: se naqueles que nos propõem muitos deuses a adorar, ou se naqueles que nos propõem um só. Como hesitar a preferir aqueles que nos propõem um só Deus, visto que aqueles que adoram a muitos, estão igualmente concordes em existir um Senhor e Ordenador de todas as coisas? Não é pela unidade que começamos a contar os números? Logo, temos de preferir os que afirmam a existência do único Deus, como Deus soberano e verdadeiro, e somente ele deve ser adorado. Se entre estes a verdade não brilha com evidência, então temos que a buscar em outra parte.

Se nas ciências da natureza, a autoridade de um homem que sintetiza tudo em um único princípio, tem peso maior; — e se na multidão do gênero humano não há poder senão no consenso, isto é, na unidade do sentir; assim também, em matéria religiosa, é mais aceitável e digna de fé a autoridade daqueles que apelam para o Uno.

Milagres: sinais visíveis

47. O segundo problema a ser considerado é o desacordo que se levanta entre os homens, relativo ao culto do único Deus. Sabemos que nossos antepassados para se elevarem em grau de fé — das coisas temporais às eternas — guiaram-se (e nem podia ser de outro modo), pelos milagres visíveis. Se bem que, graças a eles, esses milagres não se apresentem mais necessários a seus descendentes. A Igreja católica, estando uma vez difundida e estabelecida por toda a terra, aqueles milagres não foram mais

consentidos ao nosso tempo. Isso para que o nosso espírito não exija sempre coisas visíveis, e que o gênero humano não se arrefeça pelo costume de se apoiar nesses bens, com cuja novidade se inflamara. Aliás, não podemos mais duvidar de que é preciso crer naqueles homens pioneiros. Sua pregação foi acessível apenas a alguns poucos e contudo depois, conseguiram persuadir a todos os povos a segui-los.

A questão, hoje, é saber em quem se deve crer. Caso contrário, somos inaptos para refletir sobre as coisas divinas e invisíveis. Contudo, nunca uma autoridade humana deverá ser preferida à reflexão de uma alma purificada e elevada à evidência da verdade. A esse grau de elevação, porém, jamais o orgulho dá acesso. Sem esse orgulho, todavia, não haveria hereges, nem cismáticos, nem circuncisos, nem adoradores de criaturas e de ídolos. De outro lado, se esses não existissem, o povo eleito seria mais preguiçoso na procura da perfeição que lhe foi prometida.

CAPÍTULO 26

As idades do homem

O homem velho: exterior e terreno

48. Eis como a divina Providência realiza no tempo a recuperação dos homens a quem o pecado fez merecer a condição mortal.

Primeiramente, todo homem, ao nascer neste mundo, só se entretém com suas condições naturais e de aprendizado.

Na primeira idade, passa a cuidar de seu corpo. Tudo isso será esquecido ao crescer. Segue-se a infância. Dessa já começamos a nos lembrar de mais algumas coisas. À infância, sucede a adolescência. Nela, a natureza torna o homem capaz de procriar e tornar-se pai. À adolescência segue-se a juventude, em que já são exercidas funções públicas, sob a imposição das leis. Durante ela, a proibição de pecar é mais veemente e o castigo das trangressões oprime servilmente. Provoca-nos animas carnais, ímpetos libidinosos mais violentos a agravar todos os delitos cometidos. Porque não é pecado simples cometer o que não somente é mau, mas também proibido.

Depois das dificuldades da mocidade, a idade madura concede certa paz. Vem em seguida, uma idade de desgaste e declínio, sujeita à fraqueza e enfermidades, até chegar a morte.

Eis a vida do homem que vive conforme o corpo e deixa-se prender pela cobiça das coisas temporais. É o chamado homem velho e exterior, o homem terreno. Mesmo que tenha o que o vulgo chama de felicidade, vivendo em cidade terrena bem organizada, sob o governo de reis ou chefes, regida por leis ou por tudo de bom ao mesmo tempo. Aliás sem isso, um povo não pode se organizar como deve, mesmo se só tenha objetivos terrestres. Na verdade, todo homem possui certa medida de beleza.

O homem novo: interior e espiritual

49. Eis o homem que acabamos de descrever: homem velho, exterior e terreno, seja nele guardada a conveniente moderação, seja que haja nele excessos devidos à sua condição servil. Há muitas pessoas que levam integralmente tal gênero de vida, desde seu nascimento até à morte.

Outros, porém, tendo necessariamente começado por aí, renascem interiormente, mortificam-se, eliminam por seu crescimento na sabedoria, tudo o que resta do homem velho. Apegando-se estreitamente às leis divinas, esperam para depois da morte visível a renovação integral. Esse é o chamado homem novo, interior e celestial. Ele possui também, por analogias, suas idades espirituais, que se distinguem não pelos anos, mas por seus progressos.

Na primeira idade, a História, sempre benfazeja, o alimenta em seu regaço, pelos exemplos fornecidos.

Na segunda idade, o homem começa a esquecer o que é simplesmente humano e tende ao que é divino. Não se sente mais limitado por autoridade humana; mas dá passos seguindo sua própria razão e adianta-se no seguimento da lei soberana e imutável.

Na terceira idade, já mais seguro, casa a cupidez de sua sensualidade com o vigor de sua razão e, sua alma (psíquica), unindo-se a seu espírito, cobrindo-se sob o véu do pudor, goza interiormente de doçura quase conjugal. Já não vive bem, só por obrigação, mas mesmo quando todos consentissem no permitivismo, não teria nenhum prazer em pecar. Na quarta idade, prossegue, intensificando e regulando esse mesmo esforço. Desabrocha em homem perfeito, pronto e disposto a enfrentar todas as perseguições e turbilhões deste mundo e a triunfar.

Na quinta — nessa idade da tranqüilidade e sossego completo — ele vive nas riquezas e abundância do reino inalterável da sabedoria inefável e soberana.

Na sexta — idade de transformação total na vida eterna — ele esquece totalmente a vida temporal e passa àquela forma perfeita, à imagem e semelhança de Deus.

Na sétima, é o repouso eterno e a beatitude perpétua, na qual não se distinguem mais as idades.

Assim como o fim do homem velho é a morte, o fim do homem novo é a vida eterna. O homem velho é o homem do pecado, e o novo é o da justiça.

CAPÍTULO 27

As idades da humanidade

O processo evolutivo

50. Mas esses dois homens: o velho e o novo, indu-bitavelmente são de tal modo feitos, que o primeiro, isto é, o velho e terreno, pode viver por si só, por toda sua existência neste mundo. Mas o homem novo e celestial, certamente, não poderia se formar no curso desta vida, senão em companhia do velho. É necessário que homem novo se inicie do velho, e conviva com ele até à morte visível. Ainda que enquanto um vai se enfraquecendo, o outro vai se desenvolvendo.

Assim, guardadas as proporções, acontece com o gênero humano, cuja vida se desenrola como a de uma só pessoa, desde Adão até o fim deste século. Pelas leis da divina Providência que a governa, aparece a humanidade distribuída em duas classes. Uma constituída pela multidão dos ímpios que trazem impressa a imagem do homem terreno desde o início dos tempos até o seu fim. A outra classe é formada das gerações de um povo consagrado ao único Deus. De Adão a João Batista, conduziu Deus a vida do homem terreno sob certa justiça servil. Sua história chama-se o Antigo Testamento, sob a promessa de um reino temporal. Mas toda essa história, no seu conjunto, nada mais é do que a imagem do novo povo do Novo Testamento, ao qual é prometido o reino dos céus. A vida desse povo, na fase temporal, vai da vinda do Senhor à humildade, até a sua volta à glória, no dia do Juízo. Depois do que, o velho homem, tendo desaparecido, será aquela transformação definitiva e prometida: uma vida angélica. “Porque todos ressucitaremos, mas nem todos seremos transformados” (1Cor 15,51 — versão itálica).

O povo santo, pois, ressuscitará para ver em si os restos do velho homem transfigurados no homem novo. O povo ímpio também ressuscitará, após haver realizado o velho homem do inicio ao fim’ mas será para cair numa segunda morte.

Os que lerem diligentemente as Escrituras, encontrarão aí a distinção das idades. Não se espantará de encontrar misturadas a cizânia e a palha. Porque o ímpio vive para o homem piedoso, o pecador para o justo, a fim de que, ao lado deles, se levante com estimulo maior para atingir a perfeição.

CAPÍTULO 28

As normas da pedagogia adotada

A ação dos profetas e dos evangelizadores

51. No tempo em que o povo era terreno, os que mereceram atingir a iluminação de homens interiores, foram os auxiliares da humanidade. Manifestaram ao povo o que exigia a idade em que se encontravam, e que ainda não estavam em tempo da manifestação. Assim, aparecem os patriarcas e os profetas, aos olhos daqueles que em vez de se entregarem a ataques pueris, estudavam com piedade e diligência o tão benéfico e sublime mistério das realidades divinas e humanas.

Essa mesma função, no tempo atual do novo povo, são os varões insignes e espirituais, discípulos da Igreja católica que a assumem com muita prudência, como podemos constatar.

Quando eles compreendem que certa questão não deve ainda ser proposta para o povo, guardam-na, mas espalham largamente o leite à multidão ávida, dos que ainda são fracos.

Todavia, juntamente com pequeno número de sá- bios, eles se nutrem de alimentos mais fortes. Pregam a sabedoria entre os perfeitos. Aos homens carnais e psíquicos que — apesar de serem homens novos — são ainda crianças, eles velam algumas coisas, sem jamais usar de mentiras. Não procuram atrair para si vãos elogios e cumprimentos fúteis. Só procuram o proveito dos que mereceram ser seus companheiros nesta vida.

Esta é a lei da divina Providência: que ninguém, para conhecer e obter a graça de Deus, seja ajudado pelos que lhe estão acima, a não ser os que com desinteressado afeto tenham ajudado aos que estão abaixo.

Assim, mesmo depois do nosso primeiro pecado que foi cometido por um homem pecador, e por isso por nossa própria natureza, o gênero humano chega a ser a glória e o ornamento deste mundo. A ação da divina Providência foi tal que pela arte de tratamento indescritível, a própria fealdade dos vícios transforma-se em não sei quê de belo.

17 As repetidas vezes que Agostinho emprega as palavras autoridade (14 vezes) e razão (21), nesta obra, revelam que se trata de um tema capital para o cristão. Nesta quarta parte da obra, Agostinho atinge o ápice de seu tema: a religião católica realiza integralmente o programa de salvação. Nesta nova ordem, aderindo pela fé, o homem penetra num testamento superior (auctoritas), que prepara o caminho para a reflexão espiritual (ratio). Debruçando-se sobre os dados da fé, a razão realizará sua ascensão do visível ao invisível, do temporal ao eterno (52,101). Supera assim o dualismo platônico que rejeitava a matéria como má e da qual o homem devia fugir. Para Agostinho, a matéria recebe, de certo modo, os frutos da redenção pois foi assumida como instrumento da salvação. Veja no nº 48, como é justificado o papel pedagógico da autoridade.

QUINTA PARTE

A SALVAÇÃO PELA RAZÃO

CAPÍTULO 29

A reflexão: caminho da verdadeira religião

A contemplação do espetáculo da natureza[18]

52. Parece que, presentemente, já falamos bastante a respeito dos benefícios da fé na autoridade.

Vejamos, agora, até onde pode ir a razão na sua ascensão do visível ao invisível, do temporal ao eterno.

É preciso não ser, em vão nem inútil, o exercício da contemplação da natureza: a beleza do céu, a disposição dos astros, o esplendor da luz, a alternância dos dias e noites, o ciclo mensal da lua, a distribuição do ano em quatro estações, análoga à divisão dos quatro elementos, o prodigioso poder dos gérmens geradores das espécies e dos números, a existência de todos os seres, enfim, pois cada um guarda sua própria característica e natureza.

Esse espetáculo não é feito para exercermos sobre ele vã e transitória curiosidade. Mas sim para nos elevar gradualmente até as realidades imperecíveis e permanentes.

De tal espetáculo ergue-se logo a questão sobre qual seja essa Natureza viva que tem consciência de todos os fenômenos. Se ela confere vida ao corpo é preciso que ela lhe seja superior. Uma massa qualquer, mesmo refulgente como essa luz que vemos, se não possuir a vida, não merece lugar elevado em nossa estima. É lei da natureza que a substância viva tenha prioridade sobre a substância sem vida.

A possibilidade de julgar: grande superioridade do homem

53. Ninguém contesta que os animais irracionais vivem e sentem. Do mesmo modo é aceito ser superior a eles a alma humana. Não pelo fato de ela perceber o sensível, mas pelo poder que ela tem de julgar.

Com efeito, encontram-se muitos animais cuja vista é mais penetrante do que a dos homens. Com outros sentidos que possuem, chegam a perceber mais agudamente as propriedades dos corpos. Mas para levantar um julgamento sobre isso, não é possível a vida exclusivamente sensível. É preciso possuir a razão. E o que está ausente nos animais é o que faz a nossa superioridade. O ser que julga é superior à coisa julgada — isso é facílimo de constatar. Além do mais, o ser racional não julga somente a respeito de objetos sensíveis, mas também sobre os seus próprios sentidos. Por exemplo, o ramo mergulhado na água parecerá quebrado, apesar de continuar inteiro. Os olhos sentiram com certeza dessa maneira, porque a vista pode nos comunicar o fenômeno, mas não julgar sobre o erro.

É claro que assim como a vida sensitiva é superior ao corpo inorgânico, a vida racional é superior a ambos.

CAPÍTULO 30

As verdades eternas, superiores à nossa razão

A percepção da Verdade no julgamento do espírito

54. Se a alma racional julga conforme as suas próprias normas, não haverá nenhuma natureza que lhe seja superior. Todavia, vemos que ela é evidentemente mu-tável, pois ora é douta, ora ignorante. Julga tanto melhor quanto mais for instruída. E quanto mais lhe for familiar a arte, a ciência ou a doutrina em questão. Portanto, é sobre a essência da arte que será preciso indagarmos. Entendo referir-me aqui por arte, não ao que se obtém pela experiência, mas ao que se descobre pela intelecção intuitiva (raciocinando). Assim, por exemplo, o que conhece de extraordinário, aquele que sabe que a massa de cal e areia solda as pedras mais solidamente do que o barro? Ou o fato de saber

erguer certas construções elegantes onde peças semelhantes são dispostas em ordem simétrica, enquanto outras peças — únicas no seu gênero — são colocadas ao centro? E contudo, esse tipo de percepção está bem próximo da razão e da verdade.

Perguntemo-nos por que ficamos chocados ao ver duas janelas não superpostas, mas justapostas, uma sendo maior ou menor do que a outra, em vez de serem ambas de dimensões iguais. Ao passo que, se estiverem superpostas, mesmo numa diferença de metade do tamanho, a desproporção não nos choca tanto. E ainda porque, desde que sendo apenas duas janelas nós não nos preocupamos de avaliar a diferença de uma e outra. Entretanto, se forem três, o sentido mesmo parece exigir, ou bem que não sejam desiguais, ou bem que a do meio, entre a maior e a menor, ofereça dimensões médias entre as duas outras.

Assim pois, uma espécie de instinto natural nos dirige nessa aquiescência. A esse propósito, notemos bem que tal objeto que, examinado à parte, não nos desagradava, deixa de nos agradar se o compararmos a outro melhor.

Constatamos assim que a arte vulgar reduz-se a uma lembrança de impressões agradáveis que já tivemos, acompanhada de certa habilidade na execução.

Caso tu sejas desprovido dessa habilidade de operar, mas fores capaz de julgar as obras, possuirás por ai um dom bem superior, mesmo se não conseguires executar aquelas obras.

A harmonia exige a Unidade

55. Em toda parte, o que agrada é a harmonia, a qual assegura a integridade e a beleza. Mas a harmonia requer a igualdade e unidade realizadas seja, pela semelhança dos elementos iguais , seja pela proporção dos elementos dessemelhantes.

Mas se alguém puder encontrar entre os corpos perfeita igualdade e semelhança ousará dizer, depois de diligente consideração, que algum corpo é real e simplesmente uno? Todo corpo muda, passando de um aspecto a outro, ou de lugar a outro, é composto de partes, cada uma ocupando seu lugar próprio e distribuídas as partes, em lugares diversos.

Certamente, a verdadeira igualdade e semelhança, assim como a verdadeira e primeira Unidade não são percebidas pelos olhos corporais, nem por nenhum sentido, mas por uma intelecção do espírito.

— Donde viria essa exigência de igualdade entre os corpos, unida à convicção de que essa igualdade difere infinitamente daquela outra que é perfeita (o Deus único), se o espírito não a pudesse perceber com os olhos da mente? Se ao menos pudesse ser denominada perfeita aquela perfeição que não foi feita!

Acima de nossos juízos: a Lei imutável

56. Todas as coisas sensivelmente belas — sejam elas obras da natureza, sejam elaborações da arte humana — não podem subsistir na beleza, sem tempo e lugar, tal o corpo e seus diferentes movimentos.

Entretanto, aquela igualdade e unidade, que só o espírito conhece e pela qual julga a beleza corpórea — conhecida pelos sentidos — essa igualdade e unidade não se en-contram repartidas no espaço, nem se movem no tempo.

Não é exato, portanto, dizer-se que por elas podemos julgar sobre a esfericidade de uma roda, mas não sobre a de pequeno vaso. Ou ainda, que é redondo um vaso, mas não uma moeda.

Do mesmo modo, se se trata do tempo ou do movimento dos corpos, seria ridículo dizer que é conforme a elas (a semelhança e a unidade) que se julga a semelhança dos anos, mas não a dos meses, ou bem a dos meses, mas não a dos dias.

Se alguma coisa, pois, se move harmoniosamente, no espaço ou conforme as horas ou momentos mais breves, esse fenômeno é regulado por lei única, a qual é invariável.

Se, pois, a mesma lei de igualdade e semelhança ou proporção serve para julgar as dimensões mais ou menos grandes de objetos e movimentos, essa lei é superior a tudo mais e por um poder real.

De fato, aquela lei não é nem maior nem menor que o espaço e o tempo medido, pois se fosse maior não serviria totalmente para julgarmos por ela as coisas menores. E se fosse menor, tampouco nos serviria para julgarmos as coisas maiores.

Com efeito, é uma mesma e abrangente lei. Tomemos, por exemplo, a lei do quadrado, que nos faz julgar tal praça do forum, tal pedra retangular, tal quadro, tal jóia quadrangular. Assim também, é a mesma e completa lei de igualdade que aparece na lei do ritmo e nos faz apreciar os movimentos das patinhas de uma formiga que corre ou das patas de um elefante que anda.

Como pois, duvidar de que essa lei seja nem maior nem menor do que os intervalos do espaço e do tempo, mas que com poder supera a tudo? Pelo fato de essa lei de todas as artes ser absolutamente imutável, enquanto o espírito — que recebeu o dom de constatar isso — está sujeito às variações do erro, é claro que existe acima de nossa mente uma lei imutável chamada Verdade.[19]

CAPÍTULO 31

A lei suprema do julgamento: Deus e sua Verdade

Acima da razão: só Deus[20]

57. A partir do que foi visto, é incontestável que aquela natureza imutável que se acha acima da alma racional é Deus. Aí se encontra a primeira vida, a primeira essência. Ai está a primeira Sabedoria. É a Verdade imutável, justamente chamada a lei de todas as artes e a Arte do onipotente Artífice.

Assim sendo, a alma toma consciência de que não é por si mesma que pode julgar sobre a forma e o movimento dos corpos. Ao mesmo tempo, ela reconhece que sua própria natureza é superior à natureza daquelas coisas sobre as quais julga. Contudo, reconhece também, ser ela mesma de natureza inferior àquela de quem recebe o poder de julgar. E que não é capaz de julgar sobre essa natureza que lhe é superior.

Sou, com efeito, capaz de dizer porque os membros de cada corpo devem se corresponder simetricamente. Isso porque eu me deleito na igualdade absoluta percebida pelos olhos — não os de meu corpo — mas os de meu espírito. Tenho estima pelos objetos que contemplo com meus olhos. Tanto mais os estimo, quanto mais por sua natureza eles se aproximam do ideal percebido pelo meu espírito. Como é esse ideal, ninguém sabe explicar bem. E que ninguém venha prudentemente afirmar que ele deveria ser assim, como se lhe fosse possível deixar de ser o que é.

A Verdade: o julgamento do Verbo

58. Por que nos agrada esse ideal? Por que nos apegamos a ele tanto mais veementemente quanto mais o saboreamos? Aí também, ninguém terá a audácia de responder, se entender corretamente.

Pois, se como todos os seres racionais, nós julgamos dos que nos são inferiores conforme a verdade, ao se tratar da própria Verdade, ela é que nos julga, unicamente, ao lhe estarmos unidos.

Ao se tratar da Verdade em pessoa (Jesus Cristo), nem mesmo o Pai o julga, porque ele não lhe é inferior. E quando o Pai julga, é por essa Verdade que ele julga.

Todas as coisas que tendem à unidade têm essa Verdade, Regra, Forma, Modelo — ou outro qualquer nome que se possa dar. Somente essa Verdade realiza plenamente a semelhança daquele de quem recebeu o ser. Se todavia, essa palavra "recebeu" for apropriada para designar o que significa ser Filho. Pois ele não tem o ser de si mesmo, mas do Princípio primeiro e supremo chamado Pai "de quem toma o nome toda paternidade no céu e na terra" (Ef 3,15). É porque "O Pai a ninguém julga,

mas confiou ao Filho todo julgamento" (Jo 5,22) e que "O homem espiritual julga a respeito de tudo e por ninguém é julgado" (1Cor 2,15). Dito de outra forma, nenhum homem o julga, mas ele é julgado somente por aquela lei pela qual pode julgar todas as coisas. Assim, este texto também exprime a verdade: "Todos nós teremos de comparecer manifestamente perante o tribunal de Cristo" (2Cor 5,10).

O homem espiritual, pois, julga tudo, porque está acima de tudo, quando está com Deus. E ele está com Deus, quando entende de maneira muito pura, e que ama com caridade total o que entende. Assim, o quanto está em seu poder, identifica-se com a própria Lei pela qual julga tudo. Essa mesma Lei não pode ser julgada por ninguém.

Da mesma maneira se dá com as nossas leis temporais. Ao instituí-las, os homens as julgam, mas uma vez instituídas e promulgadas, não será permitido ao juiz julgá-las, mas sim, julgar de acordo com elas. Portanto, o legislador temporal — se for homem de bem e sábio — baseia-se sobre a lei eterna, sobre a qual a nenhuma alma racional foi dado poder julgar, para discernir conforme suas prescrições imutáveis o que convém em tal conjuntura impor ou proibir.

É privilégio das almas puras conhecer a lei eterna, mas não o direito de a julgar. Isso porque há esta diferença: para conhecer, basta constatar que uma coisa é assim ou não. Para julgar, porém, nós acrescentamos alguma coisa por onde significamos que ela pode ser também de outro modo. É como se disséssemos: deve ser assim, ou deveria ter sido assim, ou ainda: deverá ser assim. Tal atitude é a dos artistas diante de suas criações.

CAPÍTULO 32

Só o espírito percebe o Ordenador de nossos juízos

Diálogo com um arquiteto

59. Para muitos, a meta é o prazer humano. Não aspiram a algo mais alto, o que lhes permitiria julgar o porquê desses objetos visíveis nos deleitarem.

Suponhamos que eu perguntasse a um arquiteto que acaba de levantar uma ogiva, o porquê de ele iniciar outra ogiva, idêntica à primeira, do outro lado. Creio que me responderia: "Para que as partes iguais se correspondam". Se insisto, e lhe pergunto porque ele escolheu tal disposição, dirá que isso convém, que é belo, que agrada ao olhar. Não ousará ir mais longe. Voltado para a terra, baseia-se em seu olhar, sem compreender a causa. Mas em presença de alguém dotado de olhar interior, que veja as coisas invisíveis, não desistirei. Hei de perguntar por que essa simetria agrada. Isso para que ele tente julgar com precisão sobre o prazer humano. Chegará, assim, a dominá-lo. Deixará de estar preso a ele. Julgará não conforme o mesmo prazer, mas a respeito dele. E perguntarei, primeiramente, se os objetos são belos porque nos agradam ou se nos agradam por serem belos. Indagarei, em seguida, por que motivo eles são belos. Se o arquiteto hesitar, sugerirei que talvez seja porque as partes semelhantes estão reunidas de tal modo que evocam harmonia, unidade.

Os vestígios da unidade

60. Quando aquele arquiteto descobrir que de fato é assim como eu disse, perguntar-lhe-ei ainda: se as partes que tendem com tal evidência para a unidade, realizam-na plenamente ou se ficam distantes disso. E se, de certo modo, elas estão assim mentindo. Esse será o caso, pois todo observador perspicaz verá que não existe nenhuma forma, nem corpo algum desprovido de certo vestigio de unidade, mas por mais belo que seja — pelo fato de ter suas partes dispersas no espaço, ter uma aqui e outra lá — corpo algum pode realizar a unidade perfeita à qual aspira.

Assim sendo, eu insistiria junto a meu interlocutor, para me responder onde ele vê tal unidade ou como se explica que ele a veja. Isso porque se ele não a visse, de onde a conheceria para tentar

imitar a beleza corpori-ficada, mesmo sem que a esteja realizando plenamente? Pois quando é dito aos corpos: "Quanto a vós, se não es-tivésseis contidos em certa unidade, nada serieis. Contudo, se fôsseis a mesma Unidade não serieis corpos!" Retamente se poderia perguntar: "E de que modo conheces tu essa unidade, segundo a qual julgas os corpos?" Se não a visses, não poderias julgar que eles não a realizam, e se pensas ver com os olhos corporais, não vês a Unidade na verdade, pois que mesmo mantendo vestigios dela, contudo os corpos permanecem distantes dela. Com teus olhos corporais só vês objetos corporais. É, pois, só com a mente que vemos a Unidade. Mas onde a vemos? Se ela estivesse só onde está o nosso corpo os orientais não a veriam... (E contudo, eles julgam a respeito dos corpos como nós). Portanto, ela não está circunscrita em um lugar. Presente em toda parte onde é possível julgar, ela não está presa no espaço, em locais determinados. E contudo, de lugar algum ela está ausente, por seu poder.

CAPÍTULO 33

Veracidade do testemunho dos sentidos

Análise da sensação[21]

61. Se a unidade não fosse senão mentira dos corpos, de-veriamos nos guardar de crer neles, para não cairmos na "ilusão dos criadores de ilusões". Ao investigar melhor, porém, vemos que tal mentira vem de que eles parecem apresentar a nossos olhos corporais um ideal perceptível só à mente. Perguntemo-nos, pois, se os sentidos mentem porque são semelhantes aos corpos ou por não os atingirem a fundo. Se os atingissem, conseguiriam imitá-los, e seriam em tudo semelhantes a ele. Se assim fosse, não haveria mais diferenças de natureza entre eles, e portanto, não mentiriam e ofereceriam perfeita identidade.

Aliás, se considerarmos com mais diligência, vemos que os sentidos não mentem. Mentir é querer passar pelo que não se é. Mas passar por outro do que se é — sem o querer — não é mentir. É levar ao engano. O que distingue o mentiroso daquele que leva ao engano, é que todo mentiroso tem a intenção de enganar — mesmo que não se chegue a crer nele. Ao passo que levar ao engano, necessariamente, é algo impossível de não se dar. O fato acontece mesmo.

Ora, a beleza (forma) dos corpos que não possui nenhuma vontade, por si não pode mentir. Tampouco levar a engano — a não ser que se tome essa beleza pelo que ela não é na verdade.

Os sentidos e suas limitações

62. Nem mesmo os olhos se enganam, pois só podem transmitir à alma (racional) a sua impressão. Ora, se não somente os olhos, mas todos os sentidos corporais transmitem a própria impressão, tal qual, pergunto-me o que devemos exigir a mais deles. Suprimamos assim os criadores de ilusões e não haverá ilusão.

Se alguém pensa que o ramo se parte na água e fica inteiro ao ser retirado de lá, não decorre dai que os sentidos anunciaram erroneamente. Esse alguém é que foi mau juiz. Sendo o que é, a vista não podia nem mesmo devia, por sua natureza, sentir outra sensação de um fenômeno verificado dentro da água. Visto que o ar é um meio ambiente diferente do da água, é normal que a sensação seja uma através do ar, e outra através da água. A vista, portanto, está certa. Foi feita somente para ver. A alma (racional) é que está no erro. O espírito é que recebeu o dom de contemplar a suma Beleza, não foi a vista. A alma (racional) quer, porém, voltar o espírito para os corpos, e os olhos corpóreos para Deus. Ela procura o que não é possível ser feito entender as coisas carnais e ver as espirituais.

CAPÍTULO 34

Juízo sobre as imagens

Perigo da inversão dos valores

63. Sendo assim, é preciso retificar esse defeito, porque senão, o que está acima será posto embaixo, e o que está abaixo, em cima. Com isso, a alma não fica apta para o reino dos céus. Guardemo-nos de buscar os valores mais altos, entre os mais baixos, e a esses não vamos nos apegar. Saibamos julgá-los, para não sermos julgados com eles. Isto é, concedamos a eles, o quanto a sua forma de ser o merece — o da última ordem. Sem o que, procurando os principais valores entre os últi- mos, seremos relegados do primeiro ao último plano. Isso não prejudica em nada a esses valores inferiores, mas causa a nós muito mal. Nem a disposição da divina Providência perde sua beleza com isso. Pois a sorte do injusto está ordenada com justiça, e a do indigno, com dignidade.

Resumindo, se a beleza das coisas visíveis nos enganam é porque elas contêm certa unidade, sem contudo a realizar plenamente. Compreendamos, se formos capazes, o que nos leva ao engano: não é o que seja o objeto, mas o que ele não é. Todo corpo é verdadeiro corpo, mas com unidade falha. Não é o Uno supremo. Não o reproduz plenamente. E contudo, não seria um corpo se não tivesse essa certa unidade. Finalmente, ele não poderia ter essa unidade, se não a recebesse daquele que é o Uno supremo.

Falsidade das fantasias imaginação

64. Ó almas obstinadas! dai-me um homem que contemple (estas verdades), sem imaginar nada de carnal. Dai-me quem veja que unicamente o Uno perfeito é o princípio de todas as coisas que possuem unidade, nelas planificando ou não, essa unidade. Dai-me um homem que veja, sem levantar objeções, sem se dar ar de ver o que não vê. Dai-me um homem que resista ao fluxo de sensações carnais e aos golpes que elas infligem em sua alma. Alguém que resista aos costumes dos homens, aos elogios humanos, que chore no leito as suas culpas, que se dedique a reformar seu espírito, sem apego às vaidades, sem busca de ilusões.

Dai-me alguém que saiba pensar assim: Se não há senão uma Roma, fundada, como dizem, à margem do Tibre, por certo Rômulo, ilusória é essa Roma que meu pensamento imagina. Ela não é a mesma, nem lá estou eu presente pelo espírito. Se tal acontecesse, eu saberia, certamente, o que lá se passa, agora. Se o sol é um só, ilusório é este que meu pensamento imagina. Aquele, real, realiza seu curso em determinados espaço e tempo. O sol da minha imaginação, eu o ponho onde quero e quando quero. Se um é aquele amigo meu, falso é o que trago em minha imaginação. O primeiro não sei onde esteja agora, o segundo eu o imagino onde quiser. Eu mesmo, certamente sou um só, e neste lugar sinto o meu corpo, e contudo, por um artifício de minha imaginação vou aonde quero e falo com quem me apraz.

Todas essas coisas são ilusórias e ninguém entende a falsidade. Portanto, não uso a faculdade de compreender quando me entrego a fantasiar as coisas nas quais devo crer. Pois só o verdadeiro deve ser objeto a ser contemplado pela inteligência. Não são, talvez, aquelas representações (as dos maniqueus) os chamados fantasmas da imaginação? De onde vem, pois, que minha alma (no passado) se tenha enchido de tais ilusões?

Onde estará o verdadeiro objeto da contemplação do espírito? A quem se questiona desse modo, já se pode dizer: "É luz verdadeira aquela que te faz reconhecer que tudo isso não é verdadeiro. É por ela que vês aquele Uno, por cujos reflexos vislumbras a unidade em todas as coisas vistas. Vês, porém, que elas são mutáveis, não idênticas ao Uno".

CAPÍTULO 35

Dedicar-se ao conhecimento de Deus

A alma pacificada submete-se plenamente a Deus

65. Se as considerações acima perturbam o olhar de vossa mente, aquietai-vos. Não luteis senão

contra o mau hábito das imaginações corpóreas. Vencei-as e tudo mais será vencido.

É por certo o Uno que nós procuramos. Não há nada mais simples do que ele. Procuremo-lo, pois, em toda simplicidade de coração. "Tranquilizai-vos e reconhecei: Eu sou Deus" (Sl 45,11). Não se trata do repouso da ociosidade, mas do repouso do pensamento, libertado do espaço e do tempo. O turbilhão das imaginações soltas impede ver a unidade inalterável. O espaço apresenta-nos objetos a amar. O tempo arrebata o que amamos, não deixando na alma senão multidão de imagens que excitam a cupidez, em todos os sentidos. A alma torna-se então inquieta, atormentada no seu ardente, mas inútil desejo de possuir os objetos que a possuem.

A alma é convidada ao repouso, isto é, a não amar objetos os quais não poderia amar, sem penar. Pois ela poderá se tornar senhora deles. Em vez de ser possuída, ela se possuirá. "O meu jugo, diz o Senhor, é suave" (Mt 11,30). Quem se submete a esse jugo, submete tudo o mais a si. Aquele que está submisso não oferece resistência. Mas infelizes os amigos deste mundo! Seriam senhores do mundo se o quisessem. Que se tornem filhos de Deus, pois "a todos que o receberam deu o poder de se tornarem filhos de Deus" (Jo 1,12).

Sendo amigos do mundo, porém, temem tanto ser separados desse amor, que parece nada lhes ser mais penoso do que não mais penar.

CAPÍTULO 36

O Verbo de Deus — a própria Verdade

Assemelhar-se ao Verbo — verdade e imagem perfeita do Uno

66. Se está claramente manifesto que a falsidade faz crer na existência daquilo que não é, compreende-se que a verdade seja a que manifeste aquilo que é.

Vimos que os corpos nos enganam, à medida que não realizam plenamente aquele Uno, ao qual se acham levados a imitar. Esse princípio Uno é por quem existe tudo o que de algum modo existe. É por ele que aprovamos tudo o que explicitamente esforça-se por se assemelhar a ele. E naturalmente, desaprovamos tudo o que tende a se afastar dessa unidade, e tornar-se dessemelhante.

Daí se compreende que exista alguém de tal modo semelhante àquele princípio uno — de quem recebe a unidade tudo o que de certo modo é uno — e que realize perfeitamente a tendência a lhe ser semelhante: Esse alguém é a Verdade, o Verbo, que existe desde o princípio, o Verbo de Deus, Deus em Deus.

Se, com efeito, a falsidade vem das coisas que imitando o Uno — não enquanto imitam, mas enquanto não conseguem realizar esse ideal — a Verdade (o Verbo) é o que consegue essa realização. É tal como o Uno. Eis porque é chamado, com retidão, o seu Verbo e a sua Luz (Rm 1,25). Todos os outros seres podem ser ditos semelhantes ao Uno, à medida que existem, pois nessa mesma medida são verdadeiros. Quanto a ele, é na verdade a perfeita semelhança, e portanto a Verdade. Em vista do que, é pela Verdade que é verdadeiro tudo o que seja verdadeiro. Como é pela semelhança que é semelhante tudo o que seja semelhante.

A Verdade é pois, a forma das coisas verdadeiras. Assim como a semelhança é a forma das coisas semelhantes. Assim, as coisas verdadeiras são verdadeiras à medida que existem — e existem à medida que são semelhantes àquele Uno primordial. Por ele, todas as coisas que existem recebem forma, porque ele é a suprema semelhança do princípio. E é a Verdade, porque sem nenhuma dessemelhança com ele.

A origem do pecado

67. Assim, a falsidade não vem da mentira dos objetos (eles não mostram aos sentidos senão a forma que lhes foi dada conforme o seu grau) nem da mentira dos sentidos (impressionados conforme a

natureza do corpo afetado). Transmitem somente isso à alma (racional), a que dirigem as suas impressões.

Os pecados iludem as almas quando elas, ao pro-curarem o verdadeiro, negligenciam a Verdade, por amarem mais as obras do que o Artífice e a sua Arte.[22] São punidos os homens por esse erro que consiste em tomar as obras pelo Artífice e a Arte. Deus não é captado pelos sentidos corporais, mas sobrejuga o próprio espírito.

Os pecadores tomam as obras pela Arte e pelo próprio Artífice.

18 Agostinho parte aqui da ordem universal que reina no mundo, para atingir primeiramente a vida sensível e depois a vida do espírito. Nestes capítulos apresenta, no fundo, uma prova da existência de Deus (veja-se o que ele escreve, a esse respeito, a Evódio, na Carta 162,2). Sobre a sensibilidade de Agostinho diante da beleza da criação leia-se nas Confissões, especialmente 13,4.28: "Todas as obras saídas de tuas mãos são belas e tu, que as criaste, és indizivelmente mais belo".

19 A vida íntima do pensamento não tem em si mesmo razão suficiente e reclama a existência de seu princípio superior, pois há contraste vivo entre as mudanças e contingências do sujeito humano e "a Lei de todas as artes, absolutamente imutável, que é chamada a Verdade". Esse aspecto metafísico da contingência e mutabilidade, esta insuficiência do espírito finito para servir de fundamento último às verdades eternas e necessárias, obriga Agostinho a dar o salto para a transcendência. Desse modo, pela escada do mundo sensível sobe ao mundo inteligível das verdades eternas, e destas a uma luz imutável que é Deus.

20 As idéias resumidas aqui relacionam-se à doutrina básica para Agostinho: a da verdade. No cap. 11,21, Agostinho dizia: "A verdade é a primeira e soberana essência, a fonte de onde procede tudo o que é – enquanto tem o ser, porque tudo o que é como tal, é bom". É a doutrina da religião do homem com Deus. O espírito do homem não se encontra enclausurado em si mesmo, mas em contato com tríplice reino de valores: inferiores, iguais e superiores. O valor dos valores é Deus, com quem o homem tem uma (re)-ligação originária e primordial, porque Deus é o fundamento de nosso ser.

21 Agostinho traça, neste capítulo e no seguinte, uma espécie de tratado da honestidade de nossos sentidos. De fato, "Santo Agostinho admite a veracidade dos sentidos e que os dados sensíveis interpretados e examinados pela inteligência, podem ser fonte de conhecimentos seguros, porque os sentidos, por si mesmos, são mensageiros fiéis. Eles nos informam conforme são atingidos, e a razão – que possui em si mesma a regra do verdadeiro – é capaz de saber discernir suficientemente a sua mensagem". (P.Thonnard, Précis d ´histoire de philosophie).

22 Agostinho fecha esta quinta parte de sua obra indicando onde se encontra, realmente, a origem de todo engano, de toda mentira, de toda impiedade e de todo pecado. Este está no fato de a razão deixar-se dominar pelos sentidos, megulhando-se no temporal, em tomar as obras pela Arte, isto é, o Verbo, a Sabedoria divina, e pelo Artífice ao mesmo tempo. Quando Agostinho afirma aí que as almas buscam o verdadeiro, embora não reconheçam a Verdade no meio das aparências enganosas, alude à atração universal da Verdade que brilha na consciência do homem caído. Tomás de Aquino falará também da tendência geral de todas as coisas para o Bem ao qual apetecem por natureza.

A TRÍPLICE RESTAURAÇÃO OPERADA PELA REFLEXÃO

CAPÍTULO 37

A servidão da impiedade

Adorar as criaturas em lagar de Deus

68. Acima ficou exposta a origem da impiedade. Não somente a dos que pecam atualmente, mas também a origem do mau, naqueles que já estão condenados por seus pecados.

Os homens não somente se prevalecem, explorando as criaturas, de maneira contrária à ordem de Deus, mas ainda procuram satisfazer-se nelas, mais do que na Lei e na Verdade. Tal foi o pecado do primeiro homem: o mau uso de seu livre-arbítrio.

Condenados, os homens vão mais longe. Não somente amam, mas ainda se põem a servir as criaturas, em vez de servir o Criador. Adoram as criaturas, nos seus mais variados elementos, dos mais elevados aos mais baixos.

Alguns adoram, em vez do Deus soberano, a própria alma. Essa criatura de primeira classe, dotada de inteligência, que o Pai criou por sua Verdade, criada para contemplar sempre a Verdade, e por ela poder contemplar a si mesmo. A Verdade em tudo semelhante a Deus.

Daí, passaram os homens ao culto da vida fecunda, pela qual o Deus eterno e imutável suscita os seres visíveis que se reproduzem no tempo.

Depois, vêm a descer ao culto dos animais, e em seguida até ao dos próprios seres puramente materiais. Escolhem entre estes primeiramente os mais belos. Para começar: os astros do firmamento, sendo o primeiro, o sol. Nele, alguns têm permanecido.

Outros homens acham que a lua também merece culto. É ela, como dizem, mais próxima de nós. Por isso nos dá a impressão de ser mais acessível.

Outros ajuntam os demais astros e o firmamento todo, com suas estrelas. Outros, ao céu etéreo, unem a atmosfera terrestre e sujeitam suas almas a esses dois elementos superiores.

Mas aqueles que se julgam os mais religiosos tomam todas as criaturas ao mesmo tempo — o mundo inteiro com tudo o que ele contém — e a mesma vida que é dada pela animação do sopro. Ela é considerada por uns como corpórea e por outros, como incorpórea. Tomam esse todo e o julgam como o único grande Deus, do qual todos os outros seres seriam parte. Não conhecem, pois, o Autor e Criador do universo. Daí, precipitarem-se na idolatria. Depois das obras de Deus, mergulham nas próprias criações visíveis.

CAPÍTULO 38

A adoração da tríplice concupiscência

Escravidão dos adoradores do próprio eu

69. Encontra-se no culto dos ídolos grau ainda mais profundo e mais baixo: o culto religioso absoluto por todos os próprios pensamentos e tudo mais que em seu orgulho e presunção, o espírito desgarrado pode imaginar. Até que venha à idéia desses ímpios de que absolutamente nada merece receber culto. Consideram que os homens se envolvem em crenças supersticiosas. Enganam-se eles e prendem-se numa deplorável escravidão. Mas em vão sentem desse modo, pois eles próprios não conseguem sair dessa sujeição. Permanecem, com efeito, nos próprios vícios que os induzem até opinar que são esses vícios que devem ser adorados. Sujeitam-se à servidão de tríplice cupidez: a do prazer, a da ambição e a da curiosidade.

Eu duvido de que entre esses homens que proclamam nada merecer culto, ser possível encontrar alguém que não esteja sujeito aos prazeres carnais ou em busca do vão poder, ou ainda, loucamente atraído pelo espetáculo. Assim, sem o saber, amam essas coisas temporais, na esperança de

conseguir a felicidade. Mas, forçosamente, queira ou não, o homem é servo daquelas mesmas coisas com que aspira ser feliz. Aonde quer que o levem, ele as segue, chega a tremer diante da menor suspeita de que elas possam lhe ser tiradas. Ora, para isso se dar, bastaria uma centelha de fogo ou um pequenino inseto. Enfim, sem falar de inúmeras adversidades, o próprio tempo leva fatalmente tudo o que é transitório.

Portanto, como todas as coisas pertencem a este mundo temporal, aqueles que para não se escravizarem, proclamam que nada deve ser adorado, tornam-se eles mesmos, escravos dos elementos terrestres.

Como são vencíveis as concupiscências

70. Na verdade, estão os homens reduzidos à extrema miséria. Padecem sob o jugo de suas paixões: a sensualidade, o orgulho e a curiosidade. Quer seja por duas dessas concupiscências quer por todas elas.

Contudo, enquanto estiverem nessa etapa de sua vida humana, eles podem ainda reagir e vencer. Sob a condição de começar por crer naquilo que ainda não podem compreender, e deixar de amar as coisas do mundo. Conforme diz a palavra divina: "Tudo o que há no mundo é: a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a ambição do século" (1Jo 2,16).

Aí está a maneira de designar as nossas três grandes paixões: "concupiscência da carne" é relacionada aos amantes dos vis prazeres; "concupiscência dos olhos", quanto aos curiosos e "ambição do século", referente aos orgulhosos.

Triunfo de Jesus sobre a tríplice tentação

71. São também três as tentações que a Verdade feita homem assinala à nossa vigilância, por meio de seu exemplo. "Manda que estas pedras se transformem em pães" disse-lhe o tentador. Responde-lhe o único e soberano Mestre: "Não só de pão vive o homem, mas de toda palavra que sai da boca de Deus". Por aí nos ensina que a paixão do prazer deve ser tão bem domada que nem sequer à fome se deve ceder.

Mas talvez, se resistiu ao prazer carnal, não possa ele resistir ao fasto do poder temporal. Todos os reinos do mundo lhe são mostrados em seu esplendor e lhe é dito: "Tudo isto te darei se prostrado me adorares" Ao que, ele replica: "Ao Senhor teu Deus adorarás, e a ele só prestarás culto". Assim, a soberba é pisoteada.

Veio depois a última tentação, a da curiosidade. Nada levaria alguém a se jogar do alto do templo, senão o pretexto de algo inédito. Mas tampouco aí foi Jesus vencido. Respondeu de modo que compreendêssemos que para conhecer a Deus não é preciso nenhuma artimanha para tornar visíveis as coisas divinas. "Não tentarás ao Senhor teu Deus" (Mt 4,1-10).

Em resumo, aquele que se alimenta interiormente com a palavra de Deus não procura no deserto desta vida o prazer.

Aquele que vive submisso ao único Deus, não busca neste monte, isto é, na exaltação terrena, a sua vanglória.

Aquele que se deleita com o espetáculo da verdade imutável, não se atira de cima de seu corpo, isto é, das coisas visíveis, para conseguir experiências de coisas temporais e interiores.

CAPÍTULO 39

Retornar dos vícios à primeira beleza

A Verdade habita no coração do homem[23]

72. O que sobra, pois, que não possa recordar à alma, a primeira beleza perdida, já que até as suas próprias paixões podem fazê-lo? Desse modo, "a Sabedoria de Deus se estende com força de uma

extremidade à outra" (Sb 8,1). E assim, por ela, o supremo Artífice ordena suas obras como numa tela, com a única finalidade de beleza. Dessa maneira, essa bondade não se recusa a nenhuma beleza — à mais excelsa como à mais íntima — pois toda beleza só dela pode proceder. E assim, ninguém se afasta dessa Verdade sem se encontrar em face de certa imagem da mesma Verdade. Indaga o que o prazer oferece de cativante, e nada mais encontrarás do que harmonia. Porque, se o desacordo produz o sofrimento, a concórdia traz o deleite. Reconhece, pois, qual seja a suma Harmonia.

Não saias de ti, mas volta para dentro de ti mesmo, a Verdade habita no coração do homem. E se não encontras senão a tua natureza sujeita a mudanças, vai além de ti mesmo. Em te ultrapassando, porém, não te esqueças que transcendes tua alma que raciocina. Portanto, dirige-te à fonte da própria luz da razão.

Aonde pode chegar, com efeito, todo bom pensador senão até à Verdade? Se a Verdade não é atingida pelo próprio raciocínio, ela é justamente, a finalidade da busca dos que raciocinam.

Eis a harmonia que nada mais poderia ultrapassar. Harmoniza-te com ela. Confessa que tu não lhe és idêntico, visto que ela nada precisa procurar para si mesma, ao passo que tu vieste a ela, procurando-a, não a percorrer espaços, mas pelo desejo de teu espírito. Foi ele que te fez encontrá-la, não com fruição carnal e baixa, mas com sumo deleite espiritual. Tudo para que o homem interior se harmonize com Aquele que nele habita.

A Verdade encontra-se mesmo na certeza da dúvida

73. Se não percebes bem o que digo, e duvidas que isso seja a verdade, toma consciência, pelos menos, de que não duvidas de que tenhas duvidado. Depois, se tens certeza de que duvidas, procura o fundamento dessa certeza e então, certamente, não será mais à luz de nosso sol, "mas à luz verdadeira, que vindo ao mundo, ilumina todo mundo" (Jo 1,8), que a encontrarás. Essa luz não é visível a nossos olhos, nem aos olhos (mentais) que nos fazem ver as imagens impressas na alma, nem pelos olhos do corpo, mas sim por aqueles olhos que nos fazem dizer às nossas imaginações: "Não, não sois vós o que eu procuro, não sois o Princípio, graças ao qual eu vos ordeno, repetindo o que me mostrais de fealdade, e aprovando o que em vós encontro de belo. Porque ela é mais bela — aquela luz interior — com a qual eu aprovo e desaprovo. Ela mesma agrada-me acima de tudo. Prefiro-a não somente a vós, (ó imaginações vãs), mas a todos os objetos corporais de onde vos retirei".

Depois, penso assim sobre essa mesma norma: Quem quer que perceba intelectualmente que duvida, percebe uma verdade. Possui uma certeza sobre esse objeto. Possui, pois, uma certeza sobre um objeto verdadeiro.

Por conseqüência, quem quer que duvide da existência da verdade, possui em si mesmo, algo verdadeiro, de onde tira todo fundamento para a sua dúvida. Ora todo verdadeiro, só é verdadeiro pela verdade. Não possui, pois, o direito de duvidar da existência da verdade aquele que de um modo ou outro chegou à dúvida.

Lá, onde aparecem essas evidências, fulgura uma luz, sem espaço local ou temporal, e sem trazer consigo nenhuma imaginação de qualquer gênero seja. Será possível que a evidência possa ter alguma alteração? Certamente não, se bem que todo ser que reflete desapareça ou envelheça sob os impulsos carnais inferiores.

Não é o ato de reflexão que cria as verdades. Ele somente as constata. Portanto, antes de serem constatadas, elas já permaneciam em si, e uma vez constatadas essas verdades nos renovam.

CAPÍTULO 40

A ordem e a beleza reconhecidas pela reflexão

A beleza do corpo humano

74. O homem interior renasce dia a dia, enquanto o homem exterior vai se corrompendo. O homem interior, porém, contempla o homem exterior, e comparando-se a ele, acha-o feio. É belo, contudo, no seu gênero, gozando da harmonia própria do corpo. Tem capacidade de assimilar aquilo que transforma em seu benefício, isto é, os alimentos corporais. De tal modo o faz que, pela sua desintegração, eles perdem a própria forma, incorporam-se à estrutura do organismo e reparam as forças deste. Passando a outra forma conveniente, esses alimentos são de certo modo selecionados pela ação vital do organismo. Os elementos aptos são assumidos para a formação daquela beleza visível. Os não aptos são eliminados nas vias congruentes. O mais fétido volve ao seio da terra para tomar nova forma. Outra parte esvai-se pelo corpo todo. Outra é assimilada pelos números secretos que todo ser animal possui. E inicia-se o germe da prole. Excitado pelo enlace de dois corpos ou por alguma imaginação congênere, verte-se do vértice aos condutos genitais, provocando deleite de ínfima categoria. Em seguida, no seio da mãe, forma-se em intervalos de tempo determinado, numa estrutura especial. De maneira que cada membro ocupa lugar próprio. Se é guardada a lei da harmonia, acrescenta-se o brilho da tez. Nasce um corpo considerado belo. Poderá vir a ser amado fortemente por seus admiradores. Contudo, nele não agrada tanto a forma pela qual se move, quanto a vida que dá origem a esse movimento.

Esse ser vivente, caso nos ame, atrai-nos com veemência. Se nos odeia, faz-nos acender em cólera. Não conseguimos suportá-lo, ainda que nos ofereça sua beleza para desfrute.

Tudo isso pertence ao domínio do prazer e da beleza inferior, a qual se acha sujeita à corrupção. Se assim não fosse, nós a tomaríamos como a suprema Beleza.

A intervenção da Providência

75. A Providência de Deus intervém, primeiramente, mostrando que a beleza do corpo humano não é má. Manifestam-se nele os vestígios dos primeiros números. Entre estes, a Sabedoria de Deus, que não é um número. Em seguida, a Providência mostra-nos que essa beleza é de ordem inferior e mistura-se com dores, doenças, deficiências nos membros de tez pálida. E ainda, está sujeita a rivalidades e conflitos. Isso nos lembra que devemos procurar o Imutável.

Para essa realização, a Providência serve-se de agentes inferiores, que têm prazer de agir desse modo: são os anjos exterminadores, os anjos da vingança, como os denominam as Sagradas Escrituras. Desconhecem o bem para o qual contribuem.

Parecidos a esses anjos maus, são os homens que se alegram com os males dos outros e exibem-se em espetáculos de irrisão, de jogos ou os que procuram exibir-se causando danos e enganos aos demais.

Entretanto, em todas essas situações, as pessoas de bem encontram ensinamento, provação, ocasião de vencer, de triunfar e reinar. As pessoas estultas, contudo, são enganadas, atormentadas, vencidas, condenadas, reduzidas à escravidão. Isso não diretamente, pelo único e soberano Senhor de tudo, mas por intermédio de seus servos, isto é, aqueles anjos que se nutrem com as dores e as misérias dos condenados. Por causa dessa malevolência, aborrecem-se com a libertação dos bons.

Critérios para o reto julgamento

76. Assim sendo, todos os seres, por seus ofícios e finalidades ordenam-se para a beleza do universo. O que, tomado separadamente, pode nos causar desagrado, no conjunto, torna-se muito agradável.

Para julgar sobre um edifício, não devemos nos limitar a considerar somente um ângulo. Nem para julgar a beleza de um homem, apenas a sua cabeleira. Ou a respeito de bom orador, unicamente, o

movimento de suas mãos. Ou ainda sobre o ciclo da lua, somente três dias de sua fase.

Todos os seres materiais são de ordem inferior, justamente, porque são inteiramente feitos de partes imperfeitas. Mas pode ser sentida a sua beleza, seja no seu repouso, seja no seu movimento. É preciso, considerá-los na totalidade, se quisermos julgá-los corretamente.

Na verdade, o nosso julgamento — seja sobre parte, seja sobre o todo é coisa bela. Transcende o mundo todo, à medida que julgamos corretamente, sem nos prendermos a alguma parte apenas. O nosso erro está aí: prender-nos a uma única parte. Daí, o julgamento tornar-se disforme por si mesmo.

Acontece, porém, como na pintura: a cor negra no conjunto do quadro torna-se bela. Assim, toda a luta pela vida que enfrentamos é ordenada como convém, pela divina Providência imutável. Ela dá um papel aos vencidos, tal outro aos combatentes, tal outro aos vencedores, tal outro aos espectadores, tal outro às almas pacíficas — essas contempladoras do único Deus.

Nisso tudo, só é mal o pecado e a conseqüência do pecado, isto é, o afastamento voluntário da suma essência, e o penar forçado no que há de mais baixo. Em outros termos, o mal reduz-se na emancipação em relação à justiça, e na servidão em relação ao pecado.

CAPÍTULO 41

O belo encontra-se até no castigo do pecado

A beleza ascendente das criaturas

77. O homem exterior muda — seja pelo progredir do homem interior, seja por sua própria debilidade. No primeiro caso, será para se transformar inteiramente para melhor, até vir o som da trombeta final quando reencontrará sua integridade. Nunca mais se corromperá nem prejudicará os outros. No segundo caso, cairá no plano das mais corruptíveis das belezas, isto é, no plano dos castigos.

Não vos admireis de que ainda aí emprego o termo beleza. Pois nada de ordenado deixa de ser belo. É como diz o Apóstolo: "Toda ordem vem de Deus" (Rm 13,1).[24]

É preciso reconhecer que é preferível se encontrar um homem a chorar, a um insetozinho a se alegrar. E contudo, eu posso fazer longo elogio ao inseto, se considero o brilho de suas cores, a figura roliça de seu corpo, as proporções dos membros dianteiros, médios e traseiros que mantêm toda uma exigência de unidade permitida a esse humilde grau de ser. Nele, não há parte alguma que não tenha em face outra correspondente, na mesma dimensão. E o que dizer da vida que anima esse pequenino corpo? E o modo como se movimenta em cadência? Como procura o que lhe convém, ultrapassando ou evitando os obstáculos, quanto pode. Tudo subordina a seu único instinto de conservação. Recorda ele a suma unidade criadora de todas as obras da natureza, muito mais do que um ser inorgânico. E digo isso de um insetozinho que de certa forma possui vida só em pequena escala.

Sabe-se que há muitos autores que até chegaram a fazer copioso elogio da cinza e do esterco (Catão, conforme afirma Cícero, em sua obra "Catão, o maior").

O que há de espantoso, pois, de eu afirmar que a alma humana que em todas as situações e disposições se mantém superior a qualquer simples ser corporal, está belamente ordenada. Mesmo de seus castigos, surgem novas belezas. Sendo infeliz, ela está lá onde convém que estejam — não os bem-aventurados — mas os infelizes condenados.

Exercer o poder viril do autodomínio

78. Não sejamos enganados por pessoa alguma, em absoluto.

Se alguma coisa é desaprovada, com razão, é porque a menosprezamos, ao compará-la com algo

melhor.

Ora, toda obra da natureza, seja ela a última, a ínfima, é digna de elogio em comparação ao nada. E contudo, nada é totalmente bom, quando poderia ser melhor.

Portanto, se de um lado podemos ter o Bem, com a própria Verdade; de outro, temos o mal, com o simples vestígio da verdade. Seria ainda pior, se tivéssemos somente os limites de seus vestígios. Isso se verifica quando nos apegamos aos deleites carnais.

Vençamos, pois, as seduções ou os aborrecimentos de tal paixão. (E empregando uma metáfora): submetamos essa mulher — se formos homens. Sob nosso comando, ela se tornará melhor. Seu nome não será mais paixão, mas temperança. Ao contrário, no caso de ser ela que nos manda e nós que a seguimos, seu nome será realmente paixão e libido. E o nosso nome: temeridade e estultice. Sigamos a Cristo, nossa cabeça, a fim de, por nossa vez, sermos seguidas por aquela de quem somos a cabeça.

Isso vale igualmente para as mulheres. Não por direito conjugal, mas pelo direito fraterno. Esse direito, pelo qual em Cristo, não somos mais nem homens nem mulheres. Pois as mulheres possuem também em si algo viril, que lhes permite subjugar a concupiscência — essa outra mulher — para assim poderem servir a Cristo e dominar as próprias paixões.

Tem aparecido na história do povo cristão, uma quantidade de viúvas, virgens de Deus e muitas esposas também, que na fraternidade observam as leis do casamento.

Essa nova vida se dá quando dominamos essa porção de nós mesmos, da qual Deus quer que tomemos posse, exortando-nos e ajudando-nos. Mas se essa porção — em conseqüência de negligências — submeter a parte viril, isto é, o espírito e a razão, a pessoa será torpe e desgraçada. Ser-lhe-á destinado já nesta vida e em seguida na outra, o lugar para o qual justamente lhe destinou e ordenou o supremo Senhor e Ordenador.

Assim vemos não ser tolerado que a universalidade das criaturas seja manchada por esse tipo de deformidade.

CAPÍTULO 42

A primeira restauração: A reflexão remédio contra a concupiscência da carne

Refletir sobre a vitalidade da natureza

79. Caminhemos, pois, enquanto é dia, isto é, enquanto podemos nos servir da razão, para nos voltar para Deus. Assim, mereceremos ser iluminados por seu Verbo, que é a verdadeira luz e "para que a escuridão não nos alcance" (Jo 12,35). O dia é a presença daquela luz "a luz verdadeira que vindo ao mundo, ilumina todo homem" (Jo 1,9).

O texto diz: "todo homem", porque cada um é capaz de se servir de sua razão, apoiando-se, para se reerguer, ali no lugar onde caiu.

Se amamos o prazer carnal, examinamo-lo atentamente, e quando tivermos reconhecido os vestígios de certos números, procuramo-los, lá onde eles se encontram, sem nenhuma extensão material. (Isto é, em Deus). Pois é aí que é mais perfeita a unidade de tudo o que existe. E se eles, os números, se encontram até no próprio movimento vital, em operação no esperma, aí hão de ser mais admirados do que nos corpos (sem vida). Acontece que se os números dos germes crescessem conforme o volume dos mesmos, da metade de um grão de figo brotaria apenas a metade de uma figueira. Do mesmo modo, do sêmen de um animal — se fosse emitido só em parte — não se produziriam animais perfeitos e íntegros. Nem mesmo um só pequenino sêmen poderia ter esse poder incalculável de reprodução na sua própria espécie. Ora, foi de um germe único que se propagou pelos séculos, conforme sua própria natureza, colheitas de colheitas, florestas de florestas, rebanhos de rebanhos, povos de povos sem que se encontre uma folha sequer, nem pêlo algum nessas inumeráveis séries de sucessão que não tenha sua causa naquele primeiro e único germe.

É também para notar quão numerosa e quão suave a beleza das melodias transmitidas pelo ar, como, por exemplo, o canto do rouxinol. A alma desse passarinho não produziria tais melodias tão livremente se não encontrasse essa impressão sob forma incorpórea, em seu movimento vital.

Essas observações servem para todos os outros seres vivos, carentes de razão, mas não de sentidos. Nenhum deles, quer pelos sons emitidos, quer por outro movimento ou atividade de seus membros, deixa de apresentar um não sei quê de harmonioso em seu gênero. E não foi conseguido por qualquer aprendizado, mas pelas leis secretas da natureza, reguladas pela imutável lei dos números, origem de toda harmonia.

CAPÍTULO 43

Valor da possibilidade humana de julgar

Refletindo sobre a proporção das coisas

80. Voltemos ao tema do homem, deixando de lado o que temos de comum com os vegetais e os animais. Vemos que a andorinha tem um só modo de construir o seu ninho. Do mesmo modo, cada espécie de pássaro possui o seu modo exclusivo. O que há, pois, em nós, homens, que nos permite julgar sobre todas as coisas? Por exemplo, os ninhos que as aves fazem e como os fazem. Ao passo que nós, em nossos edifícios e outras obras materiais, projetamos inúmeras combinações, de todos os tipos, sendo nós os verdadeiros mestres dos planos.

Que faculdade há em nós para podermos perceber em nosso íntimo: que essas massas materiais visíveis são de proporções extensas ou diminutas; que todo corpo, por pequenino que seja, possui duas metades e por conseguinte, inúmeras partes? Um grão de milho em relação ao milharal possui tanta grandeza quanto nosso corpo em relação ao mundo. O que nos faz perceber que a beleza deste mundo está na sua estrutura e não no volume de sua massa? Que o mundo parece-nos tão grande, não por sua extensão, mas por nossa pequenez, isto é, da pequenez dos seres vivos que o habitam; e que, por sua vez, os seres, sendo divisíveis ao infinito, não são pequenos por si mesmos, mas por comparação a outros, sobretudo o próprio universo?

E considerando a duração do tempo, as coisas não são diferentes. Como em todo espaço local, qualquer duração de tempo comporta duas metades. Quão breve seja uma porção de tempo, comporta começo, progresso e fim. Por não poder deixar de ser dividido em duas metades, do meio começa-se a passar para o fim. Da mesma maneira, a duração de uma sílaba. Será breve em comparação a uma mais longa. E a hora de inverno será mais curta, em comparação à hora de verão. Assim também: é breve a hora em relação ao dia; e o dia em relação ao mês; e o mês em relação ao ano; e o ano em relação ao lustro; e o lustro em relação a períodos mais longos. E todos, em relação à totalidade do tempo. Todos são intervalos curtos.

Essa sucessão tão numerosa e de certo modo graduada quanto a intervalos de lugar ou espaço e de tempo — não por sua extensão ou duração, mas sim por sua ordem harmoniosa — é julgada, com razão, bela.

A meta de chegada: o Pai da Sabedoria

81. Norma dessa ordem (Deus), porém, vive na realidade, permanentemente sem massa nem volume, sem evolução, nem duração. Mas é virtualmente muito maior do que todas as dimensões. Por sua eternidade é imóvel, superior a todos os tempos. Sem ele, contudo, impossível se reduzir à unidade a amplitude de qualquer volume; nem coibir algum erro da duração temporal: nem de definir como corpo, — caso se trate de corpo; ou como movimento — caso se trate de movimento. Ele é o único princípio delimitado, não pelo finito nem pelo infinito. Não possui algo aqui, algo lá, nem instante agora, outro depois, porque ele é o Pai da Verdade, sumamente Uno. O Pai de sua própria Sabedoria,

a qual — por não lhe ser dessemelhante em nada — é chamada sua imagem e semelhança, pois dele procede. É, portanto, com razão que se diz do filho que é por si mesmo, e dos outros seres que são feitos por ele. A forma precede a todos os seres, refletindo perfeitamente o Uno de onde procede. E assim, todos os outros seres só existem enquanto são semelhantes ao Uno e foram feitos pela Forma (o Verbo).

CAPÍTULO 44

O homem unificado

Ser governado pelo espírito

82. Alguns seres foram feitos não somente pela Sabedoria de Deus, mas para a Sabedoria: assim, toda criatura racional e inteligente entre as quais, com muita razão está incluído o homem, por ser feito à imagem e semelhança de Deus. De outro modo, não poderia contemplar pela mente a Verdade imutável.

As outras criaturas (irracionais) foram feitas pela Sabedoria, mas não para ela. Portanto, se a alma racional serve a seu Criador, de quem, por quem, e para quem foi feita, todas as demais criaturas o servirão também. Igualmente, servirá essa vida (orgânica) inferior, tão vinculada à alma, que o ajuda e lhe permite dominar o corpo. E ao próprio corpo, pertencente à última das naturezas e essências, o homem dominará. O corpo será submisso a seu árbitro, sem lhe causar nenhuma molestação.

Tudo será assim, quando o homem em vez de procurar a felicidade de si mesmo, a receber diretamente de Deus.

O corpo, uma vez reformado e santificado — sem receio de corrupção nem de ônus pesados — será governado pelo espírito.

"Na ressurreição, não haverá nem homens nem mulheres, mas sereis como anjos do céu" (Mt 22,30). "Os alimentos são para o ventre, e o ventre para os alimentos; ora, Deus destruirá um e outro" (1Cor 6,13), porque "o reino de Deus não é para o alimento, nem para a bebida, mas para a justiça, a paz e a alegria" (Rm 14,17).

CAPÍTULO 45

A segunda restauração: A caridade remédio contra a soberba

A metáfora do cocheiro e o coche

83. Eis como no próprio prazer corporal, encontramos como aprender a desprezá-lo. Não que o corpo seja mau por natureza, mas porque é vergonhoso revolver-se no apego aos últimos bens, quando nos é permitido apegar-nos a bens mais altos e deles fruir.

(Tiremos um exemplo da famosa corrida romana dos aurigas):

Quando um cocheiro é arrastado por terra e recebe assim a paga por sua temeridade, culpa a todos e a tudo, mesmo os que lhe prestam serviços. Dizemos, porém: "Que ele pedisse socorro ao Senhor do universo para intervir a seu favor! Que dominasse os cavalos que contribuíram para o espetáculo improvisado da sua queda! Se não tivessem vindo em seu socorro, teria sido oferecido o espetáculo de sua morte. Tal teria acontecido se não o tivessem levantado de pé, em cima das rodas e lhe entregue de volta as rédeas nas mãos. Enfim, que esse auriga dirija doravante com mais prudência os animais domados e dóceis. Então, ele verá como tudo está bem ajustado no carro e em ordem, todas as junturas. Naquele acidente, ele foi jogado por terra e comprometeu a ordem de uma bela corrida, por sua culpa.

Assim também, o que dá origem à fraqueza de nosso corpo é a cobiça da alma ou sua má conduta. É o que aconteceu no paraíso. Não escutaram a prescrição do Médico — o que traria a salvação eterna — e se apossaram do alimento proibido.

No orgulho: um apetite de infinito

84. Mesmo nesta nossa carne fraca visível — onde não é possível a vida feliz — encontra-se o apelo para a felicidade. Apelo causado pela beleza que reina em tudo o que existe desde o mais alto até o mais baixo. Com muita razão, encontramos esse desejo de felicidade no apetite à fama e hon-rarias; na pompa ilusória e em toda soberba deste mundo.

O que procura o homem nisso tudo, a não ser se tornar — se tal fosse possível — o único a quem tudo lhe seja submetido, numa perversa imitação do Deus todo-poderoso?

Entretanto, se ao imitá-lo, ele se submetesse, e vivesse conforme os preceitos divinos, Deus haveria de lhes submeter, em troca, todos os outros seres. Dessa maneira, não chegaria a esse vexame de ter medo de um insetozinho, aquele que quer dominar os homens todos.

Vemos, pois, que o orgulho também possui certo apetite de unidade e onipotência, mas dentro do plano das coisas temporais, em que tudo é efêmero como sombra.

O desejo de se tornar invencível

85. Com razão, não queremos ser vencidos. Isso está na natureza mesma de nossa alma feita por Deus, à sua imagem. Mas para tal, é necessário observar os seus preceitos. Se assim fizermos, nada nos vencerá.

Com efeito, aquela cuja palavra, vergonhosamente nos arrastou (Eva), está sob o jugo das dores do parto. E nós, trabalhamos na gleba. Para nossa grande vergonha, somos vencidos por tudo o que pode nos concernir e perturbar. Assim, não queremos ser vencidos pelos outros, mas não conseguimos vencer a nossa própria cólera. O que pode ser dito de mais ignominioso?

Reconhecemos que todo homem é tal como nós: possui paixões, sem que ele mesmo seja mera paixão. Ora, é certamente mais honroso ser vencido por um homem do que por uma paixão! Quem poderia duvidar de que a inveja é paixão desprezível? E, contudo, aquele tal que não admite ser vencido no plano temporal, deverá suportar esse tormento e ser dominado pela paixão?

Seria melhor ser vencido por um homem do que pela inveja ou por qualquer outra paixão.

CAPÍTULO 46

O orgulho vencido pela caridade

Invencível é aquele que ama a Deus e ao próximo

86. Não poderá ser vencido por homem algum aquele que vence suas próprias paixões. Com efeito, não será vencido senão aquele a quem o adversário lhe arrebata as coisas que ele ama. Então, aquele que ama somente aquilo que não lhe pode ser arrebatado, é incontestavelmente invencível. E nem poderá ser atormentado por invejoso algum. Além do que, se ele vê os outros chegarem até ao objeto de seu amor para amá-lo igualmente, e participar desse amor, felicita-os generosamente. Ele ama a Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todo o seu espírito. E ama a seu próximo como a si mesmo. Não sente inveja alguma, caso os outros se tornem iguais ao que ele mesmo é. Ajuda-os, quanto pode. Nem poderá tampouco lhe ver arrebatado esse próximo a quem ama, como a si mesmo. O que ama nele, não é o que cai sob seus olhos, ou sob os outros sentidos corporais. Ele possui dentro de si aquele a quem ama como a si mesmo.

A regra da caridade

87. Eis a regra da dileção: querer também para o outro o bem que se quer para si. E não querer para ele, o mal que não se quer para si mesmo. E isso serve para todos os homens, porque não se deve fazer o mal a ninguém: “A caridade não pratica o mal contra o próximo” (Rm 13,10). Ame-mos, pois, como nos é ordenado, mesmo a nossos inimigos, se quisermos ser invencíveis. Mas ninguém torna-se

invencível por si mesmo. Só graças a essa lei imutável que liberta a todos os homens que a seguem. Assim, o que faz os homens invencíveis e perfeitos é somente o fato de eles poderem amar. E isso não lhes poderá ser arrebatado.

Se um homem ama o seu semelhante não como a si mesmo, mas como a um animal de carga; ou como gosta de seu banho; ou da plumagem ou do canto de um pássaro; isto é, ama só para obter algum prazer ou vantagem temporal, é fatal ele se tornar escravo — não de homem, mas do que é pior ainda — do vício vergonhoso e abominável de não amar o outro como ele deve ser amado É debaixo da tirania de semelhante vício que ele será arrastado para a pior das vidas, ou antes, para a morte.

Amar os familiares acima dos liames carnais[25]

88. Tampouco se há de amar os outros como são amados os irmãos carnais, os filhos, a mulher, parentes, sócios ou concidadãos. Tal amor é também temporal. Nós não conheceríamos nenhum desses parentescos que se originam pelo nascimento e morte, se a nossa natureza tivesse guardado os mandamentos e a imagem de Deus, em vez de ter sido relegada à corrupção.

É porque, chamando-nos a recobrar a perfeição de nossa primeira natureza, a mesma Verdade nos admoesta a resistir aos liames carnais e ensina que ninguém é apto para o reino de Deus se não se desprender desses vínculos carnais. Nem isso deve parecer inumano a ninguém. É mais inumano amar um homem, não tanto como homem que é, mas como seu próprio filho, porque seria amar nele não o que é de Deus, mas o que nele é de sua propriedade. O que haverá de espantoso de não conseguir o Reino, aquele que em vez de amar o bem de todos, só ama o seu próprio bem? Diria alguém, porém: Mas não seria melhor amar ambas as coisas? Diz Deus: Mais vale amar aquele único Bem. E a Verdade assegura com muita razão: “Ninguém pode servir a dois senhores” (Mt 6,24). Ninguém pode amar perfeitamente o estado ao qual somos chamados, sem aborrecer o estado do qual saímos. Somos chamados à natureza perfeita, tal como Deus a fez, antes de nosso pecado.

Afastemo-nos, pois, do amor àquela natureza deformada por nosso pecado. Convém aborrecer aquilo de que desejamos nos libertar.

Todos somos irmãos

89. Desprendamo-nos dos liames temporais, se desejamos ardentemente o amor da eternidade. Que o homem ame o seu próximo, como a si mesmo. Ora, nenhuma pessoa é por si mesmo pai, filho, sócio, nem nada de semelhante, mas unicamente um homem. Amar alguém como a si mesmo é, pois, amá-lo no que ele é por si mesmo.

Além do mais, nossos corpos não são unicamente tudo o que somos. Não é, pois, os corpos que devem ser procurados e desejados nos outros. Pelo que se aplica, aqui, também o preceito: “Não cobiçarás coisa alguma que pertença a teu próximo” (Ex 20,17). Desse modo, quem quer que ame em seu próximo outra coisa do que ele é em si mesmo, não o ama como deve. O que é preciso amar é a natureza humana, perfeita ou em vias de se aperfeiçoar, independentemente de suas condições carnais.

Os que amam a Deus e fazem a sua vontade, formam com ele uma só família, da qual Deus é o Pai. Serão pais uns dos outros, quando deles cuidam; filhos, quando se aceitam mutuamente; mas serão especialmente irmãos. Isso porque o testamento de um único e mesmo Pai os chama à mesma herança.

CAPÍTULO 47

O amor ao próximo torna-nos justos

A caridade não é invejosa

90. Como não haveria de ser invencível em seu amor, aquele que ama o homem como homem, isto é,

como criatura feita à imagem de Deus. Tal homem ama a natureza na sua perfeição, e essa perfeição não lhe pode faltar, visto que ele mesmo é perfeito.

Vejamos, por exemplo, alguém que ama um bom cantor. Por ser ele mesmo cantor muito bom, gostaria de que todos o fossem também; sem com isso perder nada daquilo que ele mesmo é — bom cantor. Contudo, se ele se põe a invejar outro bom cantor, já não é a arte do canto que ele ama, mas a sua própria fama ou alguma outra vantagem que deseja obter cantando bem, e que poderia perder inteira ou parcialmente, caso aparecesse outro cantor. Em resumo: aquele que inveja um bom cantor, não ama a arte de bem cantar.

Da mesma forma, aquele que precisa de bom cantor, é porque não sabe cantar bem. Tudo isso pode ser mais bem compreendido a respeito do homem que tenha boa conduta. Ele não pode ser invejoso de ninguém, visto que a perfeição a que chegam os que vivem bem é a mesma para todos os que a possuem. Não diminui, mesmo se forem numerosos os que a conseguem.

E poderá acontecer que, em certa circunstância, o bom cantor não possa cantar convenientemente e esteja obrigado a recorrer à voz de outro, para exibir o canto que ama. Por exemplo, se estiver em um festim, onde seria pouco conveniente ele cantar. Seria oportuno, ao contrário, escutar a outrem. Entretanto, acontece que é sempre conveniente ter boa conduta. Não há circunstâncias que obriguem a disistir dessa conduta.

Aquele que ama e leva vida correta não se contenta de não invejar a seus imitadores. Acolhe-os com máxima benevolência e generosidade, sem que, contudo, sinta necessidade deles. O ideal que neles ama, já ele o possui total e perfeitamente. Assim, amando ao próximo como a si mesmo, ele não o inveja, porque não pode se invejar a si mesmo. Dá ao outro o que pode, daquilo que se dá a si mesmo. Não tem necessidade do outro, porque nada necessita de si mesmo. Só precisa de Deus e encontra sua felicidade unindo-se a ele. E ninguém pode lhe arrebatar Deus. Logo, é real e seguramente invencível aquele que permanece unido a Deus, não para merecer bens exteriores, mas porque para ele não existe outro bem senão estar unido a Deus.[26]

Retrato do homem fraterno

91. Esse homem, ao longo de sua vida, aproxima-se de seus amigos, para retribuir-lhes a generosidade; serve-se de seus inimigos para praticar a paciência; de todos os demais, para fazer-lhes o bem; de todos, enfim, para testemunhar-lhes a benevolência.

Ainda que não ame os bens temporais, serve-se corretamente deles, para cuidar de seus semelhantes, conforme a sua condição. De alguns, pelo menos, no caso de não poder favorecer a todos igualmente.

Se conversa com certos de seus íntimos mais freqüentemente do que com outros, não é que ame mais a esses, mas porque sente mais confiança neles, e as ocasiões se apresentam mais facilmente. Trata com tanta mais deferência aos homens entregues aos cuidados temporais, quanto mais, ele mesmo, se acha desligado desses cuidados.

Como não pode aliviar a sorte de todos os homens — a quem ama igualmente — pensaria faltar à justiça, se não atendesse com preferência aos que lhe estão mais unidos. A união espiritual é mais forte do que aquela que nasce de lugares e tempos, enquanto estamos neste corpo.

Essa união de caridade é superior a todas as outras. Quem ama a Deus de todo o coração não se aflige, pois, com a morte de ninguém. Sabe bem que não perece para ele, quem não perece para Deus, pois Deus é o Senhor dos vivos e dos mortos. Não fica desesperado pela miséria de ninguém, como também não se sente justificado pela justiça dos outros. E como ninguém pode lhe arrebatar, nem a sua virtude nem o seu Deus, tampouco pode lhe ser tirada a felicidade.

Se alguma vez é atingido por demais, pelos perigos ou extravios e dores de outrem, ele aceita o impacto dessa emoção no sentido de ir socorrer, corrigir e consolar o outro. E não para ficar ele mesmo transtornado por essas coisas.

O homem justo

92. Nunca as ocupações e trabalhos alquebram o homem justo, porque o repouso vindouro é para ele uma segurança. Quem poderia prejudicá-lo, quando ele consegue tirar partido mesmo de seus inimigos? Vence qualquer temor porque é protegido e fortificado por Aquele cujo preceito o faz amar até os inimigos.

Para tal homem é pouco não se entristecer com as tribulações. Ele gloria-se delas, "sabendo que a tribulação produz a perseverança, a perseverança uma virtude comprovada, a virtude comprovada, a esperança. E a esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado" (Rm 5,3-5).

Quem o prejudicará? Quem o subjugará? O homem que se aproveita das coisas prósperas para crescer, das difíceis saberá se aproveitar também. Se os bens passageiros aparecem com abundância, ele não confia neles. Se lhe faltarem, perceberá por aí que se deixou prender por eles. Habitualmente, quando os bens estão presentes com abundância, nós pensamos que não os amamos em demasia. É quando começam a desaparecer que descobrimos quem somos nós. O que perdemos sem sofrimento é o que possuímos sem apego. Assim se verifica se o homem que nos parecia vencedor é ou não o vencido. Pois, esse sofre muito ao perder o que adquirira com esforço. Tal outro será realmente o vencedor — se bem que nos parecia o vencido — se está desapegado. Conquistou bem maior, o qual só perderá se quiser.

CAPÍTULO 48

A justiça perfeita

Amar mais o que vale mais

93. Assim sendo, quem ama a liberdade e deseja estar livre do amor das coisas passageiras, aquele a quem apetece reinar, que fique unido e submisso a Deus, o único Senhor de todas as coisas, amando-o mais do que a si mesmo.

Essa é a perfeita justiça — a que nos leva a amar mais o que vale mais, e amar menos o que vale menos.

Que uma alma sábia e perfeita seja amada tal como nós a vemos. Uma alma insensata — não como a vemos — mas pela capacidade que possui de perfeição e sabe-doria. Nem a nós mesmos devemos nos amar como se fôssemos uns incapazes. Pois quem se ama como incapaz, não progride na sabedoria. Ninguém há de se tornar o que aspira a ser, se não lhe aborrecer ser o que é, presentemente.

Enquanto o homem está a caminho da sabedoria e perfeição, suporte a fraqueza do próximo com o mesmo animo com que suportaria a sua própria condição, caso fosse ignorante e aspirasse pela sabedoria.

Em resumo: o orgulho é sombra da verdadeira liberdade e do verdadeiro domínio. É também instrumento pelo qual a divina Providência nos lembra aquilo de que nossas paixões são sinais, e assim, qual a meta a que devemos chegar, ao corrigir-nos.

CAPÍTULO 49

A terceira restauração: A busca da Verdade primeira — remédio contra a vã curiosidade

O deleite de descobrir a verdade

94. Em relação aos espetáculos e a toda aquela paixão denominada curiosidade, o que buscam nela

os homens, senão o deleite produzido pela descoberta das coisas como realmente elas são? Na verdade, o que existe de mais admirável, o que de mais belo do que a própria verdade? A ela todos aspiram, como qualquer espectador de espetáculos o confessa. Chega a tomar muitas precauções para não ser enganado. Lisonjeia-se quando conhece e percebe coisas novas, com atenção mais aguçada do que a dos outros. Observa com toda atenção e cautela, por exemplo, os prestidigitadores, cuja arte consiste em enganar. Se cai no logro, aplaude com gosto, a habilidade do mágico, e não mais a sua própria, ao descobrir o embuste. Se acaso o mágico não soubesse ou fingisse não saber porque são enganados os espectadores, ele mesmo teria caído no engano, e por isso, ninguém o aplaudiria. Se acontece que entre o público, um só homem consegue surpreender o segredo do prestidigitador, esse crê merecer mais cumprimentos do que o mágico, pela única razão de que não se deixou ludibriar. Contudo, se forem muitos a perceber o segredo, ninguém o felicitaria e caçoariam de todos os demais que não foram capazes de perceber o truque.

Desse modo, todo o elogio vai ao sábio, à habilidade, à compreensão da verdade, à qual nunca chegam os que a buscam mal.

A sedução das diversões e da vã curiosidade

95. Achamo-nos submersos em tantas frivolidades e torpezas que, caso nos perguntem o que é melhor: o verdadeiro ou o falso, unanimemente, responderíamos ser melhor o verdadeiro. Contudo, somos mais propensos a nos entreter com brincadeiras e jogos nos quais o que nos seduz não é a verdade pura. Assim, por nossa boca a juízos condenamo-nos a nós mesmos, aprovando uma coisa com a razão, e seguindo outra com a nossa vaidade. Entretanto, se alguma coisa é jocosa, e faz rir, é só porque conhecemos algo, que em comparação com a verdade, é realmente irrisório.

Ora, apegando-nos a essas frivolidades, afastamo-nos da Verdade e não descobrimos mais aquilo que elas imitam. Dessas coisas ficamos cativos, como se elas fossem a primeira Beleza. Embora desejando-a, só abraçamos as nossas próprias imaginações. Em nosso retorno para a investigação da verdade, essas imaginações correm-nos no caminho e impedem-nos de caminhar adiante, assaltando-nos. Fazem-no, não por violência, mas por meio de armadilhas. Isso porque não realizamos toda a profundeza que se encontra na sentença: “Cuidado com os ídolos” (1Jo 5,2).

A verdadeira luz a ser procurada

96. (Devido a essa vã divagação do espírito), alguns homens dispersaram-se por mundos sem conta, através de seus pensamentos erradios. Outros julgaram que Deus não poderia ser senão corpo de fogo. Outros ainda, imaginaram que Deus é o fulgor de luz imensa espalhada por espaços ilimitados. Luz fendida, porém, em um lado, por um ponto negro. Supuseram que há dois reinos opostos, e explicam por eles os princípios constitutivos das coisas.

Se eu lhes exigir que me digam se sabem disso como algo verídico, talvez sua audácia não chegue a tanto. Mas dirão por sua vez: “Mostra-me, tu, pois, onde está a verdade”. E eu contentar-me-ei em dizer-lhes: “Procurem antes aquela luz com a qual vêem com certeza, que uma coisa é crer e outra entender”. Talvez, eles também aceitassem isso. Na verdade, não se pode ver semelhante luz com os olhos, nem representá-la como dotada de extensão local. Contudo, em toda parte, ela se oferece a quem sai em sua busca e nada se pode achar de mais certo e claro do que ela.

O fim do processo de busca

97. Todas essas informações que acabo de dar sobre a luz do espírito foram-me manifestadas por ela mesma, e não por outro meio. Por essa luz entendo que é verdade o que tenho dito, e por ela entendo que eu entendo, e assim por diante. Cada um entende que entendeu e pode entender isso de novo. Entendo que há aí um processo ao infinito. Mas entendo que essa extensão não é a de volume ou de

movimento.

Entendo, igualmente, que não poderia entender senão porque vivo, e graças a esse entendimento, vivo com maior segurança. Minha vida se avigora na intelecção.

A vida eterna supera a temporal, nessa mesma intensidade de vida: e a eternidade, eu só a contemplo pela intelecção.

Com o olhar da mente, afasto da noção de eternidade, toda idéia de mudança, e não ponho nela nenhuma extensão temporal, porque o tempo se compõe de movimentos passados e futuros nas coisas. E na eternidade, nada passa, nada é futuro. Isso porque o que passa deixa de existir e o futuro ainda não começou a ser. Só a eternidade é sempre. Não tem sido, como se já fora, nem será como se ainda não fosse. Pelo que, só ela pode dizer com muitíssima verdade ao homem: "Eu sou aquele que é". E dela se pode dizer com a máxima verdade: "Eu Sou me enviou a vós" (Ex 3,14).

CAPÍTULO 50

Regras para a interpretação da Revelação

A estratégia da Providência

98. Se ainda não podemos aderir a essa eternidade, saibamos, pelo menos, expulsar as nossas vãs imaginações e afastar do espetáculo interior de nossa mente, aquelas diversões tão ilusórias e decepcionantes.

Tomemos os degraus que a divina Providência dignou-se fabricar para nós. Ao ver que nos perdíamos em nossas imaginações, deleitando-nos em damasia com nossas frívolas ilusões, e que reduzíamos toda a vida em vãs quimeras, a inefável misericórdia de Deus, servindo-se da criatura racional sujeita às suas leis, por meio de sons e letras, fogo, terra, nuvens, alguma coluna (de fogo ou de nuvem), assim como de certas expressões sensíveis não desdenhou jogar, de certo modo, com a nossa infância, por meio de parábolas e comparações, para curar com essa espécie de lodo, os nossos olhos interiores.[27]

Investiguemos os Livros sagrados[28]

99. Distingamos, pois, a fé que devemos pelo testemunho da história, da fé que devemos pela inteligência. Vejamos o que temos de crer e depositar na memória, sem ainda ter pleno entendimento de seu sentido. Indaguemos onde se acha a verdade, que não vem e passa, mas que permanece idêntica a si mesma. Procuremos como se deve interpretar a alegoria, que, conforme cremos, é a palavra da Sabedoria no Espírito Santo. Será preciso estabelecer a relação dos fatos concretos da antigüidade apenas com fatos de épocas mais recentes, ou basta entendermos como sentimentos e coisa natural à alma? Ou ainda devemos relacioná-los com a imutável eternidade? Em resumo, significa a alegoria ora fatos concretos, ora movimentos do espírito humano ou ora uma lei da eternidade? Investiguemos o sentido que se encontra na alegoria: se é preciso procurar só em uma dessas coisas ou se é preciso investigar em todas elas ao mesmo tempo.

Distingamos qual é o objeto inalterável da fé, se histórico ou temporal. Ou ainda se é ao bem espiritual e eterno que deve ser ajustada toda a interpretação da autoridade. Reflitamos: de que nos serve crer nas realidades temporais para chegar a compreender e possuir os valores eternos, fim de todas as boas ações? Qual a diferença entre a alegoria da história, dos fatos, das palavras e alegoria dos ritos sagrados? Como deve ser interpretado o estilo das Sagradas Escrituras conforme as particularidades de cada língua, pois contêm modismos próprios, de tal modo que ao traduzir para outra língua até parecem absurdos. Estudemos para que há de servir tanta simplicidade de estilo, de tal maneira que se depara nos Livros sagrados não só a ira de Deus, mas sua tristeza, seu despertar após o sono, sua lembrança e esquecimento, como outras coisas que se encontram em pessoas de

bem, e até outros sentimentos como remorso, inveja, embriaguez e coisas semelhantes. E os olhos de Deus, suas mãos, seus pés e outros membros mencionados nas Escrituras? Vejamos se eles se referem à forma visível do corpo humano ou se são empregados para significar perfeições invisíveis e espirituais, tal como o elmo, o escudo, a espada, o cíngulo e outras coisas que tais?

E se há de investigar sobretudo a grande questão: Qual a utilidade para o gênero humano, o fato de que a divina Providência nos tenha falado desse modo, servindo-se de criaturas racionais, fecundas ou corporais que a servem?

Quando se conhece esse único ponto, a alma vê desaparecer toda a presunção pueril e o caminho abre-se para a religião sacrossanta.

CAPÍTULO 51

O valor das Sagradas Escrituras

Exortação ao estudo bíblico

100. Dediquemo-nos a alimentar-nos e a beber no estudo e na aplicação às divinas Escrituras!

Deixemos de lado, repudiando, as ninharias do teatro e da poesia. Essa curiosidade vã deixa-nos o espírito alquebrado de fome e sede. Suas fantasias ocas excitam em vão, o desejo do espírito de se refazer e se saciar, tal como se fossem meros banquetes pintados numa tela.

Eduquemo-nos, proveitosamente, com este nobre jogo (do estudo das Escrituras). É salutar jogo de homens livres.

Agradam-nos os espetáculos maravilhosos? A beleza nos encanta? Vamos desejar contemplar aquela Sabedoria que "alcança com vigor de um extremo a outro, e governa o universo com força e suavidade" (Sb 8,1). Haverá maior maravilha do que essa força incorpórea a governar um mundo corpóreo? E haverá algo mais belo do que contemplar a Sabedoria ordenar e decorar este mundo?

CAPÍTULO 52

As concupiscências: degraus para as virtudes

Do temporal ao eterno

101. Como todos admitem, as coisas deste mundo são percebidas através do corpo. A alma, apesar de ser superior ao corpo, por si mesma nada percebe delas sem o corpo. Então, tudo aquilo que a alma possa perceber por si mesma, só poderá ser muito mais perfeito e superior. E há mais. Os objetos sobre os quais nós podemos julgar, convidam-nos a considerar o que seja a lei de nossos julgamentos. Desse modo, nós passamos das obras de arte para a lei de todas as artes, e contemplamos com a mente aquela beleza em comparação da qual as mais belas criaturas por sua benignidade tornam-se feias. Diz o Apóstolo: "A realidade invisível de Deus, seu eterno poder e sua divindade, tornou-se inteligível, desde a criação do mundo, através das criaturas" (Rm 1,20).

Tal é a passagem do temporal ao eterno, a transformação vital do homem velho no homem novo.

O que existe que não possa incitar o homem na busca das virtudes, visto que até as próprias paixões são capazes disso?

1) O que procura a curiosidade senão o conhecimento, o qual não pode ser seguro se não se voltar para os objetos eternos e sempre iguais a si mesmos?

2) O que procura o orgulho senão o poder, o qual tem como meta a liberdade de agir, que só a alma perfeita atinge, submissa a Deus e dedicada a seu reino, numa perfeita caridade?

3) O que procura o prazer carnal, senão o descanso, o qual não se encontra a não ser onde não há nenhuma necessidade e alteração?

Evitemos, pois, o inferno inferior, os duros castigos após esta vida. Lá, toda lembrança da verdade é impossível, porque não há mais reflexão alguma. E porque não há, a irradiar-se ali, "a luz

verdadeira que, vindo ao mundo, ilumina todo homem" (Jo 1,9).

Apressemo-nos, pois, "em caminhar enquanto é dia, para que a escuridão não nos alcance" (Jo 12,35). Apressemo-nos por nos libertar da "segunda morte" (Ap 20,6.14; 21,8), onde não há mais ninguém que se lembre de Deus, e do inferno, onde ninguém prestará homenagem a Deus (Sl 6,6).

CAPÍTULO 53

As aspirações dos insensatos e as dos sábios

Opções insatisfatórias

102. 1) Há homens infelizes que, desprezando as coisas conhecidas, só se alegram com novidades. Gostam mais de investigar do que comtemplar.[29] Enquanto é a contemplação o fim de qualquer estudo.

2) Há os que, desprezando o despreendimento da ação, preferem antes a luta à vitória. Ao passo que a vitória é o fim da luta.

3) Há os que desdenhando a saúde corporal, gostam mais de comer do que se sentirem satisfeitos; de gozar do sexo do que deixar de sentir suas excitações. E ainda os que preferem dormir a não precisar adormecer. Enquanto o fim de todos esses prazeres é: apagar a fome e a sede, o desejo de união conjugal e o cansaço do corpo.

Boas opções

103. Os que (com sabedoria) aspiram aos fins acima mencionados, renunciam:

1) À curiosidade, porque sabem que o verdadeiro conhecimento reside no interior. Gozam dele quanto são capazes nesta vida.

2) Adquirem a facilidade de agir pela desistência das altercações, porque sabem que a grande vitória e a mais fácil é não resistir à animosidade de outrem. Quanto são capazes nesta vida, optam por isso.

3) Enfim, gozam também do repouso corporal, re-nunciando a tudo o que não seja indispensável nesta vida. Experimentam assim quão suave é o Senhor. Não sentem mais dúvidas sobre o que está a esperá-los após esta vida. Alimentam-se em vista da perfeição da fé, da esperança e da caridade. Sabem que:

1) O conhecimento se tornará perfeito, pois "nosso conhecimento, agora, é limitado. Mas quando vier a perfeição, o que é limitado desaparecerá" (1Cor 13,9.10).

2) E será paz total, porque agora, "percebo outra lei em meus membros, que julga contra a lei da minha razão… mas a graça de Deus por nosso Senhor Jesus Cristo nos libertará do corpo de morte" (Rm 7,23-25). Em grande parte estamos de acordo com o adversário, enquanto vamos com ele pelo caminho.

3) O homem possuirá, então, a saúde completa. Não haverá necessidades, nem fadiga, porque este corpo corruptível, no tempo e na ordem em que se realizar a ressurreição da carne, se revestirá de incorruptibilidade (1Cor 15,53).

E não há do que se maravilhar de que esses dons sejam dados àqueles que:

1) pelo entendimento, só amam a verdade;

2) na ação, só amam a paz;

3) no corpo, só a saúde.

Na vida futura, há de ser aperfeiçoado neles, aquilo que mais estimaram nesta vida.

CAPÍTULO 54

Relação entre culpa e castigos

O revés da medalha

104. 1) Aqueles que usam mal deste grande bem que é o espírito — procurando fora dele as coisas visíveis que os deveriam incitar a contemplar e a amar as realidades espirituais — serão lançados nas trevas exteriores. Pois as trevas têm como início a prudência da carne e a fraqueza dos sentidos corporais.

2) Aqueles que se comprazem nas lutas, ficarão estranhos a toda paz, envolvidos nas piores dificuldades. O início desses tormentos é a guerra e a contenda. É o que eu penso significar o texto: "Amarrai-lhe os pés e as mãos", pois toda liberdade de ação lhes é retirada.

3) Os que desejam ter sede, fome, ardor do desejo carnal e cansaço, para terem o prazer no comer, no beber, no prazer sexual, no dormir, amam a indigência que é o início dos piores sofrimentos.

Na outra vida, se há de aperfeiçoar neles aquilo que nesta vida mais amaram, e estarão "ali onde haverá choro e ranger de dentes" (Mt 22,13).

Mau uso dos talentos

105. São muitos os que se entregam, ao mesmo tempo, a todos esses vícios. Sua vida se reduz a olhar para o exterior, lutar, comer, beber, gozar do sexo, dormir e revolver no pensamento somente as impressões captadas por semelhante maneira de viver. Dessas atrações ilusórias, forjam-se regras de impiedade e superstição, com que se enganam e se escravizam, ainda quando se esforçam por se libertar dessas seduções carnais.

Isso é porque não usam bem do talento a eles confiado: aquela acuidade do espírito a que leva a se distinguirem todos os considerados doutos, cultos e espirituais. Os insensatos possuem esse talento enrolado num lenço ou enterrado na terra. Dito em outros termos, o seu talento encontra-se encoberto ou abafado pelo luxo e o supérfluo, ou entre as concupiscências terrenas. Terão, pois, seus pés e mãos amarrados e serão lançados nas trevas exteriores, onde haverá choro e ranger de dentes. Não que amassem esses tormentos — quem os poderia amar? — mas porque amaram aquelas coisas cujo início os levou a esse resultado. E fatalmente haveria de levar os seus amantes até aí. Pois os que gostam mais de ir do que de voltar ou chegar à verdadeira meta, serão enviados muito longe, porque são carne e espírito errante que nunca retornam.

Bom uso dos talentos

106. Mas entra no gozo do seu Senhor aquele que usa bem até dos cinco sentidos corporais, para crer e pregar as obras de Deus; para alimentar seu amor por ele; para pacificar a sua natureza nas ações e pensamentos; e para conhecer a Deus.

É porque o talento retirado daquele que usou mal dele, lhe é retirado e dado àquele que usou bem dos seus cinco talentos (Mt 25,14-30 e Lc 19,15-26).

Não que a acuidade da inteligência possa ser trans-ferida de um a outro. Mas o sentido desta parábola é que homens de gênio podem perder essa qualidade por suas ne-gligências e impiedade, ao passo que o conseguem homens piedosos e diligentes, embora tardios na inteligência.

Esse talento também não é dado àquele que já recebera dois — essa é a parte do homem que se comporta bem no domínio da ação e do saber — mas o talento é dado àquele que já possuía cinco.

Com efeito, o homem que somente crê nas coisas visíveis, isto é, nas coisas temporais, não é idôneo para contemplar as coisas eternas, com o olhar do espírito. Contudo, ele poderá adquirir tal dom, se louvar a Deus, autor de todas as coisas sensíveis e impregnar-se de fé, se esperar pela esperança e procurar a Deus pela caridade.

23 Agostinho enuncia aqui o princípio da interioridade, a vitória sobre o materialismo maniqueu e a conquista da transcendência. A dialética da interioridade agostiniana contêm três movimentos: o afastamento do mundo (não saias de ti), introversão (volta para dentro de ti mesmo) e o salto para a transcendência de Deus (vai além de ti mesmo). A verdade encontrada por ele não é uma projeção de consciência, mas uma realidade objetiva, alcançada no Ser supremo que habita o homem. A descoberta da luz interior foi o principal

acontecimento na peregrinação espiritual de Agostinho.

24 Nas Retratações 1,13,8, Agostinho corrige a citação bíblica feita aqui: “Eu disse: Assim como afirmou o Apóstolo: ‘Toda ordem vem de Deus’ (Rm 13,1). Não são esses os termos empregados pelo Apóstolo, se bem que o pensamento pareça ser o mesmo. Com efeito ele disse: ‘As coisas que existem foram ordenadas por Deus’. Agostinho parece entender que o sentido paulino de “ordem” é a ordenação para um fim.

25 Ainda nas Retratações 1,13,8, Agostinho condena formalmente esta afirmação, corrigindo-a desse modo: “Eu não havia ainda visto que, se o pecado não tivesse intervindo, filhos imortais poderiam ter nascido de pais imortais. Já anteriormente eu havia desaprovado aquela proposição no De Genesi contra manichaeos 1,19,30. Se aquele pecado tão grande não houvesse deteriorado a natureza humana, também nos progenitores e nos filhos, haveria durado a fecundidade e a felicidade até se completarem certo número de santos, prefixado por Deus. Nasceriam os homens não para sucederem a seus pais, destinados a morrer, mas para reinarem com eles, sempre vivos. Não faltariam, pois, esses parentescos ainda com a imunidade do pecado e da morte”.

26 A mística de santa Teresa e são João da Cruz deve muito a santo Agostinho. Os raciocínios agostinianos para captar a essência da verdade e do bem, e a dialética da transcendência estão em muitas passagens dos grandes místicos espanhóis. No término da ascensão para Deus, Agostinho vislumbra “a divina treva” dos místicos com uma impressão inefável. Recorda certamente textos desses místicos. O “solo Dios basta” de santa Teresa é um eco deste “tantum Deo indiget”: “só se precisa de Deus”, agostiniano. O poema teresiano assim se inicia: “Nada te turbe, nada te espante. Todo se pesa, Dios no se muda. La paciencia, todo lo alcanza. Quien a Dios tiene, nada le falta. Solo Dios basta”.

27 Ao longo desta obra, Agostinho refere-se freqüentemente ao império dos fantasmas da imaginação no homem pecador. Estes fantasmas são ídolos e fontes de idolatria. Toda paixão desordenada tende a arrancar o homem do núcleo mais profundo do real, situando-o em perspectiva falsa de contemplação da realidade. A fé nos redime da escravidão de nossos fantasmas e nos faz viver num mundo luminoso, onde as coisas ocupam seu posto verdadeiro. Ao contrário, a idolatria é a inversão de todos os valores ontológicos.

28 Agostinho desenvolve neste item os diversos sentidos das Escrituras. É uma apologia que se dirige mais àqueles que crêem mas que ainda não possuem a inteligência da fé, Apresenta aqui o quádruplo sentido das Escrituras: histórico, profético, topológico e místico. A chave da interpretação, isto é, as questões primordiais sobre que refletir, encontram-se nesta passagem. Em resumo: Qual a utilidade para o gênero humano, o fato de a divina Providência ter-se revelado do modo como fez?

29 As questões em torno da concupiscência retornam com freqüência nesta obra. Veja-se o que já foi dito nos caps. 69-71; 79; 83; 85; 86; 94; 101 e os seqüentes 103;104 e 107. Segue Agostinho uma orientação rígida de pensamento a respeito das concupiscências e da restauração da natureza humana por meio das virtude de que as concupiscências são apenas sombras. Elas revelam que têm em si apetite para o infinito, mas seu apetite é satisfeito apenas em parte porque não atingem a Verdade de que são sinais.

CONCLUSÃO

CAPÍTULO 55

Exortações

Não amemos as concupiscências

107. Assim sendo, exorto-vos, caríssimos amigos e próximos meus — e a mim mesmo, exorto-me ao mesmo tempo que a vós — a correr com a maior presteza possível, até à meta aonde Deus nos chama por sua Sabedoria.

Não amemos o mundo, porque tudo o que há no mundo é concupiscência da carne, concupiscência dos olhos e ambição do século (1Jo 2,15.16).

1) Não amemos corromper e sermos corrompidos pela volúpia, para não virmos a cair na pior corrupção — a dos sofrimentos e tormentos.

2) Não amemos as disputas, para não sermos entregues à tirania dos maus anjos que gostam dessas coisas, e para não sermos abatidos, encarcerados e flagelados.

3) Não amemos as curiosidades visíveis, para não sermos afastados da mesma verdade, aderindo às sombras e sermos precipitados nas trevas.

Guardemo-nos dos falsos cultos

108. Previnamo-nos contra uma religião feita de nossas imaginações. Pois é melhor qualquer realidade verdadeira do que tudo quanto possa ser forjado arbitrariamente.

Mas não devemos cultuar a própria alma, ainda que ela seja alma verdadeira. Um fragmento de palha é preferível à luz formada por um pensamento ilusório, conforme caprichos e conjecturas. E, contudo, é loucura crer que essa palhazinha que vemos e tocamos há de ser objeto de culto.

Que nossa religião não seja culto às obras humanas. Os operários que as fabricam valem mais do que elas. Contudo, nós não os devemos cultuar.

Que nossa religião não seja culto aos animais. Os últimos dos homens valem mais do que eles. Contudo, não os vamos cultuar.

Que nossa religião não seja culto aos mortos. Se eles viveram na piedade não se comprazem com tais honras, antes querem que adoremos Aquele em cuja luz eles mesmos se alegram ao ver-nos associados a seus méritos. Honremo-los, pois, imitando-os e não os adorando. E se viveram mal, onde quer que estejam, nenhum culto merecem.

Que nossa religião não seja culto aos demônios, porque se toda superstição é para o homem o pior castigo e a mais perigosa torpeza, tal prática será para os demônios, honra e triunfo.

Ainda prevenções contra falsos cultos

109. Que nossa religião não seja culto à terra e às águas. Mais puro e luminoso é o ar, mesmo quando sombrio. Contudo, não o adoremos.

Que nossa religião não seja culto ao ar, mesmo o mais claro e sereno. Se a luz faltar, ficará tudo obscurecido. A chama do fogo torna-se então mais clara. Contudo, nós o acendemos e apagamos à vontade. Não o devemos cultuar.

Que nossa religião não seja culto aos corpos etéreos e celestes. Eles podem merecer o primeiro lugar entre todos os corpos. Mas não importa que ser vivo lhes é superior. E mesmo àqueles seres dotados de vida, toda alma é por si, superior. Contudo, ninguém julgará que se deve cultuar uma alma sujeita aos vícios.

Que nossa religião não seja culto a esse gênero de vida atribuído às árvores. Essa vida vegetativa não comporta nenhuma sensibilidade. É da mesma ordem de onde procedem os números de nosso corpo, de nossos cabelos e unhas. Podem ser cortados, sem nada sentirmos. A vida sensitiva lhes é

superior. Contudo, nós não devemos cultuar a vida dos animais.

O culto aos anjos

110. Nem seja a nossa religião o culto à alma racional, mesmo a tornada perfeita e sábia (os anjos), posta ao serviço do universo ou ao serviço de parte dele.

Nem culto à alma de homens eminentes que aspiram à mudança e transformação de seu corpo.

Toda vida racional (a dos anjos como a dos homens), com efeito, se for perfeita, obedece à Verdade imutável, que sem ruído de voz, lhes fala no íntimo. Deterioram-se quando não obedecem. A vida racional não deve seu valor a si mesma, mas à Verdade à qual, de bom grado, se submete. Por conseguinte, aquele Ser, a quem o primeiro dos anjos adora, o último dos homens deve também adorar. É justamente por não adorar, que a natureza humana passou à extrema miséria.

Do mesmo Princípio provam a sabedoria do anjo e a do homem. Da mesma fonte jorra a Verdade para ambos, isto é, da única e imutável Sabedoria e Verdade.

Com efeito, para operar a nossa salvação, a Força mesma de Deus e a Sabedoria imutável de Deus, consubstancial e eterna com o Pai, dignaram-se tomar a natureza humana no tempo, a fim de nos ensinar por elas, que o homem deve adorar Aquele que toda criatura inteligente e racional reverencia.

Nós cremos também ser esta a vontade dos melhores anjos e a dos mais excelentes servos de Deus: de nos ver adorar com eles a Deus. Essa contemplação traz a felicidade. Nossa felicidade não consiste na visão dos anjos, mas na contemplação da Verdade que nos permite amar aos mesmos anjos e congratularmo-nos com a sua bem-aventurança. Não os invejamos por gozar da eterna beatitude, mais plenamente do que nós, e sem serem perturbados por nenhuma molestação. Ao contrário, nós os amamos ainda mais, porque nosso comum Senhor nos disse de esperar uma sorte idêntica a deles. Pelo que, nós honramos os anjos com espírito de amor, e não de servidão. Tampouco nós lhes construímos templos. Eles não querem ser honrados desse modo, sabendo que nós mesmos — se formos bons — somos os templos do Deus soberano. Eis porque a Escritura narra com razão a respeito de um anjo, ter proibido a um homem de o adorar (Ap 22,8.9). E ambos terem adorado juntos o único Deus de quem eram servidores.

Libertar-se dos falsos temores

111. Os maus anjos que nos convidam a servi-los e adorá-los como a deuses, são semelhantes àqueles homens orgulhosos que — se isso fosse possível — pretenderiam receber tal culto. Contudo, suportar tais homens é menos perigoso do que adorar os anjos maus. Porque toda dominação de homens sobre homens termina pela morte de um deles: a do dominador ou a do oprimido. Mas a opressão sob a soberba dos maus anjos é sobretudo temível no tempo após a morte. Além disso, é fácil perceber que se pode estar sob a opressão de um homem e guardar a própria liberdade de pensamento, ao passo que sob a tirania dos anjos maus nós a padecemos no domínio mesmo da mente que é o único olho com que conhecemos e contemplamos a verdade.

Portanto, se estamos sujeitos, conforme nossa con-dição civil, a todos os poderes dados a homens para a administração do Estado, “dando a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mt 22,21), nada temos a temer que venham a nos exigir dessa sujeição após a morte. Uma coisa é a servidão da alma, outra a do corpo.

Quando os justos, que põem em Deus todas as suas alegrias, vêem que Deus é louvado pelas boas obras dos outros, associam-se a esse louvor. Mas quando eles mesmos são louvados por suas próprias obras, corrigem esse engano quanto podem. E se não o conseguem não se congratulam, porque desejariam que tal erro fosse corrigido. Se os bons anjos, assim como todos os santos

ministros de Deus assemelham-se a esses justos e lhes são até superiores em bondade e santidade, porque — exceto se alguém for supersticioso — temermos ofender alguns desses bons anjos ao negar-lhe qualquer culto? Justamente, eles ajudam-nos a elevar nossos esforços ao Deus único. Tendamos a Deus e religuemos nossas almas a ele somente — o que é, como dizem, o sentido original da palavra religião — e abstenhamo-nos de toda superstição.[30]

Adorar ao Deus trino unicamente

112. Quanto a mim, eis a quem adoro unicamente:
— a Deus, o princípio único de todas as coisas;
— à Sabedoria, graças a quem toda alma sábia é sábia;
— e ao próprio Dom, que faz a felicidade de todos os que são felizes.

Todo anjo que ama a esse Deus, eu estou certo, que me ama a mim também. Todo aquele que em Deus permanece, pode nele perceber as orações dos homens e atendê-las. Todo anjo que possui seu bem nele, ajuda-me, sem poder ter inveja da minha participação.

Que me digam, pois, os adoradores — ou antes, os aduladores dos elementos deste mundo — que melhor amizade podem conseguir aqueles que adoram a este único Deus, a quem todos os melhores amam, com cujo conhecimento se alegram e que recorrendo a ele, como ao Princípio, ainda se tornam melhores.

Contudo, todo anjo que ama seus sonhos orgulhosos, recusa-se a submeter-se à Verdade e pretende encontrar sua alegria em seu bem particular, esse perde o Bem comum oferecido a todos, a verdadeira felicidade. Todos os maus estão submetidos a eles, para que os oprima e tiranize. Mas não dominam os homens bons — salvo se for para serem provados. Sem alguma dúvida, esses anjos maus não merecem nenhum culto. Sua alegria é a nossa miséria; e seu castigo é a nossa volta a Deus.

Aderir ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo

113. Que a nossa religião nos ligue, pois, ao Deus único e onipotente. Entre o nosso espírito com o qual o conhecemos como Pai e a Verdade — isto é, a luz interior com que o conhecemos, criatura alguma se interpõe.[31]

A mesma Verdade receba, ela também, nele e com ele, a nossa adoração, sendo ela em nada dessemelhante ao Pai. É a Forma de todos os seres que foram feitos pelo Uno e tendem ao Uno. Aparece, assim, às almas mais espirituais: tudo foi feito por essa Forma, e somente ela realiza o ideal a que todos aspiram.

Nenhuma delas viria ao Pai, pelo Filho, e não realizaria integralmente o seu verdadeiro fim, se Deus não fosse sumamente bom. Pois Deus nunca negou à natureza alguma os bens que ela poderia receber dele. O próprio Deus deu aos seres, o permanecer no Bem — a uns o quanto queriam, a outros o quanto podiam.

Convém-nos, pois, abraçar e adorar, juntamente com o Pai e o Filho, o Dom de Deus, igualmente imutável.

É a Trindade de substância única. Deus único de quem recebemos o ser, por quem existimos e em quem somos. Dele, porém, nós nos afastamos, deixando de lhe ser semelhantes. Mas ele não nos deixou perecer. Ele é o Princípio ao qual retornamos, o modelo que devemos seguir, a graça que nos reconcilia. Deus único, por cuja iniciativa fomos criados; por cuja semelhança somos formados para a Unidade; por cuja paz somos mantidos na Unidade. Deus que disse: “Faça-se!” (Gn 1,2).

Verbo, pelo qual foi feito tudo o que substancial e naturalmente se fez. É Dom de sua benignidade, por quem tudo foi agraciado e conciliado com o seu Autor, para que não perecesse o que foi feito pelo Verbo.

Único Deus por quem, como Criador, vivemos; por quem, reformados, vivemos com Sabedoria; e Aquele a quem amando e fruindo, vivemos felizes (o Dom). Um só Deus de quem, por quem e em quem, todas as coisas existem.

A Ele seja dada glória pelos séculos dos séculos! Amém.

30 Nas Retratações 1,13,19, afirma Agostinho: "A explicação que eu dei aí da origem da palavra religião é a que mais me agrada" (do verbo **religare**: religar). "Não ignoro outra origem dessa palavra proposta por autores latinos". (Cícero, em De natura deorum, de **relegere:** reler; ou **reeligere**: reeleger). A origem do termo preferida por Agostinho está plenamente em conformidade com o conceito de queda e pecado: os homens abandonaram a Deus pela ruptura do pecado e nesse instante, a religião fez-se necessária, para poderem se ligar de novo com o Criador.

31 Resume-se nesta frase inicial um profundo pensamento caro a Agostinho: a condição primordial da criatura racional. Sua ligação com Deus se faz mediante uma luz interior, sem mediação de criaturas. Para ele, o espírito não se acha enclausurado em si mesmo, sem aberturas nem laços com as realidades divina, a humana e a da natureza criada. O espírito humano tem contato com o tríplice reino de valores: superiores, iguais e inferiores. O valor dos valores é Deus, com quem tem ligação originária e primordial.

As idéias resumidas nesta obra aludem freqüentemente à doutrina agostiniana básica: a da verdade acessível ao homem. A doutrina da ligação com a verdade é a mesma da ligação do homem com Deus. Por aí, estabeleceu ele um fundamento metafísico para a verdadeira religião. A mensagem primordial desta obra é sem dúvida a famosa afirmação: "A Verdade habita no coração do homem" (39,72).

O CUIDADO DEVIDO AOS MORTOS

(De cura pro mortuis gerenda)

"A Igreja tomou a si o encargo de orar por todos os que morreram dentro da comunhão cristã (...) Assim, aqueles que não mais possuem pais, filhos ou outros parentes e amigos (...) são amparados pelos sufrágios dessa piedosa mãe comum" (4,6).

"Só serão proveitosas aos mortos por quem desvelamos cuidados, as súplicas convenientemente oferecidas por eles, no sacrifício do altar, no de nossas orações e esmolas" (18,22).

INTRODUÇÃO

Data da redação

O pequeno tratado De cura pro mortuis gerenda (O cuidado devido aos mortos) foi redigido por santo Agostinho pelo ano 421, isto é, uma dezena de anos antes de seu falecimento.

Pode-se deduzir essa data pelo lugar que ocupa nas Revisões (Retractationes) de suas obras. Vem referenciado entre o Enchiridion e o De octo Dulcitii quaestionibus (Livro sobre as oito questões propostas pelo tribuno Dulcício). O Enchiridion, também conhecido como o Manual ou a fé, a esperança e a caridade, não pode ter sido escrito antes do ano 421. E o De octo quaestionibus data com certeza de 422-423. Interessante notar que no início desta última obra, na questão 11,2, acha-se reproduzida uma página do De cura pro mortuis gerenda (2,2), com a observação preliminar: "Eu já tratei recentemente desse assunto num livro sobre o culto dos mortos". A questão proposta por Dulcício era a seguinte: "É proveitoso aos mortos o sacrifício que se oferece por eles?"

Ocasião da obra

O cuidado devido aos mortos, como diversas outras obras de santo Agostinho, é resposta a uma consulta feita por correspondente distante, sobre um ponto de doutrina. A presente questão, se não era litigiosa, pelo menos estava insuficientemente estabelecida.

Eis como Agostinho refere-se à origem deste tratado nas Retractationes:

"Tinham me interrogado por carta se havia vantagem para um cristão, após a morte, ser seu corpo inumado junto ao túmulo de um santo (apud Memoriam)" (11,64).

O correspondente era Paulino, bispo de Nola da Campânia, na península itálica.

Com efeito, desde o século IV, os fiéis manifestavam grande empenho em assegurar para si mesmos, após a morte, ou de proporcionar aos seus, a vizinhança desses túmulos privilegiados. Teria tal devoção fundamento teológico? Asseguraria aos beneficiados proteção cujos efeitos modificariam favoravelmente seu destino além-túmulo? Tal a questão que Paulino, bispo de Nola, submetia ao bispo de Hipona, em carta, que infelizmente não nos foi conservada.

A ocasião imediata da consulta deriva-se da solicitação feita por uma viúva de Hipona que acabara de perder o filho único, em Nola, tendo ela obtido a permissão de a inumação do corpo ser feita junto ao túmulo de são Félix.

Paulino, ao pedir o parecer de Agostinho, expõe ao mesmo tempo as suas idéias a esse respeito (1,1).

Resumo do conteúdo do opúsculo

À questão de Paulino, Agostinho responde de forma categórica: os atos de piedade realizados pelos defuntos só podem servir àqueles que viveram de tal modo que mereçam tirar proveito deles — os eleitos não têm nenhuma precisão e os condenados não podem deles se aproveitar (12). Mas

Agostinho observa logo que o sacrifício e as orações oferecidos pelos mortos são venerável tradição da Igreja e que, portanto, possuem muito valor (1,3).

À principal questão proposta, se os mortos tiram algum proveito espiritual de serem inumados junto ao túmulo de mártir, Agostinho começa por analisar a crença pagã do infortúnio dos corpos insepultos. Transcreve duas belas páginas de A cidade de Deus (l, 12.13) sobre esse tema e o dever de honrar os mortos, simples exigência da virtude de piedade, que os antigos, também não esclarecidos pela fé cristã, tinham em tão alta estima (2,3; 3,5; 7,9; 9,11). Os funerais, por edificantes que sejam, são antes consolo para os vivos do que socorro para os mortos. Contudo, aí está um dever cristão e seria injusto não conservar tais cerimônias (3,5). Mas Agostinho insiste em que não são absolutamente necessárias à salvação dos defuntos. Estes podem, sem prejuízo algum, contrariamente aos preconceitos pagãos, serem privados das honras fúnebres (4,6). A sepultura em lugar santo é útil para vivificar a piedade dos fiéis, mas não é necessária para a oração eficaz (5,1). Os mártires ensinam-nos o desprendimento pelas honras fúnebres. Em especial, são lembrados os mártires de Lião cujos corpos foram reduzidos a cinza, o que não lhes impedirá a glória da ressurreição futura (6,8).

Agostinho procura de onde se origina o culto afetuoso e solícito que demonstramos para com os mortos. Sua pesquisa leva-o a argumentos de ordem natural (7,9). Esse cuidado tem como fonte o sentimento comum e natural de todos os homens, do amor pelo próprio corpo. Amor que leva a honrar os corpos sem vida de nossos semelhantes. Todos esperam que se prestem as mesmas honras a nosso corpo, no momento necessário (9,11). Os mártires venceram o apego à própria carne (8,10). Nada perdem com serem privados de sepultura, como os infiéis nada lucram com a receber (9,11).

Na segunda parte do opúsculo, Agostinho acrescenta uma série de questões muito interessantes. Aparecem os mortos aos vivos para comunicar-lhes suas necessidades e pedir-lhes socorro? (10,12 —18.22).

As visões distinguem-se em três grupos: o primeiro compreende as aparições durante o sono (11,12). Seria temerário negar o fato que, aqui e acolá, mortos tenham aparecido aos vivos para indicar-lhes o local onde seus corpos jazem sem sepultura e pedir insistentemente que sejam sepultados. Ora, de modo semelhante, nós, seres vivos, podemos aparecer a outros em seus sonhos, sem sequer disso tomarmos conhecimento. Dois exemplos dão-se de tais aparições (11,13). Ambas as visões são fruto de imaginação. As visões do segundo grupo são as dos dementes. Falam em pleno dia com pessoas que imaginam estarem presentes (12,14). Há terceiro modo de manifestação, mais profundo do que o sono: dá-se no estado letárgico. Agostinho relata um fato desses que se deu na vizinhança de Hipona. É o famoso caso dos dois Curmas. O relato é apresentado de maneira muito viva (12,15).

Cada um creia o que quiser, diz ele, mas sua opinião pessoal é de serem os anjos, e não o espírito dos mortos que intervêm (10,12 e 13,16). Seu grande argumento é que, se os mortos pudessem se interessar por nossos problemas, não deixariam de se comunicar conosco. Em testemunho, ele apela para a lembrança de sua querida mãe, que não teria faltado de aparecer-lhe freqüentemente, após a sua morte, como tantas vezes o fizera em vida (13,16).

Os mortos preocupam-se conosco, como o mau rico da parábola preocupou-se com seus irmãos, sem nada saber do que acontece na terra, apenas rezando constantemente (14,17).

Como Paulo foi arrebatado aos céus, os mortos podem, ao invés, serem enviados aos vivos. A Sagrada Escritura testemunha — apesar de alguns contestarem a veracidade da narrativa — Samuel ter aparecido a Saul (15,18).

Isso quanto às aparições comuns. Há outras, por efeito miraculoso do poder divino, tais as dos

mártires. Assim, Félix de Nola apareceu em sua cidade para confortar seus concidadãos por ocasião da invasão pelos vândalos (16,17).

Em sua humildade, Agostinho reconhece-se incapaz de responder à maioria das questões sobre o assunto (16 20). Haverá alguém capaz disso? Acha ele que só quem tiver recebido o dom inestimável do discernimento dos espíritos. Já ouvira falar acerca do monge João do Egito, que o imperador Teodósio ia pessoalmente consultar. E Agostinho propõe toda uma série de questionamentos que lhe apresentaria (17,21).

Em conclusão, o autor propõe que nos convençamos, acima de tudo, desta verdade: somente nossas orações, nossas esmolas e o sacrifício do altar podem ser proveitosos aos defuntos a quem queremos ajudar (18,21).

Termina com palavra muito afetuosa a Paulino, seu amigo (18,23).

Julgamento crítico

A resposta que Agostinho dá a Paulino de Nola, apresenta-se-nos muito sugestiva e de grande riqueza doutrinal.

O bispo de Hipona afirma, de modo preciso, que a sepultura perto do túmulo de santos, e até a ausência de qualquer sepultura não toca em nada o destino eterno do defunto. O que vem a derrubar idéia muito difundida na época, herança da Antigüidade pagã.

Com efeito, se a proximidade dos mártires fizesse com que os mortos ficassem mais perto de Deus, bastaria alguém ter dinheiro suficiente para comprar sepultura bem colocada. Seria, portanto, privilegiar mais uma vez os ricos em detrimento dos pobres, até no além.

Agostinho reconhece que a sepultura ad sonetos ou retro sonetos apenas pode favorecer a que os visitantes de uma Memória rezem melhor e fortaleçam sua fé na oração litúrgica pelos mortos. E é tudo! Na última página do opúsculo (18,22), exprime-se em termos mais prudentes: “Parece-me que”, mas sua tese continua sempre a mesma.

Ao percorrermos de modo atento o que diz Agostinho sobre o culto dos mártires, temos a impressão de que ele soube discernir bem a legitimidade dos fundamentos desse culto, e ao mesmo tempo assinalar os perigos que o abuso de tal culto pode trazer. Discerniu mais claramente do que outros a necessidade de processo de purificação da imaginação popular. Em vez de se perder em panegíricos, apreciou, em seu justo valor, esta primeira grande devoção popular do cristianismo nascente e julgou-a friamente. O que redunda em sua honra. Ninguém como ele, ao mesmo tempo, conseguiu frear e fomentar o culto dos santos, com tanta objetividade e consciência.[32]

Vemos Agostinho ampliar, nesta pequena obra, o debate e expor também suas idéias acerca do relacionamento entre mortos e vivos. Ficamos assim sabendo exatamente o que, como teólogo, ele pensava, pelo ano 421, acerca das visões em pleno dia ou em sonho. Apresenta exposição bastante extensa sobre a possibilidade e a natureza das visões, bem como as suas diversas modalidades. Leiam-se, em especial, os capítulos 10,12; 12,15; 13,16; 16,19, onde trata da ciência que possuem os mortos sobre acontecimentos terrestres. O mérito da exposição agostiniana reside, sobretudo, nos exemplos sugeridos. Distingue, de início, o que se opera de modo natural e o que é fato miraculoso. Contudo, acrescenta criterio-samente: “Deus está presente na natureza para a manter na existência, e a natureza tem seu lugar até nos milagres” (16,19).

Pierre de Labriolle, conhecido agostinólogo, professor da Sorbonne, considera que aqui e ali a concepção de Agostinho sobre o relacionamento entre mortos e vivos aparece um pouco flutuante, devido aos múltiplos dados que pretende englobar. Era-lhe preciso pôr de acordo:

1) os textos da Escritura, cuja diversidade lhe causava certo embaraço;

2) diversos testemunhos humanos, a propósito dos quais permite-se, quando muito, tímido ascetismo;

3) o desejo de não desencorajar as piedosas práticas em uso;

4) sua convicção pessoal, fundada no que sua sensibilidade tinha de mais forte e íntimo: que os mortos não visitam os vivos, salvo exceção permitida por Deus, visto que Mônica, sua querida mãe, falecida há anos, nunca viera consolá-lo em suas tristezas.[33]

Teria Agostinho faltado de espírito crítico ao aceitar facilmente as narrações fantásticas feitas por terceiros? De fato, ele não pensa pôr em dúvida o que lhe é comunicado por homens que julga dignos de fé. Mas nisso não se mostra mais crédulo do que todos os seus contemporâneos. Ao contrário, faz questão de verificar os fatos, toda vez que pode. Estaríamos no erro se quiséssemos pedir-lhe espírito muito crítico em pleno século V.[34]

Sua grande humildade é mais uma vez manifesta quando reconhece ser incapaz de resolver questões envolvidas no mistério. Diz ele, muito bem, no Enchiridion (15,59): "Por que dissertar, negar ou afirmar, em matérias tão cheias de riscos e perigos, sobre coisas que não trazem culpa alguma de serem ignoradas?" (Cum discrimina, quando sine crimine nesciuntur?).

Em conclusão, podemos dizer que este opúsculo tem o privilégio de tratar de assunto que interessa e comove a todos. Corrige alguns erros e dissipa vários preconceitos. Em especial, esclarece e consola. Muitos pontos que se referem a nosso relacionamento com os mortos são examinados com notável vigor e penetração. Os diversos casos narrados com rara fineza, muitas vezes vêm arejar de modo pitoresco a aridez metafísica de certas exposições.[35]

A vivacidade de espírito de santo Agostinho

Contava Agostinho 67 anos, ao escrever o De cura pro mortuis gerenda. Dá aí provas eminentes de alta virtude, inteligência viva, alerta, curiosa, sempre acesa, susceptível de interessar-se por tudo e por todos. Manifesta de modo esplêndido espírito sempre jovem e muito humano. Isso tudo em idade em que muitos escritores só sabem se repetir incansavelmente. Vemo-lo nessa época em plena polêmica pelagiana e a redigir diversas obras. Entre outras:

— A cidade de Deus, iniciada em 413 e só terminada em 426;

— O Enchiridion, de 33 capítulos e 122 números, nos anos 421-422, a pedido de Lourenço, leigo, irmão do tribuno Dulcício;

— Contra Julianum, libri VI, em 421;

— As Retractationes, revisão de suas obras, nos anos 426-427;

— O De Haeresibus, constando de referências a 88 heresias, a pedido de Quodvultdeus, diácono de Cartago, nos anos 428-429;

— E sua última obra: Opus imperfectum contra Julianum (428-430), em que mostra nada ter perdido de seu primeiro vigor.

Santo Agostinho, nessa última década de sua existência, revela ainda admiravelmente seu coração transbordante de caridade, pronto a prestar os mais humildes serviços a seus irmãos, respondendo, sem cansar, a todos os pedidos. Faz-se tudo para todos, apesar de seus desejos de sossego para contar com maior tempo dedicado à oração e aos estudos. Seu único empenho é ser útil, sem nenhuma ambição pessoal. Dá testemunho admirável de fidelidade ao serviço de Deus e da Igreja, cujo ensino é sempre, para ele, a regra inviolável.[36]

Notícia sobre são Paulino de Nola

Marcópio Pôntio Anício Paulino nasceu em Bordéus, Gália, no ano 353. Seu pai, de uma das mais

ilustres famílias patrícias de Roma, exercia alta função nessa colónia romana.

Jovem ainda, Paulino teve cadeira no Senado, tornou-se cônsul em 376, e, em seguida, governador da Cam-pânia, na Itália. Aí viveu, na cidade de Nola. A graça penetrou-o durante uma visita à Memória de são Félix, preparando-o para a conversão à vida perfeita. Só se decidiu a ela, por ocasião de seu batismo, aos 25 anos. Retirou-se para a Espanha, pátria de sua esposa Terásia, que o acompanhava no ascetismo e amor à pobreza. Foi ordenado padre, em 394. No ano seguinte retornou à Itália, estabelecendo-se em Nola. Aí, em 399, foi chamado ao episcopado. Conheceu os horrores da invasão bárbara. Consagrou-se, sem reservas, ao bem espiritual e temporal de seu rebanho. Era de grande amenidade de caráter, benevolente e atencioso. Com a fama de santidade deixou em particular a lembrança de imensa caridade para com todos, em especial para com os pobres. Contudo, sua situação familiar punha-o em relação com os homens mais notáveis de seu tempo. Manteve correspondência com santo Agostinho, são Jerônimo, santo Ambrósio, Sulpício Severo, santo Euquério e outros muitos. Restam-nos dele 51 cartas, sendo 38 as trocadas com santo Agostinho. Dessas perderam-se 16. Algumas de suas epístolas constituem documentos históricos importantes.

A obra poética de Paulino, contudo, é a porção mais célebre de sua herança literária. Compreende 36 poemas (carmina), dos quais uma quinzena consagrados a são Félix de Nola. Por esse santo, Paulino sempre nutriu especial devoção. Durante mais de 15 anos, consagrou-lhe cada ano, novo poema, por ocasião de seu aniversário.

Faleceu são Paulino aos 76 anos, em 431, um ano após seu amigo santo Agostinho, com quem nunca se encontrou pessoalmente.[37]

A título de exemplo, transcrevemos breve trecho de uma das cartas de Paulino a Agostinho:

"Tuas cartas são uma chama diante de meus passos, uma luz para o meu caminho. Cada vez que elas me chegam, sinto dissiparem-se as trevas de minha ignorância e de minhas dúvidas, e meus olhos abrirem-se como à pura luz. Mas como homem tão terrestre como eu pode responder à tua sabedoria que nos vem de Deus?"

Este trecho de carta de Agostinho e Alípio a Paulino:

"Tuas cartas exalam o mais doce e o mais delicioso odor de Jesus Cristo, e te mostras o amigo verdadeiro e o confessor de sua graça".

Nessa correspondência podemos aprender como dois servidores do Senhor podem se alegrar num ideal comum.

BIBLIOGRAFIA

1.Texto bilíngüe completo da obra

Bibliothèque Augustinienne, t. II. Problèmes moraux. Texto, introdução e notas por Gustave Conbès, Desclée de Brouwer, Paris, 1937, pp. 377-453.

Oeuvres complètes de Saint Augustin, t. 22. Trad. e anotações por Péronne, Vincent, Barreau. Libr. De L. Vivès, Paris, 1870, pp. 143-166.

LABRIOLLE, Pierre, Choix d'écrits spirituels de saint Augustin. Bibliothèque patristique de spiritualité, Libr. Lecoffre, Paris, 1932, pp. 26-82.

2. Obras de estudo sobre santo Agostinho

BROWN, Peter, La vie de saint Augustin, trad. do inglês, Ed, du Seuil, Paris, 1971.

HAMMAN, A. G., A vida cotidiana dos primeiros cristãos ano 95-197, São Paulo, Paulus, 1997.

MEER, F. van der, Saint Augustin, pasteur d'âmes, 2 vols., trad. do neerlandês, Colmar-Paris, 1955.

PORTALIÉ, "Saint Augustin", Dictionnaire de théologie catholique, t. I, II parte, Paris, 1931, col. 2304.

3. Obras sobre o tema

BLANK, R. J., Reencarnação ou ressurreição. Uma decisão de fé, São Paulo, Palus, 1995.

_____. Vida, morte e ressurreição, São Paulo, Paulus, 1999.

BOWKER, J., Os sentidos da morte, São Paulo, Paulus, 1995
CONVERT, C., Orações de adeus a nossos mortos, São Paulo, Paulus, 1997.
JANSSENS, J., Vita e morte del cristiano negli epitaffi di Roma anteriori al sec. VII, Roma, 1981.
MARTELET, G., Victoire sur la mort. Eléments d'anthropologie chrétienne, Paris, 1962.

32 Cf. Van der Meer, Saint Augustin, pasteur d'âmes, II, pp. 322-326.

33 Cf. Choix d'écrits spirituels de saint Augustin, p. 281.

34 Cf. H. I. Marrou, Saint Augustin et Ia fin de Ia culture antique, Paris, 1938, pp. 125-127.

35 Cf. Gustave Combès, Introduction aux Lês Soins dus aux morts, Bibl. August. II, p. 382.

36 Cf. G. Bardy, Introduction aux Rêvisions, Bibl. August. 12, p. 249.

37 Cf. F. Cayré A. A., Patrologie I, Desclée, 1947, pp. 538-540. E. M. Sgarbossa, L. Giovannini, Um santo para cada dia, 22 de junho, Ed. Paulinas, São Paulo, 1986.

A solicitação de Paulino de Nola

1. Ó venerável Paulino, meu irmão no episcopado, devo há muito tempo a V. Santidade uma resposta. Devo-a desde que me remeteste, por familiares de nossa mui piedosa filha Flora, uma carta em que me interrogava se o fato de alguém ser sepultado junto ao monumento comemorativo (Memória)[38] de santo reveste-se de alguma utilidade para o cristão. Tal questão te fora proposta pela viúva que acabo de nomear,[39] a propósito de seu finado filho, inumado num recanto dessa tua Capela. Consolando-a, respondeste que tal voto, ditado por terna afeição de mãe para com seu filho, o jovem Cinérgio, já se havia realizado. Ele fora depositado na basílica do bem-aventurado confessor da fé, Félix[40].

Foi por essa ocasião dos mensageiros que trouxeram a carta de resposta a Flora que me interrogaste, por escrito, sobre tal prática e pediste com insistência o meu parecer, sem ocultar o teu próprio sentir.

Estimas, como me dizes, que não é coisa vã o sentimento que leva pessoas religiosas e fiéis a prestarem esse cuidado para com os seus defuntos. Acrescentas, ainda, que não é sem razão que a Igreja universal tem o costume de rezar pelos mortos. Só se pode, pois, concluir daí que seja útil ao homem, após sua morte, providenciar-lhe pela piedade dos seus, uma sepultura desse gênero, onde possa contar com a proteção dos santos.

38 O próprio Agostinho explica o significado de Memoriae no cap. 4,6. Em Nola, em torno do túmulo de são Félix, havia quatro capelas anexas à basílica, destinadas à oração e ao sepultamento de famílias, “ad sanctum Felicem”.

39 Flora, piedosa viúva de Hipona. Seu jovem filho Cinérgio morreu na Itália durante a visita ao bispo Paulino. A mãe pedira que o filho fosse sepultado na basílica, ao lado do túmulo de são Félix.

40 São Félix era natural de Nola, colônia romana, na Campânia, a 22 kms de Nápoles. Ainda jovem, distribuiu a maior parte de seus bens aos pobres e se ordenou presbítero. Na perseguição de Décio, em 250, já idoso, refugiou-se no deserto, mas foi apanhado e torturado. Terminada a perseguição, voltou à sua cidade onde morreu em idade avançada. Embora não tenha morrido derramando sangue é considerado mártir. Seu túmulo tornou-se objeto de veneração bem cedo. O próprio Paulino recebeu ali graças que o moveu à conversão. Muitos elementos lendários foram introduzidos sobre sua vida e pessoa.

BENEFÍCIOS DE DIGNO SEPULTAMENTO

A. ARGUMENTOS RELIGIOSOS

Como conciliar a responsabilidade pessoal e a proteção dos santos

2. Ô Paulino, consideras — caso seja bem fundada a opinião de ser útil o sepultamento dos defuntos queridos junto à Memória dos santos — que não vês bem como isso se concilia com as palavras do Apóstolo que diz:

> "Todos nós teremos de comparecer manifestamente perante o tribunal de Cristo, a fim de que cada um re-ceba a retribuição do que tiver feito durante sua vida no corpo, seja para o bem, seja para o mal" (2Cor 5,10).

Com efeito, a sentença do Apóstolo adverte-nos que é antes da morte que devemos fazer o que poderá ser útil depois dela. Não deverá ser na hora em que cada qual há de receber os frutos do que tiver praticado durante a vida.

Eis como se resolve a questão: Enquanto se vive neste corpo mortal, existe certa maneira de viver que permite, uma vez morto, adquirir algum alívio com as obras pias feitas em seu sufrágio. Essa ajuda será proporcional ao bem que cada um tiver cumprido durante sua vida.

Existem alguns para quem esses socorros permanecem inteiramente inúteis: são aqueles cuja conduta foi tão má que se tornaram indignos de se aproveitarem deles. E também existem alguns cuja vida foi de tal modo irrepreensível que não possuem nenhuma necessidade de tais socorros. Portanto, é o gênero de vida que cada qual levou durante a existência corpórea, que determina a utilidade ou inutilidade desses auxílios que lhe são tributados piedosamente após a morte. Pois o mérito que os torna proveitosos, se foi nulo no decorrer desta vida, ficará estéril também após esta vida.[41] Disso não decorre que a Igreja e a piedade dos fiéis despendam em vão os cuidados que a religião inspira a serviço dos defuntos. Mas não deixa de ser verdade que cada um receberá conforme o que tenha praticado de bom ou de mau em sua vida, pois o Senhor retribui a cada um conforme suas obras. Portanto, para que o cuidado tomado em relação a um ser querido depois de sua morte lhe sirva de alguma coisa, é preciso que esse alguém haja adquirido a faculdade de o tornar útil no tempo decorrido em companhia de seu corpo.

A venerável tradição de orar pelos mortos

3. Essa breve resposta à questão que me propuseste poderia ser suficiente. Contudo, ela suscita outras das quais estimo ser preciso também tratar. Peço-te, pois, a atenção.

Lemos no livro dos Macabeus (2Mc 12,43) ter sido oferecido um sacrifício pelos mortos.

Entretanto, ainda que não deparássemos em parte alguma do Antigo Testamento a mínima referência a este respeito, não é de pouco peso a autoridade da Igreja universal, na qual é manifesto esse costume. Assim, nas preces em que o padre dirige suas orações ao Senhor Deus, junto do altar, é reservado espaço especial para a encomendação dos mortos.[42]

Os mortos nada perdem se privados de sepultura

4. Convém examinar diligentemente se o lugar onde alguém foi sepultado exerce alguma influência sobre a alma. Mas primeiramente vejamos se o fato de os corpos ficarem sem sepultura acarreta algum efeito sobre o início ou o aumento de penas nos espíritos, após esta vida.

Julgaremos esta questão, não conforme a opinião popular, mas fundamentando-nos sobre as santas Escrituras de nossa religião.

Com efeito, não vamos crer, como lemos em Virgílio,[43] que os mortos sem sepultura não podem navegar nem serem atravessados na barca pelo rio dos infernos, conforme esta passagem da Eneida:

> "Não lhes é permitido passar além dessas margens horríveis e desse rio de ruído cavernoso, até que seus ossos tenham recebido morada tranqüila"
>
> (6, 327.328)

(Nec ripas datur horrendas, nec rauca fluenta trans-portare prius quam sedibus ossa quierunt).

Que inteligência cristã poderia aderir a essas fábulas poéticas e a essas puras ficções, quando o Senhor Jesus, para tranqüilizar os cristãos que viriam a cair nas mãos de seus inimigos e sob seu poder, afirma que não se perderá nem um só cabelo de sua cabeça (Mt 10.30), e exorta-os a não temer os que matam o corpo e depois disso nada mais podem fazer (Lc 12,4)?

Creio já ter dito o bastante no livro primeiro de A cidade de Deus (1,12.13), para fechar a boca dos pagãos que imputam ao fato de nossa época ser cristã as devastações cometidas pelos bárbaros, sobretudo aquelas que Roma sofreu recentemente. Alegam, a mais, que Cristo não socorreu os seus nessa ocasião. Ao explicarmos que Cristo acolheu as almas dos fiéis conforme o mérito de sua fé, eles insultam-nos a propósito dos cadáveres que ficaram sem sepultura. Eis em que termos eu tratei a respeito de todas essas questões referentes ao lugar do sepultamento, na dita obra:

Transcrição de texto de A cidade de Deus:[44]

> "Naquela espantosa messe de cadáveres, quantos fiéis devem ter ficado privados de sepultura? Trata-se, porém, de infortúnio pouco temido pela fé viva, que tem por certo a sanha dos animais nos que nada podem contra a ressurreição dos corpos de suas vítimas, das quais não perecerá um só cabelo da cabeça (Lc 21,18). Teria afirmado a Verdade: 'Não temais, em absoluto, quem mata o corpo e não pode matar a alma' (Mt 10,28), se a engenhosa crueldade dos assassinos pudesse sufocar nos cadáveres inimigos o germe da vida futura? Salvo se houver alguém bastante insensato para pretender não deverem os assassinos do corpo serem temidos antes de o matarem, mas só depois da morte, por poderem privá-lo de sepultura. Se assim fosse possível fazer algum mal a cadáveres, seriam falsas as palavras de Cristo: 'Não temais quem mata o corpo e nada mais pode'. Quê?! Falsas as palavras da Verdade?! Longe de nós semelhante blasfêmia! Está escrito disporem os assassinos de certo poder no momento de matarem, por ser o corpo sensível ao golpe que o mata, mas, em seguida nada mais poderem, por ser o cadáver desprovido de sensibilidade. A terra, é verdade, não recebeu o corpo de grande número de cristãos, mas, em tal caso, ninguém separou a terra do céu, porque ela está toda cheia da presença daquele que sabe de onde chamar à vida tudo aquilo que criou. Diz bem um salmo: 'Deram os cadáveres dos teus servos como pasto às aves do céu, as carnes dos teus santos aos animais da terra. Derramaram o seu sangue como água à roda de Jerusalém e não havia quem os sepultasse' (Sl 78, 2.3). Mas o salmista fala assim, mais para exagerar a crueldade dos carrascos do que para deplorar a infelicidade das vítimas.
>
> 'É preciosa aos olhos do Senhor a morte dos seus santos' (Sl 115.15).
>
> Com efeito, o restante: providências relativas aos funerais, escolha da sepultura, pompa do enterro, tudo isso é mais consolo dos vivos do que alívio dos mortos.
>
> Quê?! Honras fúnebres aproveitariam ao ímpio? Então, para o justo seria verdadeiro infortúnio possuir sepultura pobre ou até não a possuir de todo. Numeroso cortejo de escravos fez ao rico epulão exéquias magníficas aos olhos dos homens (Lc 16,22). Muito mais brilhantes, porém, aos olhos de Deus, as que o ministério dos anjos ofereceu ao pobre Lázaro coberto de úlceras. Não lhe ergueram aos restos mortais túmulo de mármore, mas levaram-no para o seio de Abraão.[45]

Vejo rirem aqueles contra quem defendo a cidade de Deus. Entretanto, seus próprios filósofos menosprezaram a preocupação com o sepultamento e, freqüentemente, exércitos inteiros pouco se incomodaram, ao morrerem pela pátria terrena, com o lugar em que seus cadáveres haveriam de jazer e que animais se serviriam deles, como de pasto. Assim, puderam dizer os poetas, com aplausos: 'A quem faltou o sepulcro, o céu serve de proteção'.

Portanto, que loucura essa, de ultrajar os cristãos por causa de cadáveres deixados insepultos, se aos fiéis foi prometido que a própria carne e todos os membros, deixados sobre a terra e até dispersos no seio secretíssimo de outros elementos, hão de, num abrir e fechar de olhos, tornar à vida e serem restituídos à primitiva integridade, como foi prometido por Deus?" (lCor 15.52).[46]

CAPÍTULO 3

Razões de digno sepultamento

5. Isso, contudo, não é motivo para se deixar, com desdém, ao abandono os despojos dos mortos, em especial os dos justos e dos fiéis, órgãos e instrumentos do espírito para toda boa obra. Se a roupa do pai, o anel ou objeto semelhante é tanto mais precioso para os filhos quanto mais terna é sua piedade filial, que cuidado não nos merece nosso corpo, que nos está mais intimamente ligado que a roupa, seja ela qual for? Com efeito, o corpo não é apenas ornamento do homem, adjutório exterior, mas é parte de sua natureza humana. Esta a causa dos derradeiros deveres de piedade solenemente prestados aos justos dos velhos tempos, a pompa de suas exéquias, os cuidados com sua sepultura e as ordens que eles mesmos, durante a vida, confiavam aos filhos, para o sepultamento ou a transladação de seus restos mortais (Gn 25,9;35,29;47,30;50,2.13). O cuidado para com os mortos, segundo o testemunho do anjo, atrai sobre Tobias as bênçãos de Deus (Tb 2,9; 12, 12). O próprio nosso Senhor, que ressuscitará ao terceiro dia, divulga a boa ação da santa mulher que lhe unge os membros com precioso perfume, como para sepultá-lo por antecipação (Mt 26,10-13). E o Evangelho lembra com louvores aqueles que, à descida da cruz, lhe recebem piedosamente o corpo, o cobrem com sudário e o depositam no sepulcro (Jo 19,38-42). Tais exemplos em absoluto não provam que os cadáveres conservam qualquer sensibilidade. E sim, que a Providência de Deus vela os despojos dos mortos e esses deveres de piedade lhe são agradáveis, por demonstrarem fé na ressurreição. No caso há, além disso, salutar ensinamento para nós, sobre quão grande pode ser a paga das esmolas feitas a criaturas vivas e dotadas de sensibilidade, se aos olhos de Deus nada se perde dos caridosos tributos que prestamos aos restos inanimados dos homens. Há outras recomendações relativas ao sepultamento, à transladação de seus corpos, em que os santos patriarcas quiseram deixar entrever revelação de inspiração profética do Espírito. Mas não é oportuno aprofundar, agora, semelhantes mistérios. Basta o que acabamos de dizer. Se, por conseguinte, a falta de coisas necessá- rias à manutenção da vida, como o alimento e o vestuário, provação cruel, mas impotente contra a corajosa paciência do homem virtuoso, longe de desarraigar-lhe do coração a piedade, o exercita e fecunda, não é bem mais verdadeiro que não poderia perturbar o repouso da alma, na santa e bem-aventurada mansão, a falta das solenidades fúnebres habituais?

E que, na desolação de Roma ou de outras cidades, os últimos deveres tenham faltado aos cristãos, pouco importa. Não foi falta dos vivos, que nada puderam fazer, nem infortúnio para os mortos, que nada puderam sentir". (A cidade de Deus, l, 12.13). Tal é a minha opinião sobre a causa e a razão de ser das sepulturas.

Se eu extraí essa passagem de outro dos meus livros, para a transpor aqui, é porque me pareceu

mais fácil retomá-la simplesmente, do que exprimir em termos diferentes as mesmas idéias.

CAPÍTULO 4

O valor irrevogável da oração junto à sepultura

6. Sendo justos esses princípios acima expostos, não dei- xa de ser marca de bons sentimentos do coração humano, para com os seus mortos queridos, o fato de escolherem para os corpos, ao serem enterrados, um lugar junto a túmulo de santos (Memoriam).

Uma vez que o sepultamento é, em si mesmo, obra religiosa, essa atenção posta na escolha do local não pode ser estranha ao ato religioso. É para os vivos um consolo e maneira de testemunhar sua ternura para com os parentes desaparecidos. Mas não vejo como os mortos possam, por aí, encontrar alguma ajuda, a não ser no caso de. ao visitar o local onde descansam, eles serem encomendados, na oração, à proteção dos santos protetores, junto ao Senhor. Entretanto, isso pode ser feito ainda quando não é possível inumá-los em tais lugares santos.

Se dão o nome de Memoriae ou Monumento aos sepulcros construídos vistosamente, é na verdade, para que tragam à memória aqueles que, devido à morte, foram subtraídos aos olhos dos vivos. Advertem assim as pessoas a se lembrarem deles, para não acontecer que, tendo sido retirados dos olhos dos vivos, não o sejam também do coração, pelo esquecimento.

Recordação é o que indica bem claramente o próprio termo Memória. E monumentum quer dizer "o que adverte à mente (moneat mentem), isto é, o que a faz recordar. Eis por que os gregos denominam mnemeion, o que nós chamamos Memória ou Monumentum. Na língua deles, mnème significa memória, a faculdade com a qual nos lembramos.

Quando, pois, o pensamento de alguém se volta para o lugar onde jaz o corpo de ente muito querido e acontece que esse local se acha consagrado pelo nome de mártir venerável, por aí mesmo, a afeição amorosa lembra-se e reza, recomendando a esse mártir o morto querido.

Mas não se pode duvidar de que essas súplicas, feitas pelos fiéis pelos defuntos que lhes são caros, serão úteis a estes, só no caso de eles terem merecido, durante a vida, beneficiar-se depois da morte.

Supondo que circunstâncias imperiosas impediram a inumação ou que autorização não foi dada de ela ser feita nesses lugares sagrados, não será por isso que se hão de negligenciar as orações pelos falecidos.

A Igreja tomou a si o encargo de orar por todos os que morreram dentro da comunhão cristã e católica. Ainda que sem conhecer-lhes o nome, ela os inclui numa comemoração geral de todos eles. Desse modo, aqueles que não mais possuem pais, filhos ou outros parentes e amigos, para auxiliá-los nesse mister, são amparados pelo sufrágio dessa piedosa mãe comum.

Mas no caso de faltarem esses sufrágios pelos mortos, feitos com verdadeira fé e piedade, então, eu julgo que nada valeria, ao espírito deles, que seus corpos sem vida se encontrassem sepultados nos lugares mais santos.

CAPÍTULO 5

Utilidade relativa do sepultamento em lugar santo

7. Aquela mãe cristã de que me falaste (cf. 1.1) desejou que o corpo de seu filho, tendo ele expirado na fé, fosse depositado na basílica de mártir. Acreditava ela que a alma do finado seria ajudada pelos méritos desse mártir. Essa fé já era, a seu modo, uma súplica. E súplica útil, admitindo que algo pudesse ser útil. À medida, porém, que seu pensamento se voltar freqüentemente em direção a esse túmulo, e ela mais e mais recomendar o filho em suas orações, eis aí o que realmente será útil à alma do defunto. O que vale não é o lugar onde o corpo esteja enterrado, mas a viva afeição da mãe, revivificada pela lembrança desse lugar. Acrescentemos a isso que, sem dúvida, o objeto de sua

afeição e o pensamento do santo protetor contribuem bastante para tornar mais fecunda sua oração e piedade.

O sentido da expressão corporal na oração

Acontece que aqueles que oram impõem a seus membros uma posição condizente com a oração: põem-se de joelhos, estendem as mãos, prostram-se no chão e executam muitos outros gestos do mesmo gênero. Sem dúvida, Deus conhece-lhes a vontade oculta e a intenção do coração. Ele não tem necessidade desses sinais sensíveis para penetrar no recôndito da consciência humana. Contudo, por essas demonstrações, a pessoa estimula-se a si mesma a orar e a gemer com mais humildade e fervor. E ainda que os gestos corporais não possam se produzir sem movimento interior da alma, esses atos exteriores e invisíveis amplificam, não sei como, o ato interior e invisível que os suscitara.

Não obstante, se alguém estiver impedido ou até impossibilitado de os realizar com seus próprios membros, isso não incapacita o homem interior de orar. Deus o vê, contrito e arrependido, prostrar-se no santuário secreto do seu coração.

A escolha do lugar de sepultamento:

expressão exterior da fé interior

De modo semelhante, dizemos que o lugar do sepultamento é, por certo, de grande importância para aquele que encomenda a Deus a alma de morto querido, quando a oração é vivificada pelo espírito interior. Pois foi o sentimento interno do coração que escolheu com antecedência lugar santificado para a inumação. E esse lugar, quando o corpo é aí depositado, renova e amplia pelas lembranças que suscita, o sentimento interior que foi o princípio de tudo.

Contudo, se pessoa piedosa não consegue inumar aquele que ela ama, lá onde teria desejado por inspiração cristã, ela não deve, por esse motivo, suprimir as orações necessárias para a encomendação do defunto. Pouco importa que um corpo sem vida esteja aqui ou lá. O essencial é que a alma encontre seu repouso. Deixando este mundo, ela leva consigo a consciência da sorte que lhe é reservada, para a felicidade ou o infortúnio.

Não é da carne que a alma espera ajuda para a sua vida futura. É ela que lhe comunicava a vida, aqui na terra. Partindo, ela a retirou. Ao voltar, ela lha devolverá. É a alma que prepara para a carne o que lhe será devido no momento da ressurreição. E o corpo, ela o fará revivificar-se, seja para o castigo, seja para a glória.

CAPÍTULO 6

O desprendimento pelo sepultamento ensinado pelos mártires de Lião

8. Lemos na História eclesiástica escrita em grego por Eusébio, e traduzida em latim por Rufino, o seguinte fato: Na Gália, os corpos dos mártires de Lião[47] foram atirados aos cães. A carne e os ossos que sobraram foram reduzidos a cinzas até à última parcela, para serem finalmente atirados no rio Ródano, a fim de não ficar traço algum de sua memória.

Ora, devemos pensar que se Deus permitiu essa destruição total, é para ensinar aos cristãos que ao confessar a Cristo, no desprezo desta vida, os mártires devem desprezar ainda mais a sepultura. Pois, se a abominável crueldade com que foram tratados aqueles corpos pudesse privar a alma vitoriosa do repouso bem-aventurado, Deus certamente não o teria permitido. Está bem claro o que o Senhor afirmou: “Não tenham medo dos que matam o corpo e depois disso nada mais podem fazer” (Lc 12,4). Isso não significa que os perseguidores perderiam todo poder sobre o corpo dos fiéis, após a morte, mas que embora tivessem esse poder, nada podiam para diminuir a felicidade de suas vítimas;

nada poderia atingir a vida consciente deles além-túmulo; nada poderia trazer dano aos próprios corpos, pelo menos no que se refere à integridade da sua ressurreição.

B. ARGUMENTOS DE ORDEM NATURAL

CAPÍTULO 7

O apego humano pelo próprio corpo

9. Entretanto, há no coração humano um sentimento natural que leva a que ninguém odeie sua própria carne (Ef 5,29). Desse modo, se um homem vem a saber que, após sua morte, seu corpo não obterá as honras da sepultura, conforme o costume de cada raça e país, sente-se conturbado, como homem. Receia para seu corpo, antes de sua morte, destino que todavia depois da morte não o pode atingir.

É assim que lemos no livro dos Reis (1Rs 13,21.22), que Deus envia um profeta a outro profeta (um homem de Deus), que tinha transgredido sua palavra, para anunciar-lhe, como castigo, que seu corpo não seria levado ao sepulcro de seus pais. Eis como vem narrado nas Escrituras:

> "Aquele profeta exclamou ao homem de Deus que tinha vindo de Judá, dizendo: 'Eis o que diz o Senhor: Porque não obedeceste à palavra do Senhor, não guardaste o mandamento que o Senhor teu Deus te impusera, voltaste, comeste pão e bebeste água, o teu cadáver não será levado ao sepulcro de teus pais'."

Medindo a importância dessa punição em relação ao evangelho, onde está escrito que uma vez o corpo morto, os membros nada devem temer a mais, não se pode sequer dizer que essa tenha sido uma punição. Mas se considerarmos o amor que todo homem dedica à sua própria carne, o profeta, em vida, certamente sentiu temor e tristeza, com a idéia de um tratamento que não poderia sentir, uma vez morto. Era essa justamente a sua punição, esse sentimento de dor diante da idéia do que sofreria seu corpo, ainda que de fato não devesse sofrer em absoluto, no momento em que a ameaça se realizasse.

Ora, o Senhor quis simplesmente punir seu servo que lhe desobedecera, não por má vontade, mas por ter sido enganado pela mentira de outro profeta. Não se deve pensar que a mordida da fera selvagem o tenha matado para que sua alma fosse precipitada no inferno. Com efeito, o mesmo leão, que o agredira, montou guarda a seu corpo, sem sequer fazer mal algum ao jumento que assistia ao funeral de seu dono, sem medo, ao lado da terrível fera. Esse notável acontecimento é sinal de ter o profeta sofrido tal morte como castigo temporal, mas não como punição eterna.

O Apóstolo lembra que muitos são punidos de doença ou de morte por causa de seus pecados. Faz esta observação

> "Se nos examinássemos a nós mesmos, não seríamos julgados. Mas por seus julgamentos, o Senhor nos corrige, para que não sejamos condenados com o mundo" (1Cor 11,31.32).

O velho profeta, que enganara o homem de Deus, sepultou-o com bastante honra, tomou as disposições necessárias para ser, mais tarde, ele próprio inumado junto a ele. Esperava que aqueles ossos encontrariam graça, quando viesse o tempo em que, conforme a profecia do homem de Deus, Josias, rei de Judá, exumaria os ossos de muitos mortos para profanar com eles os altares sacrílegos, a serem erguidos aos ídolos. Com efeito, mais de trezentos anos decorridos, Josias poupou, de fato, o sepulcro onde fora enterrado o homem de Deus que predissera esse fato. E assim, graças a esse homem de Deus a sepultura do profeta que o enganara, não foi violada.

O sentimento que leva a ninguém odiar a própria carne (Ef 5,29), o havia feito prever o destino de seu corpo, ainda que houvesse matado sua alma por uma mentira. Cada um ama sua própria carne, por instinto. Assim, um profeta sofreu à idéia de não ir repousar no sepulcro de seus pais; e outro

tomou o cuidado de prover à segurança de seus ossos, fazendo-se enterrar em túmulo que ninguém haveria de violar.

CAPÍTULO 8

O triunfo dos mártires sobre o apego ao próprio corpo

10. Esse apego, porém, ao próprio corpo, os mártires venceram-no, em sua luta pela verdade. Não é surpreendente que eles tenham desprezado as honras reservadas a seus despojos. Só podiam estar insensíveis a elas após a morte, pois enquanto vivos e sensíveis não se tinham deixado vencer pelo suplício.

O Senhor não permitira o leão tocar no cadáver daquele homem de Deus, morto pela fera assassina que depois se fizera seu guardião (1Rs 13,24). Do mesmo modo, Deus poderia, bem entendido, ter afastado os cadáveres de seus fiéis dos cães aos quais foram atirados (cf. Os mártires de Lião). Ele poderia de mil maneiras dominar com terror a crueldade dos carrascos para impedi-los de queimar aqueles corpos e em seguida dispersar as suas cinzas. Mas foi preciso que essa provação se juntasse ainda à múltipla diversidade das tribulações, a fim de que a firmeza da ferocidade da perseguição, armada contra o corpo deles, não temesse diante da privação das honras fúnebres do sepultamento.

Em uma palavra, era preciso que a fé na ressurreição não fosse abalada pela destruição do corpo. Portanto, todas essas provações deviam ser permitidas para que os mártires, depois de terem demonstrado tão grande coragem nos tormentos, se tornassem ainda mais ardentes a confessar Cristo, tornando-se testemunhas também dessa verdade: os que matam o corpo, nada mais podem fazer (Lc 12,4).

Qualquer seja o tratamento infligido aos corpos sem vida, de nenhum efeito será, visto que um corpo privado da vida, que se separou dele, nada pode sentir. E aquele que o criou nada pode perder.

Mas enquanto tratavam assim cruelmente os corpos das vítimas, e que os mártires suportavam com grande coragem os tormentos, erguia-se grande lamentação entre os irmãos. Sentiam eles muita aflição por não terem a liberdade de prestar os deveres fúnebres aos santos, como é de justiça. Estavam proibidos, pela vigilância dos guardas, de subtrair às ocultas algum resto mortal dos mártires. Assim nos atesta a mesma história (História eclesiástica, de Eusébio de Cesaréia, 5,1,61).

Os mártires, após sua morte, não padeciam mais nenhum sofrimento, nem do esfacelamento dos seus membros; nem das chamas que calcinaram seus ossos; nem da dispersão de suas cinzas. Mas os cristãos, que não podiam sepultar a mínima porção de suas relí- quias, ficavam atormentados de grande dor e piedade. Eles sentiam em sua misericordiosa compaixão todos os sofrimentos que aqueles mortos não podiam mais experimentar.

CAPÍTULO 9

Prestam-se aos defuntos os cuidados que se esperam receber

11. É graças a esse sentimento de compaixão misericordiosa, que acabo de definir, que o rei Davi louvou e bendisse aqueles que caridosamente deram sepultura aos ossos secos de Saul e Jônatas (2Sm 2,4-6).

Contudo, que caridade se pode testemunhar para com aqueles que não sentem mais nada? Acaso, seria voltar àquela concepção segundo a qual os mortos, privados de sepultura, não podem atravessar o rio dos infernos? (Eneida, 6). Rejeitamos essa idéia contrária à fé cristã. De outro modo, dever-se-ia considerar como o pior castigo infligido a tantos mártires o fato de terem sido privados seus corpos de sepultura. Ora, nesse caso, a Verdade os teria enganado ao dizer: “Não tenhais medo dos que matam o corpo e depois disso nada mais podem fazer” (Lc 12,4), se os perseguidores conseguissem impor-lhes esse imenso prejuízo de impedir a chegada às moradas tão

desejadas.

Mas isso tudo é de falsidade evidente: os fiéis nada sofrem por estarem privados de sepultura, assim como os infiéis não tiram proveito algum por a receberem.

Perguntemo-nos, pois, por que aqueles que enterraram Saul e seu filho Jônatas foram louvados, por terem executado obra de misericórdia, e abençoados pelo piedoso rei Davi (2Sm 2,4-6).

Acontece, com efeito, que os corações piedosos obedecem a uma boa inspiração quando, levados pelo sentimento pelo qual "ninguém odeia sua própria carne" (Ef 5,29), sofrem de verem mal cuidados os cadáveres dos outros, pois não quereriam que tratassem assim o seu próprio corpo sem vida. E o que desejam que lhes proporcionem quando nada mais hão de sentir, eles cuidam de proporcionar àqueles que já não existem, enquanto eles mesmos ainda gozam dos sentidos.

41 No Adendo II, à frente, o leitor encontrará melhor explicitação das idéias de santo Agostinho sobre a questão.

42 Paulo VI, na encíclica Mysterium fidei, 30, afirma: "O costume de oferecer 'o sacrifício de nosso preço' pelos defuntos, vigorava na Igreja romana, como testemunha santo Agostinho, que declara ser, além disso, observado por toda a Igreja, como herança recebida dos Padres". Note-se a alusão ao 'Memento dos mortos', já em uso naquela época.

43 Na antigüidade, poetas pagãos evocam o castigo aos corpos insepultos. Na Ilíada 23,71, Homero apresenta o sepultamento como condição indispensável para que a alma do defunto seja admitida nos Infernos. Na Eneida, VI, 329, Virgílio impõe aos insepultos um estágio de cem anos. Nos caps. 9,11 e 10,12, Agostinho volta a este tema referindo-se ao piloto de Enéias, Palinuro.

44 Composta principalmente para responder às acusações dos pagãos que, desde a invasão dos bárbaros, acusavam os cristãos como responsáveis pelos infortúnios do império, A Cidade de Deus trata nos caps. 1, 12 e 13, do sepultamento dos corpos, da concepção dos pagãos sobre os corpos insepultos e da razão de se sepultarem os corpos.

45 O seio de Abraão aparecia, nessa época, como lugar provisório antes da visão de Deus. Acreditava-se que somente os mártires eram admitidos junto de Deus, logo após a morte. Os outros esperariam o fim do mundo. "Paraíso e seio de Abraão, são lugar de beatitude, uma das numerosas moradas do céu" (Portalié, Dict. de théol. catholique, col.2447).

46 Dizer que a alma não sofre por ficar o corpo insepulto era afirmar algo que poderia criar indignação entre muitas pessoas da Antigüidade e até entre contemporâneos de Agostinho. O que parecia aos antigos o supremo castigo, julgava Agostinho sem importância. Assim, com pequena frase, destrói uma representação edificada pelos séculos. No sermão sobre a Disciplina cristã 12,13, já insistia: "Vale mais repousar no seio de Abraão do que num túmulo de mármore".

47 O fato aconteceu durante a quarta perseguição, de Marco Aurélio, por ocasião da festa que reunia a cada ano, em Lião, delegados das três Gálias. Data de 177 a Carta da igreja de Lião e de Viena sobre esse acontecimento. A história desse martírio é das mais antigas narrações que possuímos, graças ao relato de testemunhas oculares. Segundo Eusébio de Cesaréia, " jogaram aos cães os corpos dos que foram asfixiados na prisão, e vigiaram cuidadosamente os cadáveres, noite e dia, a fim de que nenhum fosse por nós sepultado. (...) Os corpos dos mártires foram expostos de todos os modos e abandonados ao ar livre durante seis dias; depois foram queimados e reduzidos a cinzas pelos malvados que as jogaram no rio Ródano ...a fim de nada restar deles sobre a terra".para impedir que os cristãos lhes dessem sepultura. (Cf. E.de Cesaréia, História eclesiástica V,1,59-63. Col. Patrística, São Paulo, Paulus, 2000).

SECUNDA PARTE

APARIÇÃO DOS MORTOS AOS VIVOS

A. FORMA DAS APARIÇÕES

CAPÍTULO 10

Visões produzidas no sono

12. São-nos relatadas diversas aparições, que parecem introduzir, na presente dissertação, um problema que se não poderia negligenciar.

Dizem que certos mortos apresentaram-se, seja durante o sono,[48] seja de outro modo, a pessoas vivas. A essas, ignorando o lugar em que jazia o cadáver insepulto deles, os mortos lho indicavam e pediam que lhes proporcionassem a tumba da qual foram privados.

Responder que essas visões são falsas parece contradizer, com afronta, testemunhos escritos de autores cristãos e a convicção íntima de pessoas que testemunham tê-las tido. Eis a resposta mais veraz: não é preciso pensar que os mortos agem na realidade, quando parecem dizer, mostrar ou pedir em sonho, o que nos é relatado. Pois muitas vezes, pessoas vivas também aparecem em sonho, sem disso terem consciência. E será daquelas mesmas pessoas, a quem apareceram em sonho, que virão a saber terem dito ou feito tal coisa durante a visão. Alguém pode, pois, ver-me em sonho, anunciar-lhe um acontecimento passado ou predizer-lhe um fato futuro. E, contudo, eu ignorar totalmente a coisa, e não atinar — não somente acerca do sonho tido pelo outro, nem se ele estava acordado enquanto eu dormia — se ele dormia enquanto eu estava acordado; se ambos dormíamos ou estávamos acordados ao mesmo tempo, ao ter ele o sonho em que me via.

O que há, pois, de espantoso, se os mortos, sem nada saberem ou sentirem, sejam vistos em sonho pelos vivos e digam coisas das quais, ao acordarem, reconhecem ser verdade?

Eu estaria antes inclinado a crer na mediação dos anjos, que receberiam do alto a permissão ou a ordem de aparecerem em sonho, para dar alguma indicação sobre os corpos a serem enterrados, enquanto aqueles que viveram nesses corpos, tudo ignoram a esse respeito.

Essas aparições podem ter sua utilidade, seja para o consolo dos vivos, que vêem a imagem dos mortos que lhes são caros, seja para lembrar aos homens o dever de humanidade que é o sepultamento dos falecidos. Isso não traz nenhum socorro para os mortos, mas negligenciá-lo seria impiedade culposa.

Às vezes acontecem falsas visões que levam a erros grosseiros, os que tal mereceram. Imaginemos alguém ter o mesmo sonho de Enéias (cf. Virgílio, Eneida 6,337). Afirma o poeta ter visto nos infernos, a imagem de morto não sepultado, em visão poética e falaciosa. Põe a mensagem na boca de Palinuro. Eis que ao acordar, Enéias procura e encontra o corpo do defunto no lugar exato onde soubera, em sonho, que ele jazia, com o aviso e o pedido de o sepultarem. Como a realidade estava conforme o sonho, ele ficou inclinado a crer que é preciso sempre enterrar os mortos para permitir às almas chegarem à última morada. Sonhara que as leis do inferno impedem-nos de entrar na morada eterna, enquanto os corpos não tiverem recebido sepultura. Ora, se um homem adotar tal crença, não estará ele afastado e muito, do caminho da verdade?

CAPITULO 11

Exemplos de aparições — da imagem não da pessoa real

13. Tal é a fraqueza humana que, se um morto é visto durante o sono, crê-se ter visto sua alma. Mas se acaso sonha-se com pessoa viva, fica-se certo de que não foi visto seu corpo nem sua alma, mas sim sua imagem. Como se os mortos não pudessem aparecer do mesmo modo que os vivos, sob a forma de imagens semelhantes.

Eis um fato. Ouvi a seguinte narração em Milão. Um credor reclamava o pagamento de uma dívida, e exibia uma cautela assinada por senhor recém-falecido ao filho, que ignorava ter o pai já reembolsado o empréstimo. O jovem, muito aborrecido, estranhava seu pai não ter comunicado nada acerca dessa dívida, apesar de o testamento ter sido redigido. Em sua extrema ansiedade, eis que vê seu pai aparecer-lhe em sonho e indicar o lugar em que se encontrava o recibo que anulava a cautela. Tendo-o encontrado, mostra-o ao credor e não somente anula a reclamação mentirosa, como recupera o documento assinado, que não fora devolvido no momento do pagamento da dívida, por seu pai.

Eis, pois, um fato em que se supõe a alma do defunto ter de tal modo se preocupado com o filho, que vem a seu encontro, enquanto dormia, para lhe comunicar o que este ignorava e livrá-lo de séria preocupação.

Aproximadamente, na mesma época em que nos contaram esse fato, e quando eu morava ainda em Milão, sucedeu a Eulógio, professor eloqüente em Cartago, meu discípulo nessa arte, como ele mo recordou, o seguinte acontecimento, tal como ele mesmo mo narrou, quando de meu retorno à África. Seu curso se desenvolvia sobre as obras retóricas de Cícero. Ao preparar sua lição para o dia seguinte deteve-se sobre passagem obscura que não conseguia deslindar. Preocupado, não conseguia dormir. Ora, eis que eu lhe apareço durante o sono e explico-lhe as frases que não chegava a compreender. Certamente, não era eu, mas sem eu o saber, a minha imagem. Encontrava-me eu, então, bem longe, do outro lado do mar, ocupado em outro trabalho ou talvez passando por outro sono e não sentindo nenhuma preocupação com as dificuldades dele.

Como se produziram esses dois fenômenos? Ignoro. Mas de qualquer maneira que tenham acontecido, por qual razão não havemos de crer que os mortos nos aparecem nos sonhos, sob a forma de imagem, tal como os vivos?

Uns e outros ignoram completamente serem objeto de aparições, e não têm nenhuma preocupação de saber a quem, onde e quando se deram elas.

CAPITULO 12

Visões — frutos de delírio

14. Algumas visões, sentidas no estado de vigília, assemelham-se a sonhos. Acontecem com pessoas cujos sentidos estão conturbados, tais os frenéticos e os doidos de toda espécie. Conversam consigo mesmos, como se falassem com outras pessoas presentes ou ausentes, vivas ou defuntas, das quais eles percebem a imagem diante dos olhos. Mas os vivos não sabem que esses imaginários imaginam vê-los e conversar com eles — visto que na realidade não se encontram lá, e nem dizem nada. Essas visões imaginárias nascem de perturbação dos sentidos. Da mesma forma, os que já deixaram esta vida aparecem a pessoas cujo cérebro está perturbado, como se estivessem presentes, ao passo que na realidade estão longe de lá, e que nem supõem alguém ter percebido sua imagem em visão imaginária.

Visões — o caso dos dois Curmas

15. Eis outro fato similar. Há pessoas que ficam sem o domínio dos sentidos ainda mais totalmente do que ao dormir. Absorvidas em suas visões imaginárias julgam ver vivos e mortos. De volta à razão, declaram o nome dos mortos vistos, e os amigos, que os escutam, acreditam ter eles estado, de fato, naquele convívio. Os ouvintes, porém, não notam que nessas mesmas visões apareceram pessoas vivas, que na verdade lá não estiveram, sequer souberam de tal.

Assim aconteceu com um homem chamado Curma, do município de Tullium, perto de Hipona, membro do Conselho municipal, pequeno magistrado da aldeia e simples camponês. Estando doente, caiu em tão profunda letargia que ficou como morto durante diversos dias. Sopro muito leve nas

narinas, percebido com dificuldade ao aplicar-lhe a mão, assinalava índice mínimo de vida. Não podia, pois, ser enterrado. Não mexia membro algum. Seus olhos e os outros sentidos, apesar de toda espécie de estímulos, permaneciam insensíveis. Contudo, tinha visões como se dormisse. Contou-as alguns dias depois, como pessoa libertada do sono. Afirmou ele logo que abriu os olhos: "Vão já à casa do Curma, o ferreiro, e vejam o que está se passando ali". Chegam até lá e ficam sabendo que esse tal Curma havia morrido no mesmo momento em que o primeiro, em estado letárgico, retornava aos sentidos e à vida. Interessados ao máximo, os assistentes interrogam-no e ele lhes diz que o Curma ferreiro havia recebido ordem de comparecer diante de Deus, no momento em que ele mesmo tinha sido reenviado para este mundo. Soubera lá, de onde voltava, que não era o Curma, da Cúria municipal, mas o Curma ferreiro, a quem tinha sido dada a ordem de comparecer à mansão dos mortos. Nas visões em sonho que tivera, o Curma curial reconheceu, entre os extintos, alguns que conhecera como vivos serem tratados de modo diversificado, conforme os vários méritos que obtiveram em vida.

Talvez eu pudesse crer nessa história, se essas pessoas fossem todas realmente extintas; se o doente não houvesse visto, em seus sonhos, outras várias pessoas que ainda vivem. Por exemplo, clérigos de sua região e, entre outros, um padre que lhe disse de se fazer batizar em Hipona. A esse ele respondera: Eu já fui bataparição dos mortos aos vivosizado. Portanto, ele percebera em sua visão, clérigos, um padre e eu mesmo, isto é, seres vivos. Entre eles, vira outros mortos.

Então, por que não havemos de crer que ele viu esses mortos, tal como viu a nós, isto é, uns e outros, sem que ninguém soubesse disso, e todos estando distantes? Tivera, pois, diante de si, uma representação imaginária de pessoas e lugares. Com efeito, ele vira a propriedade onde aquele padre morava com seus clérigos e Hipona, onde eu o tinha batizado, como alegava. Certamente, ele não estivera, de fato, nesses lugares onde tinha a ilusão de ter estado. Ele ignorava o que aí se fazia, no momento da visão. Ora, ele o saberia, sem dúvida alguma, se realmente ali tivesse estado presente. Foi, pois, uma espécie de visão em que os objetos não se apresentam tais como são na realidade, mas sob a sombra de suas imagens.

Enfim, esse homem contou que, na última de suas visões, ele fora introduzido no paraíso e lá lhe disseram, devolvendo-o aos seus: "Vai, faze-te batizar, se queres um dia estar nesta morada dos bem-aventurados. Advertido de receber o batismo de minhas mãos, ele respondera que já o recebera. Mas a voz que lhe falava, insistiu: "Vai, disse ela, faze-te batizar realmente, porque teu batismo é imaginário". Assim, depois de sua cura, ele veio a Hipona. Aproximava-se a Páscoa. Faz-se inscrever na lista dos aspirantes, sendo desconhecido de mim, como de muitos outros. Não teve a idéia de confiar suas visões, nem a mim, nem a nenhum dos padres. Recebeu, pois, o batismo e terminados os dias santos, retornou para sua casa. Eu soube de toda a história somente dois anos depois, talvez mais, numa refeição em minha casa, da parte de amigo comum, quando falávamos sobre esse tipo de assunto. Mais tarde, eu consegui à força de insistência, que ele mesmo me contasse a história, na presença de seus concidadãos, gente honrada, que se apresentaram como testemunhas da realidade dos fatos: a sua estranha doença, seus longos dias de morte aparente, o caso do outro Curma, o ferreiro, narrado acima. Enfim, todos os pormenores de que se lembrava. Todos testemunhavam já terem recolhido tal narração de sua boca, à medida que ele ma comunicava.

Conclui-se, pois, que ele vira seu batismo, a mim mesmo, Hipona, a basílica, o batistério, não na realidade mesma, mas em imagem, assim como ele vira outras pessoas vivas, sem que elas percebessem isso sequer um instante. Nesse caso, por que então não admitir ter ele visto os mortos, da mesma maneira, sem que estes o percebessem?[49]

Incapacidade de comunicação em que estão os mortos

16. Por que não havemos de atribuir aos anjos essas operações por disposição da Providência divina que se serve de modo sábio dos bons como dos maus, conforme a inescrutável profundidade de seus julgamentos?

Essas visões podem servir para instruir os vivos ou para enganá-los, para consola-los ou assustá-los, sendo cada um tratado, seja com misericórdia, seja com rigor, por aquele do qual a Igreja não celebra em vão "a misericórdia e a justiça" (Sl 100,1).

Apelo ao comportamento de sua mãe, após a morte

Tomem como quiserem o que vou dizer. Se deveras as almas dos mortos interviessem nos problemas dos vivos, aparecessem e nos falassem durante nosso sono, minha piedosa mãe — para não falar sobre outras pessoas — não me abandonaria uma única noite, ela que me seguiu por terra e por mar, a fim de partilhar comigo minha vida. Longe de mim crer, com efeito, que uma vida mais feliz a tornou indiferente, a ponto de não vir consolar em suas tristezas um filho que, em sua vida, foi seu grande amor.

Os mortos nada sabem sobre os vivos

Por certo são verdadeiras as palavras do salmo:

> "Meu pai e minha mãe abandonaram-me, mas o Senhor me recolheu" (Sl 26,10).

Ora, se nossos pais nos abandonaram, podem eles se interessar por nossos problemas? E se eles ficam indiferentes, quais os mortos que poderão se inquietar com o que fazemos ou sofremos?

Declara o profeta Isaías:

"Porque tu é que és o nosso pai.
Abraão não nos conheceu,
e Israel não soube de nós" (Is 63,16).

Se os grandes patriarcas desconheceram o destino do povo do qual eram a fonte e cuja raça saiu como fruto de sua fé em Deus, como poderiam os mortos intervir, para conhecer e proteger, nos negócios e empreendimentos dos vivos? E como declarar bem-aventurados os santos cuja morte precedeu nossas infelicidades, se eles continuarem sensíveis às desolações da vida humana? Não nos enganaríamos, por acaso, dizendo que eles estão em lugar de absoluta tranqüilidade, caso se inquietassem com a existência atormentada dos vivos?

O que significa, então, esta promessa feita por Deus, como grande benefício ao piedosíssimo rei Josias, que ele morreria antes de os males iminentes caírem sobre seu país e seu povo, a fim de não ter a tristeza de os ver? Eis as palavras de Deus:

> "Ao rei de Judá que vos enviou a consultar o Senhor, direis assim: Eis o que diz o Senhor Deus de Israel: Porque ouviste as palavras do livro, e o teu coração se atemorizou e te humilhaste diante do Senhor, depois de ouvidas as palavras contra este lugar e contra os seus habitantes, isto é, que virão a ser o objeto de espanto e execração, e porque rasgaste as vestes e choraste diante de mim, eu te ouvi, diz o Senhor, por isso eu te farei descansar com teus pais e serás sepultado em paz no teu sepulcro, para que os teus olhos não vejam todos os males que eu hei de fazer cair sobre este lugar" (2Rs 22,18-20).

Aterrorizado pelas ameaças divinas, Josias chorou e rasgou as vestes. Mas o pensamento que sua morte devia preceder todas as desgraças a virem, e a certeza da paz à qual havia sido chamado a

gozar no repouso e que portanto não veria aqueles males, devolveram a serenidade de sua alma.

As almas dos mortos estão, pois, em lugar de onde nada vêem do que se passa ou do que acontece aos homens aqui na terra. Como, portanto, poderiam partilhar das misérias dos vivos, já que ou bem estão a suportar as suas próprias penas, caso as tenham merecido, ou bem estão a repousar como foi prometido a Josias, em lugar de paz? Aí não sofrem nem por si nem pelos outros, libertados que estão de todas as penas que sua dor pessoal e sua compaixão por outrem lhes ocasionavam quando ainda estavam vivos aqui na terra.

CAPÍTULO 14

O pedido do rico epulão e o pobre Lázaro

17. Dir-me-ão como objeção: se os mortos não se interessam pelos vivos, como se explica que aquele rico nos tormentos do inferno suplicasse a Abraão que enviasse Lázaro a seus cinco irmãos ainda vivos, para convencê-los a mudar de vida e evitar de virem, por sua vez, àquele lugar de tormentos? (Lc 16,27). Acaso se há de deduzir dessas palavras que ele sabia o que seus irmãos faziam ou sofriam nesse tempo? Preocupava-se ele com os vivos sem nada conhecer de seus atos, tal como nós temos cuidado dos mortos, ignorando o que eles fazem? Na verdade, se não nos interessássemos por eles não oraríamos na intenção deles. Aliás Abraão não enviou Lázaro à terra. Respondeu ao condenado que seus irmãos tinham Moisés e os profetas; que os ouvissem se queriam evitar aqueles suplícios.

Aqui, mais uma vez, poderão objetar. Como podia Abraão ignorar o que se passava aqui na terra, visto que sabia terem os vivos Moisés e os profetas, isto é, seus livros, e que seguindo-os escapariam aos tormentos do inferno? Não sabia ele igualmente que o rico tinha vivido em delícias e que Lázaro, o pobre, vivera na penúria e no sofrimento? Com efeito, disse: "Filho, lembra-te de que recebeste teus bens em vida, e Lázaro por sua vez os males" (Lc 16,25). Abraão estava pois a par dos fatos concernentes aos vivos, não aos mortos. É certo, mas esses fatos ele podia não os ter conhecido no momento em que ocorreram, mas após o falecimento dos dois, e sob as indicações do próprio Lázaro. Desse modo, a palavra do profeta não está desmentida: "Abraão não nos conheceu" (Is 63,16).

CAPÍTULO 15

Condições do relacionamento entre mortos e vivos

18. Convenhamos, pois, que os mortos ignoram os acontecimentos daqui da terra, pelo menos no momento mesmo em que eles se realizam. Podem vir a conhecê-los mais tarde, por aqueles que vão ao seu encontro, uma vez mortos. Por certo, não ficam conhecendo tudo, mas somente aquilo que lhes for autorizado de ser revelado e que eles têm necessidade de conhecer.

Os anjos, que velam sobre as coisas deste mundo, podem também lhes revelar alguns pontos julgados convenientes a cada um por aquele que tudo governa. Pois se os anjos não tivessem o poder de estarem presentes na morada dos vivos como na dos mortos, o Senhor Jesus não teria dito: "Aconteceu que o pobre morreu e foi levado pelos anjos ao seio de Abraão" (Lc 16.22). Eles estão ora na terra ora no céu, visto que foi da terra que levaram aquele homem que Deus quis lhes confiar.

As almas dos mortos podem ainda conhecer, por revelação do Espírito Santo, alguns acontecimentos aqui da terra, cujo conhecimento lhes é necessário. Não somente fatos passados ou presentes, mas até futuros. É assim que os homens — não todos, mas unicamente os profetas — conheceram durante sua vida mortal, não a totalidade das coisas, mas aquelas que a Providência divina julgava bom lhes revelar.

A Sagrada Escritura atesta-nos que alguns mortos foram enviados a certas pessoas vivas; e reciprocamente, algumas pessoas foram até a morada dos mortos. Assim, Paulo foi arrebatado ao

Paraíso (2Cor 12,2). E o profeta Samuel, após sua morte, apareceu a Saul ainda vivo e lhe predisse o futuro (1Sm 28,15-19).[50] É verdade que alguns negam que tenha sido Samuel que apareceu, pois sua alma era refratária a tais procedimentos mágicos, como dizem. Foi, conforme julgam, outro espírito, suscetível a essa arte maléfica que se revestiu de imagem semelhante a ele. Ora, o livro do Eclesiástico, atribuído a Jesus Ben Sirac (que por causa de certas semelhanças de estilo bem podia ser mesmo de Salomão), relata-nos em elogio dos Patriarcas que "Samuel profetizou mesmo depois de morrer" (Eclo 46.23). O que não pode visar senão essa aparição de Samuel, defunto, a Saul. Poderia ser discutida a autoridade desse livro, sob o pretexto que não se encontra no cânon dos hebreus.[51]

(Mas há outro texto que convida a admitir esse envio de mortos aos vivos: a passagem das aparições de Moisés e Elias no Tabor). O que, pois, dizermos de Moisés, cujo Deuteronômio nos certifica da morte (Dt 34,5), e que apareceu vivo, como lemos no Evangelho, com Elias que, não morreu? (Mt 17,3).

CAPÍTULO 16

Os mortos só intervêm pelo poder de Deus — a aparição de são Félix

19. Tudo o que precede deve servir para resolvermos esta questão: como manifestam os mártires que se interessam pelas coisas humanas, atendendo as nossas orações, já que os mortos ignoram o que fazem os vivos?

Pois nós sabemos, com efeito, não por vagos rumores, mas por testemunhas dignas de fé, que o confessor Félix, cujo túmulo tu veneras piedosamente como santo asilo, deu não somente marcas de seus benefícios, mas até de sua presença, tendo aparecido aos olhos dos homens, por ocasião do cerco da cidade de Nola pelos bárbaros.[52]

Esses fatos excepcionais acontecem, graças à permissão divina, e estão longe de entrar na ordem normalmente estabelecida para cada espécie de criatura. Pois pelo fato de a água ter-se tornado subitamente em vinho pela palavra do Senhor (Jo 2,9), não devemos concluir — dessa operação divina excepcional e até única — que a água tenha poder de operar por si mesma essa transformação pela propriedade natural de seus elementos.

Do fato de ter Lázaro ressuscitado (Jo 11,44) não segue tampouco que todo morto possa se levantar quando quiser, ou que possa ser erguido tal como qualquer homem adormecido é acordado por outro. Uns são os limites do poder humano, outras as marcas do poder divino. Uns são os fatos naturais, outros os miraculosos, ainda que Deus esteja presente na natureza, para a manter na existência, e a natureza tenha seu lugar inclusive nos milagres.

Portanto, é preciso não acreditar que todos os defuntos, sem exceção, possam intervir nos problemas dos vivos pelo fato de, em certas circunstâncias, os mártires terem conseguido curas ou prestado outros socorros. É preciso compreender, antes, que é por efeito do poder divino que os mártires intervêm em nossos interesses. Pois os mortos não possuem por sua própria natureza tal poder.

Questionamentos diversos sobre o tema

20. Eis uma questão que ultrapassa as possibilidades da minha inteligência: como os mártires, que sem dúvida alguma vêm em ajuda de seus devotos, aparecem: se em pessoa e no mesmo momento; se em diversos lugares e afastados uns dos outros; se somente onde se encontra seu túmulo ou em qualquer outro lugar onde se faz sentir sua ação? Ou bem, se eles permanecem confinados na morada reservada a seus méritos, longe de todo relacionamento com os mortais, contentando-se em interceder pelas necessidades dos que os suplicam? Será assim como nós mesmos rezamos pelos

mortos, sem lhes estar presentes e sem saber onde estão nem o que fazem?

Não será Deus, o Deus onipotente, presente em toda parte, que não se acha confinado em nós, e tampouco afastado de nós, que atende as orações dos mártires, servindo-se do ministério dos anjos, cuja ação se estende a todas as coisas, para distribuir aos homens o consolo que ele julga lhes ser necessário nas misérias desta vida presente? Não será ele que, com poder admirável e inefável bondade, faz resplandecer os méritos dos mártires onde ele o quer, quando quer, como quer, especialmente nos locais onde se erguem suas sepulturas, porque sabe que a lembrança dos sofrimentos suportados, ao confessar a Cristo, nos é útil para nos confirmar a fé?

Sim, repito, essa é uma questão muito elevada para que eu possa atingi-la e muito complexa para que possa escrutá-la a fundo.

Das duas hipóteses de sermos atendidos, que indiquei, qual será a verdadeira? Talvez, os dois processos sejam empregados sucessivamente. Assim, às vezes os mártires atendem-nos com presença pessoal, e às vezes por mediação dos anjos que tomam sua forma. Não ouso decidir e preferiria esclarecer-me junto a homens doutos que o saibam. Não é impossível que haja alguém que saiba, não digo que imagine saber, mas ignore. Porque Deus, em suas liberalidades, concede a uns certos dons e a outros tais outros dons, conforme o ensino do Apóstolo que diz que a ação do Espírito Santo manifesta-se em cada um em vista da utilidade comum. Com efeito, eis o que diz Paulo:

> "Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para utilidade de todos. A um, o Espírito dá a mensagem da sabedoria; a outro, a palavra de ciência segundo o mesmo Espírito; a outro, o mesmo Espírito dá a fé; a outro ainda, o único e mesmo Espírito concede o dom das curas; a outro, o poder de fazer milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento dos espíritos; a outro, o dom de falar em línguas; a outro ainda, o dom de as interpretar. Mas isso tudo, é o único e mesmo Espírito que o realiza, distribuindo a cada um os seus dons conforme lhe apraz" (lCor 12,7-11).

Ora, entre todos esses dons enumerados pelo Apóstolo, quem recebeu o dom do discernimento dos espíritos é esse que conhece, como é preciso conhecer, estas questões, sobre as quais estamos a tratar.

CAPÍTULO 17

O monge João

21. Tal é o caso — devemo-lo crer — daquele famoso monge João a quem o imperador Teodósio, o Grande, consultou a respeito do desenlace de uma guerra civil. Com efeito, ele possuía o dom da profecia.[53] Ora, eu não duvido que os dons estejam distribuídos não apenas um a cada pessoa, mas que a mesma pessoa possa receber diversos dons.

O monge João soube, certa ocasião, que uma mulher muito piedosa desejava vê-lo. E como ela solicitou com insistência uma entrevista por intermédio de seu marido, ele lha recusou como costumava fazer ao se tratar de mulheres. Respondeu, porém, ao marido: "Vai, dize à tua esposa que ela me verá, esta noite, durante seu sono". E ela o viu, com efeito, dando-lhe conselhos convenientes a uma cristã casada. Ao acordar, essa mulher contou tudo a seu marido. Ele havia visto o homem de Deus tal como ela o descreveu. O casal revelou este fato a um senhor que mo comunicou — pessoa séria, nobre e digna de fé.

Ora, se acontecesse de eu mesmo poder encontrar esse santo monge, que, como me informaram, deixava-se interrogar com a máxima paciência e respondia com grande sabedoria, ter-lhe-ia perguntado, no sentido da questão que nos interessa: se realmente ele veio, pessoalmente, sob os traços aparentes de seu corpo, apresentar-se a essa mulher durante seu sono, tal como o nosso corpo

apresenta-se a nós durante nossos sonhos; ou bem se a visão produziu-se seja pelo ministério dos anjos, seja por qualquer outra modalidade, enquanto ele mesmo fazia outra coisa ou seguia a dormir os seus próprios sonhos. E caso se tenha dado esta segunda hipótese, se foi por uma revelação do Espírito de profecia que ele entendeu poder prometer sua próxima aparição, naquela noite indicada, no sonho da mulher. Porque, se ele se apresentou em pessoa em sonho à mulher, ele o fez por uma graça extraordinária e não por meios naturais, por um dom de Deus e não por seu próprio poder natural. Se, ao contrário, essa mulher viu-o, enquanto ele mesmo fazia outra coisa — que dormisse e tivesse seus próprios sonhos, por exemplo — o fato assemelha-se certamente ao que lemos nos Atos dos apóstolos (At 9,12): O Senhor Jesus, falando de Saulo a Ananias, revela-lhe que Saulo vê Ananias ir até ele, ao passo que este nada sabe de tal ação.

Qualquer fosse a resposta do monge João, esse homem de Deus, a respeito de minhas perguntas, eu tê-lo-ia questionado ainda sobre os mártires. Perguntar-lhe-ia, por um lado, se eles aparecem em pessoa durante o sono, ou de algum outro modo, sob figura qualquer que lhes apraz. E, principalmente, como explicar o fato de demônios, que habitam em possesso, queixarem-se de ser atormentados por mártires, e suplicarem de ser poupados. Perguntar-lhe-ia, por outro lado, se sua intervenção produz-se por ordem de Deus e pelo ministério dos anjos, para a glorificação dos santos e a utilidade dos homens, uma vez que os mártires encontram-se em supremo repouso, entretidos, bem longe de nós, em visões mais altas, contentando-se de rezar em nossa intenção.

Com efeito, em Milão, junto à sepultura de Gervásio e Protásio,[54] ao serem pronunciados os nomes desses heróis e dos defuntos comemorados com eles, os demônios gritavam o nome de Ambrósio, o qual ainda era vivo. Suplicavam-lhe que os poupasse. Ora, o bispo encontrava-se longe de lá, e em outras ocupações, ignorando o que ali se passava.

Será para se pensar que os mártires agem, às vezes, por presença efetiva, às vezes pelo ministério dos anjos? Será possível discernir o modo por eles empregado e sob que sinais podemos reconhecer isso?

Somente quem recebeu o dom do Espírito Santo é capaz de discernir, pois é o Espírito que distribui a cada um os favores particulares, conforme o seu agrado.

Penso que o monge João, a meu pedido, ter-me-ia esclarecido sobre essas dificuldades. Eu teria aprendido, em sua escola, o verdadeiro e certo conhecimento, ou então teria crido, mesmo sem o compreender, o que ele me tivesse afirmado saber com certeza. Talvez, ele ter-me-ia respondido com estas palavras da Escritura: “Não procures saber o que excede a tua capacidade, e não especules o que ultrapassa as tuas forças, mas pensa sempre no que Deus te mandou” (Eclo 3,22).

Com gratidão, eu teria acolhido também esse conselho. Pois não é de pouco proveito, nas coisas obscuras e incertas, as quais não podemos compreender; também adquirir a convicção clara e certa de que elas não devem ser escrutadas; convencer-se de que não é nocivo ignorar aquilo que se quer saber, imaginando que tiraríamos benefícios de o saber.

CAPÍTULO 18

Palavras conclusivas

22. Nas condições acima expostas, eis o que devemos pensar a respeito dos benefícios prestados aos mortos por quem nós desvelamos cuidados: só lhes serão proveitosas as súplicas oferecidas de modo conveniente por eles, no sacrifício do altar, no de nossas orações e esmolas. E ainda, é preciso dizer que não serão proveitosas a todos a quem pretendemos ajudar, mas somente àqueles que, durante a vida, tornaram-se dignos de tal benefício[55]. Como, porém, não podemos discernir quais sejam , convém apresentar súplicas por todos os regenerados, para não acontecer omitirmos alguém entre aqueles a quem esses benefícios possam servir. Melhor é que haja sobejo dessas boas obras,

oferecidas por aqueles a quem não possam ser úteis, a que venham a faltar àqueles que delas podem tirar proveito.

É mais natural, entretanto, que sejam oferecidas pelos amigos, a fim de que tais cuidados sejam prestados, mais tarde, também por nós.

Tudo o que se realiza quanto ao sepultamento digno dos mortos não é para obter a sua salvação, mas para cumprir um dever de humanidade, em conformidade com o sentimento natural que faz com que "ninguém jamais odeie a sua própria carne" (Ef 5,29).

Necessário é, por conseguinte, que se tenha pelo corpo do próximo o cuidado que ele não pode mais se dar ao deixar esta vida.

E uma vez que aqueles que não crêem na ressurreição da carne prestam tal cuidado, é justo que o façam ainda com maior solicitude os que possuem essa fé. Assim, tal serviço tributado a um corpo sem vida, mas que há de ressuscitar e permanecer por toda a eternidade, venha a constituir testemunho claro dessa mesma fé.

Quanto à sepultura junto do túmulo dos mártires (Memória), eis a única utilidade que me parece trazer para o defunto: pondo-a sob a proteção dos mártires, ela torna mais viva a caridade daqueles que rezam por ele.

Saudação final a Paulino de Nola

23. Tal é a resposta que posso apresentar às questões que julgaste oportuno me propor. Desculpa-me se fui por demais prolixo. Isso deriva do prazer cheio de afeição que sinto ao conversar contigo. Peço-te que me dês a conhecer por escrito, as impressões que V. venerável Caridade sentiu ao ler este opúsculo.

Sem dúvida, o portador que levará esta carta torná-la-á ainda mais agradável. É o nosso irmão no sacerdócio, Candidiano, que conheci por ter-me trazido as tuas cartas. Acolhi-o de todo coração e vejo-o partir com pesar. Sua presença na caridade de Cristo foi para mim grande consolo. Graças às suas instâncias — devo-o confessar — é que me vi forçado a te obedecer. Porque meu coração está por demais sobrecarregado pelas muitas preocupações e, se seus freqüentes lembretes não me tivessem impedido de esquecer, certamente teu pedido teria ficado sem resposta.

48 Toda a Antiguidade julgava que os deuses e os espíritos gostavam de contatar os homens, especialmente através dos sonhos. Muitos costumavam passar a noite nos templos, onde os deuses lhes falavam durante o sonho. Havia intérprete permanente no recinto, para dar as explicações dos sonhos. Do mesmo modo, os mortos falavam dos seus túmulos. Os cristãos guardavam, do tempo pagão, o costume de fazer o sepultamento em santuários famosos e de esperar, do santo invocado, uma palavra ou uma visão. (Cf. Van der Meer, Saint Augustin, pasteur d´âmes, II, "Les Visions", p. 375)

49 É indubitável que nos encontramos em presença de lenda, a qual já estava em circulação pelo menos três séculos antes de Agostinho. História semelhante é-nos contada por Plutarco (46-20), em seu livro I do tratado De anima. Luciano de Samosata, uns cinqüenta anos mais tarde, insere narração bastante análoga em seu Philospseudès XXV. Ali, diverte-se em colecionar algmas fábulas do gênero, mais ou menos absurdas, que ouvira de pessoas respeitáveis. Posterior a santo Agostinho, Gregório Magno, em seus Diálogos IV, 36, traz outra história desse tipo e são Jerônimo gostava de tais narrações, cf. Vita S.Pauli, VIII.

50 Saul, querendo conhecer o futuro, pediu a seus oficiais que lhe indicassem alguém capaz de evocar os mortos. Indicam-lhe uma mulher a quem se dirige. Apesar da resistência da nigromante, ele a força a evocar Samuel. E eis que, sob a estupefacção da pretensa adivinha, Samuel aparece e anuncia a Saul a maldição que pesa sobre ele (1Sm 28,3-25).

51 Para maior desenvolvimento sobre esse problema, confiram-se o que Agostinho diz em A doutrina cristã 2,8,13, nas Retratações 2,4,2 e ainda em De diversis quaestionibus ad Simplicianum 2, quaestio 3.

52 O santo confessor, Félix de Nola, teria aparecido a seus compatriotas que tremiam diante da invasão dos bárbaros, uns cem anos após sua morte. Não foi para subtraí-los ao perigo inevitável, mas para lhes inspirar a coragem necessária diante de tal infortúnio. Agostinho diz que esta aparição foi atestada por testemunhas irrecusáveis.Também são Gregório Magno se refere a este acontecimento.

53 Ao discorrer sobre a fé e a piedade do imperador Teodósio Augusto, na A Cidade de Deus 5,26,1, Agostinho já havia mencionado o monge João: "Entre as angústias de saus preocupações, Teodósio não se entregou a sacrílegas e ilícitas curiosidades, mas, pelo

contrário, dirigiu-se a João, solitário do deserto do Egito, de quem sabia, segundo voz corrente, que esse servo de Deus era dotado do espírito de profecia. E dele recebeu mensagem com a plena certeza de sua vitória".

54 A descoberta das relíquias dos santos irmãos mártires Gervásio e Protásio data aproximadamente do ano 386. Santo Agostinho residia em Milão, nessa ocasião, e presenciou os acontecimentos. Ambrósio havia construído a Basílica Ambrosiana, mas faltavam as relíquias para o altar, a fim de poder consagrá-la. Teve um presentimento, o que passou a ser considerado como visão, de que os corpos dos mártires jaziam ocultos no piso de uma igreja, em Milão. O próprio Ambrósio organizou as escavações. Tendo encontrado as relíquias daqueles jovens mártires decapitados sob o reinado de Nero,transferiu-as à nova basílica.

55 Este capítulo final, espécie de síntese da obra, destaca que podemos ajudar os mortos que, durante sua vida, mereceram esse socorro, de três modos: pelo sacrifício oferecido no altar, pelas orações e pelas esmolas. Leia-se ainda o que Agostinho diz sobre isso no Sermão 172 e no Enchiridion 29,110, no Apêndice desta edição.

O SUFRÁGIO PELOS DEFUNTOS

Texto de o Enchiridion Introdução

Breve notícia sobre o Enchiridion

O Enchiridion é conhecido simplesmente como o Manual. É opúsculo de 122 capítulos, tendo como tema: A fé, a esperança e a caridade. Mas é sobre a fé que Agostinho discorre mais amplamente.

Constitui esta pequena obra extensa teologia da Redenção. Escrita pelo ano 421, na mesma ocasião do De cura pro mortuis gerenda, é fruto maduro da teologia da idade adulta do bispo de Hipona. Opúsculo precioso entre todos, admirável síntese da teologia agostiniana. Revela-se ele, aí, como o protótipo do doutor cristão.

Diz F. Cayré, na sua obra Précis de patrologie: “Em parte alguma, talvez, santo Agostinho tenha melhor condensado sua doutrina, nem melhor marcado seu método” (tomo I, p. 630).

No capítulo que aqui transcrevemos (29,110), o tema é sobre o destino humano em seu coroamento futuro.

TEXTO

Não se pode negar que as almas dos defuntos sejam aliviadas pela piedade de seus parentes vivos, quando por elas é oferecido o sacrifício do Mediador ou quando são distribuídas esmolas na Igreja.

Entretanto, essas obras aproveitam somente àqueles que em vida mereceram que esses sufrágios lhes fossem úteis após a morte.

Com efeito, existe certo modo de viver não tão bom (nec tam bónus), para esses sufrágios póstumos deixarem de ser úteis. E existe outro modo de viver não tão mau (nem tam malus), para que os defuntos não possam se beneficiar deles. Por outro lado, existem aqueles que viveram tão bem (talis in bene), que podem passar sem os sufrágios; e outros que viveram tão mal (talis in male), que não conseguem beneficiar-se deles, após a morte.

Portanto, é sempre aqui na terra que os méritos são adquiridos e que asseguram a cada um, depois desta vida, o alívio ou o infortúnio. Ninguém espere obter de Deus, após a própria morte, o que negligenciou durante a vida.

Assim sendo, as práticas observadas pela Igreja em vista de encomendar a Deus as almas dos defuntos não são contrárias à doutrina do Apóstolo que diz: “Todos nós compareceremos à barra do tribunal de Deus” (Rm 14,10), para receber “a retribuição do que tiver feito durante a sua vida no corpo, seja para o bem, seja para o mal” (2Cor 5,10). Pois, é enquanto vivia em seu corpo que cada um mereceu o benefício eventual das orações feitas em seu sufrágio. Portanto, não são todos os que podem se aproveitar. E por que o proveito não será o mesmo para todos, senão devido à vida diferente que tiverem aqui na terra?

Então, quando o sacrifício do altar ou o da esmola são oferecidos na intercessão de todos os defuntos batizados, serão ação de graças para aqueles que foram muito bons (valde boni). Para aqueles que não foram de todo maus (non valde mali) serão meios de propiciação. E para aqueles que foram muito maus (pro valde maios), os sufrágios em sua intenção servirão apenas para consolar em alguma coisa os vivos, já que não lhes servem de ajuda. O que os sufrágios asseguram é ou bem a completa remissão (plena remissio), ou pelo menos, uma forma mais tolerável de expiação (tolerabilior fiat ipsa damnatio).

A TRISTEZA PELA MORTE DOS ENTES QUERIDOS

Sermão 172

O Apóstolo admoesta-nos a não nos entristecermos pelos que dormem, isto é, por nossos queridos defuntos, como aqueles que não têm esperança da ressurreição e da incorruptibilidade eterna. Por isso, a Escritura chama-os "aqueles que adormeceram", para que, sabendo que dormem, não nos desesperemos, na certeza de que vão despertar. Por isso, cantamos no salmo: "Porventura o que dorme não será capaz de se levantar?"

Sentimos pelos mortos uma tristeza de certa forma natural. Na verdade, não a fé, mas a natureza sente horror à morte. E não existiria morte para o homem, se não houvesse culpa e castigo. Os próprios animais, que foram criados para morrer, fogem da morte e amam a vida. Quanto mais o homem que foi criado para viver sem fim, se tivesse permanecido sem pecado!

É inevitável que fiquemos tristes quando, ao morrer, deixam-nos os que amamos. Embora saibamos que não nos deixam para sempre, mas por um tempo nos precedem e depois iremos nós; quando a morte chega para pessoa amada, o sentimento do nosso amor se perturba. Por essa razão, o Apóstolo nos admoesta a não nos entristecermos, mas que não façamos como aqueles que não têm esperança. Entristecemo-nos, portanto, na morte dos nossos, não pelo fato de perdê-los, mas com a esperança de recuperá-los. Naquilo nos angustiamos; nisto nos consolamos. Ali a fraqueza sente; aqui a fé consola. Ali se entristece a condição humana; aqui cura a promessa divina. Por isso, a pompa dos funerais, o acompanhamento do cortejo, a suntuosa celebração do enterro, a opulência da sepultura são consolação dos vivos, não alívio dos mortos. Não há dúvida, porém, de que as orações da santa Igreja, o saudável sacrifício e as esmolas distribuídas em benefício por suas almas, ajudam os mortos, para que o Senhor tenha misericórdia com seus pecados. A Igreja universal mantém a tradição dos Padres: que se reze por aqueles que morreram na comunhão do corpo e do sangue de Cristo, quando são lembrados oportunamente na celebração da Eucaristia, e se declara que o sacrifício é oferecido também por eles. Quando, em sua memória praticam-se as obras de misericórdia, quem duvidará que as orações dirigidas a Deus aproveitam aos defuntos; mas somente àqueles que viveram de tal forma que lhes possam ser úteis após a morte.

Os corações piedosos podem, portanto, entristecer-se com uma dor salutar pela morte de seus entes queridos e, por sua condição mortal podem derramar lágrimas que serão consoladas e diminuídas pela fé, pela qual cremos que os fiéis, quando morrem, caminham à nossa frente e passam para uma vida melhor. Sejam também consolados pelas atenções fraternas que lhes são apresentadas, seja nos funerais, de acordo com as possibilidades do enterro e da construção do sepulcro, já que na Escritura tudo isto conta entre as boas obras.

Foram grandemente elogiados os que as praticavam não somente em benefício dos corpos dos Patriarcas e dos outros santos e dos restos mortais de todos aqueles que tombaram, mas também, ó Cristo, em favor de teu próprio corpo.

Que se cumpram essas obrigações dos últimos deveres para com os nossos, sentimentos para a humana dor. Aos que amamos não só carnal, mas também espiritualmente, aos que estão mortos segundo a carne, não quanto ao espírito, ofereçamos, de modo muito mais solícito, mais insistente, mais abundante, aqueles bens que, de fato, têm préstimo para os espíritos dos finados: as oblações, as preces e os donativos.

(Sermo 172,1-3) — transcrito da Liturgia Agostiniana das Horas, 6 de novembro, p. 234).

Coleção **PATRÍSTICA**

1. Padres Apostólicos, Clemente Romano – Inácio de Antioquia – Policarpo de Esmirna – Pseudo-Barnabé – Hermas – Pápias – Didaqué
2. Padres Apologistas, Carta a Diogneto – Aristides – Taciano – Atenágoras – Teófilo – Hérmias
3. Apologias e Diálogo com Trifão, Justino de Roma
4. Contra as heresias, Ireneu de Lião
5. Explicação dos símbolos (da fé) – Sobre os sacramentos – Sobre os mistérios – Sobre a penitência, Ambrósio de Milão
6. Sermões, Leão Magno
7. A Trindade, S. Agostinho
8. O livre-arbítrio, S. Agostinho
9/1. Comentário aos Salmos (Salmos 1-50), S. Agostinho
9/2. Comentário aos Salmos (Salmos 51-100), S. Agostinho
9/3. Comentário aos Salmos (Salmos 101-150), S. Agostinho
10. Confissões, S. Agostinho
11. Solilóquios – A vida feliz, S. Agostinho
12. A Graça (I), S. Agostinho
13. A Graça (II), S. Agostinho
14. Homilia sobre Lucas 12 – Homilias sobre a imagem do homem – Tratado sobre o Espírito Santo, Basílio de Cesareia
15. História eclesiástica, Eusébio de Cesareia
16. Os bens do matrimônio – A santa virgindade consagrada – Os bens da viuvez: Cartas a Proba e a Juliana, S. Agostinho
17. A doutrina cristã, S. Agostinho
18. Contra os pagãos – A encarnação do Verbo – Apologia ao imperador Constâncio – Apologia de sua fuga – Vida e conduta de S. Antão, S. Atanásio
19. A verdadeira religião – O cuidado devido aos mortos, S. Agostinho
20. Contra Celso, Orígenes
21. Comentário ao Gênesis, S. Agostinho
22. Tratado sobre a Santíssima Trindade, S. Hilário de Poitiers
23. Da incompreensibilidade de Deus – Da Providência de Deus – Cartas a Olímpia, S. João Crisóstomo
24. Contra os Acadêmicos – A Ordem – A grandeza da Alma – O Mestre, S. Agostinho
25. Explicação de algumas proposições da Carta aos Romanos / Explicação da Carta aos Gálatas / Explicação incoada da Carta aos Romanos, S. Agostinho
26. Examerão – os seis dias da criação, S. Ambrósio
27/1. Comentário às Cartas de São Paulo/1 – Homilias sobre a Carta aos Romanos – Comentário sobre a Carta aos Gálatas – Homilias sobre a Carta aos Efésios, S. João Crisóstomo
27/2. Comentário às Cartas de São Paulo/2 – Homilias sobre a Primeira Carta aos Coríntios – Homilias sobre a Segunda Carta aos Coríntios, S. João Crisóstomo
27/3. Comentário às Cartas de São Paulo/3 – Homilias sobre as cartas: Primeira e Segunda a Timóteo, a Tito, aos Filipenses, aos Colossenses, Primeira e Segunda aos Tessalonicenses, a Filemon, aos Hebreus, S. João Crisóstomo
28. Regra Pastoral, S. Gregório Magno
29. A criação do homem / A alma e a ressurreição / A grande catequese, S. Gregório de Nissa
30. Tratado sobre os Princípios, Orígenes
31. Apologia contra os livros de Rufino, S. Jerônimo
32. A fé e o símbolo / Primeira catequese aos não cristãos / A disciplina cristã / A continência, S. Agostinho

Direção Editorial
Claudiano Avelino dos Santos

Coordenação de desenvolvimento digital
Erivaldo Dantas

Título original
De vera religione

Tradução
Ir. Nair de Assis Oliveira, CSA

Notas
Ir. Nair Assis Oliveira, CSA
Roque Frangiotti

Revisão
Honório Dalbosco

Capa
Visa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, Sp, Brasil)
Santo Agostinho, José Maria de, 1912-A verdadeira religião ; O cuidado devido aos mortos / Santo Agostinho ; tradução de Nair de Assis Oliveira, — São Paulo : Paulus, 2002. — (Patrística ; 19)

eISBN 9788534938938

1. Mortos – Aspectos religiosos – Igreja Católica 2. Mortos – Culto
3. Padres da Igreja primitiva 4. Religião – Filosofia I. Título.
II. Título: O cuidado devido aos mortos. III. Série.
01-4851 CDD-2760

Índices para catálogo sistemático:
1. Padres da Igreja : Literatura cristã primitiva 270
2. Patrística : Literatura cristã primitiva 270

Tradução do original latino DE VERA RELIGIONE, confrontado com versões em espanhol e francês.
Tradução do original latino DE CURA PRO MORTUIS GERENDA, cotejada com a edição francesa.

© PAULUS – 2014
Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 • São Paulo (Brasil)
Fax (11) 5579-3627 • Tel. (11) 5084-3066
www.paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

eISBN 9788534938938